



VAGNER JOSÉ MOREIRA

OS IMPERATIVOS DO, AGRONEGÓCIO

Histórias de trabalhadores e camponeses no processo de reorganização das relações de trabalho no campo e na luta pela reforma agrária (Oeste do Paraná, 1970-2020)



COLEÇÃO TEMPOS HISTÓRICOS
Volume 27

Os imperativos do agronegócio



VAGNER JOSÉ MOREIRA
**OS IMPERATIVOS DO,
AGRONEGÓCIO**

Histórias de trabalhadores e camponeses no processo de reorganização das relações de trabalho no campo e na luta pela reforma agrária (Oeste do Paraná, 1970-2020)



COLEÇÃO TEMPOS HISTÓRICOS
Volume 27

PACO  EDITORIAL

Conselho Editorial

Profa. Dra. Andrea Domingues
Prof. Dr. Antônio Carlos Giuliani
Prof. Dr. Antonio Cesar Galhardi
Profa. Dra. Benedita Cássia Sant'anna
Prof. Dr. Carlos Bauer
Profa. Dra. Cristianne Famer Rocha
Prof. Dr. Cristóvão Domingos de Almeida
Prof. Dr. Eraldo Leme Batista
Prof. Dr. Fábio Régio Bento
Prof. Dr. Gustavo H. Cepolini Ferreira
Prof. Dr. Humberto Pereira da Silva
Prof. Dr. José Ricardo Caetano Costa

Prof. Dr. José Rubens Lima Jardimino
Prof. Dr. Juan Drogueff
Profa. Dra. Ligia Vercelli
Prof. Dr. Luiz Fernando Gomes
Prof. Dr. Marco Morel
Profa. Dra. Milena Fernandes Oliveira
Prof. Dr. Narciso Laranjeira Telles da Silva
Prof. Dr. Ricardo André Ferreira Martins
Prof. Dr. Romualdo Dias
Profa. Dra. Rosemary Dore
Prof. Dr. Sérgio Nunes de Jesus
Profa. Dra. Thelma Lessa
Prof. Dr. Victor Hugo Veppo Burgardt

Comitê Editorial para Publicações de História

Dr. Hidelberto de Sousa Ribeiro, Dr. Magno Francisco de Jesus Santos,
Dra. Marileide Lázara Cassoli, Dra. Silene Ferreira Claro, Ma. Tatiane de Jesus Chates

©2023 Vagner José Moreira

Direitos desta edição adquiridos pela Paco Editorial. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação, etc., sem a permissão da editora e/ou autor.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

M838i

Moreira, Vagner José

Os imperativos do agronegócio: histórias de trabalhadores e camponeses no processo de reorganização das relações de trabalho no campo e na luta pela reforma agrária (Oeste do Paraná, 1970-2020) / Vagner José Moreira. – Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2023.

160 p.; 14 X 21 cm

ISBN: 978-85-462-2221-6

1. Agroindústria. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Economia agrícola. I. Moreira, Vagner José. II. Título.

CDD: 338.1

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Índice para catálogo sistemático
I. Agroindústria : Desenvolvimento sustentável

PACO  EDITORIAL

Av. Carlos Salles Block, 658
Ed. Altos do Anhangabaú, 2º Andar, Sala 21
Anhangabaú - Jundiaí-SP - 13208-100
11 4521-6315 | 2449-0740
contato@editorialpaco.com.br

Foi feito Depósito Legal

*A minha meiga senhorita, Mara Luiza, amor da minha vida,
Maia Aila, a razão pela qual vivo o verbo esperar, a
Carmen, Venício (in memoriam) e Emerson – esteios da caminhada.
A todos, todas e todes que na vida diária lutam por uma nova sociedade!
Viva a reforma agrária popular!*

Ó donos do agrobiz, ó reis do agronegócio
Ó produtores de alimentos com veneno
Vocês que aumentam todo ano sua posse
E que poluem cada palmo de terreno

E que possuem cada qual um latifúndio
E que destratam e destroem o ambiente
De cada mente de vocês olhei no fundo
E vi o quanto cada um, no fundo, mente

[...]

Saibam vocês, que ganham com um negócio desse
Muitos milhões, enquanto perdem sua alma
Que eu me alegraria, se afinal, morresse
Esse sistema que nos causa tanto trauma

Eu me alegraria, se afinal, morresse
Esse sistema que nos causa tanto trauma
Eu me alegraria, oh
Esse sistema que nos causa tanto trauma

Ó donos do agrobiz, ó reis do agronegócio
Ó produtores de alimento com veneno

Reis do Agronegócio
Música de Chico César e letra de Carlos Rennó

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I. PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E A INTEGRAÇÃO VERTICAL ÀS AGROINDÚSTRIAS: A REORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NO CAMPO A PARTIR DA DÉCADA DE 1970	13
Introdução	13
As contínuas “crises” na agropecuária	17
A unidade familiar e a integração da produção	22
As transformações no campo e a problemática sobre os camponeses	36
Classe e luta de classes: a lógica do processo capitalista na avicultura e a crítica à noção “modernização”	52
CAPÍTULO II. TRABALHADORES DE AVIÁRIOS: AGRONEGÓCIO, RELAÇÕES DE TRABALHO E SINDICALISMO RURAL	61
A parceria e as relações de trabalho na avicultura	67
O sindicalismo rural sem “parceria” com os trabalhadores rurais	77
Histórias inconclusas	90
CAPÍTULO III. O ADOECIMENTO DOS TRABALHADORES DA CADEIA PRODUTIVA DO FRANGO	91
CAPÍTULO IV. A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA E AGRONEGÓCIO NO OESTE DO PARANÁ (DÉCADAS DE 2000 E 2010)	105
Memórias e histórias do assentamento Valmir Mota	109

FONTES 139

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 145

INTRODUÇÃO

A canção Reis do Agronegócio, composição do letrista Carlos Rennó e música de Chico César, gravada no álbum *Estado de Poesia*, de Chico César, tem a intenção de informar o leitor uma perspectiva política que transborda a produção acadêmica nas ciências humanas sobre a organização da produção agropecuária no Brasil nas últimas décadas, sob a hegemonia do agronegócio¹.

Com a poesia refinada e a sensibilidade interpretativa do letrista, o agronegócio no Brasil foi desnudado em seus principais problemas, entre os muitos temas debatidos na canção, a produção de alimentos com veneno, com impactos na saúde pública, com o adocimento da população, a poluição, o desmatamento – o “desenvolvimento tão destrutivista”, pois a produção que alimenta no Brasil é a produção familiar, enfim, o processo ideológico de ocultação dos problemas provenientes do agronegócio, comumente publicizado nas produções acadêmicas, uma vez que esses fatos preocupam pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, com a publicização por meio de documentários, campanhas em blogs e nas redes sociais². Contudo, o agronegócio continua definindo a lógica da produção de *commodities* na agropecuária, a pauta e a direção política e ideológica nos diversos governos e meios de comunicação, ocultando as lutas dos sem-terra por reforma agrária, a luta dos povos indígenas nos movimentos de retomada dos

1. Para a letra e a canção, consultar o sítio do letrista Carlos Rennó: <http://bit.ly/3O04Lav>. Acesso em: 8 ago. 2022.

2. Entre as inúmeras pesquisas enfatizo três que delimitaram a investigação na região Oeste do Paraná, cf. Dutra e Ferreira (2017); Hort (2015); Ruths, Rizzoto e Machineski (2019). O documentário “Nuvens de veneno” (<http://bit.ly/3WWJiDi>. Acesso em: 8 ago. 2022.), de Beto Novaes, e as campanhas permanentes “Chega de agrotóxicos” (<http://bit.ly/3WUWCih>. Acesso em: 8 ago. 2022.) e “Agrotóxicos mata” (<http://bit.ly/3G8FkBK>. Acesso em: 8 ago. 2022), são exemplares sobre implicações do uso de venenos na agricultura.

territórios ancestrais, dos movimentos quilombolas e demais povos tradicionais nas suas lutas pela terra.

Vocês me dizem que o Brasil não desenvolve
Sem o agrebiz feroz, desenvolvimentista.
Mas até hoje na verdade nunca houve
Um desenvolvimento tão destrutivista.
É o que diz aquele que vocês não ouvem,
O cientista, essa voz, a da ciência.
Tampouco a voz da consciência os comove.
Vocês só ouvem algo por conveniência.
(*Reis do Agronegócio*, Chico César)

Os imperativos do agronegócio, título da obra, constitui-se numa paráfrase e homenagem a obra da historiadora Ellen Meiksins Wood (2001; 2010; 2014), com sua interpretação sobre a origem do capitalismo e defesa do socialismo como expressão da democracia. Nos capítulos, o leitor identificará a minha dívida para com a historiadora na interpretação das relações capitalistas no campo – os imperativos do agronegócio. Embora, a temática do agronegócio atravessasse todo o texto, os sujeitos do processo histórico foram os trabalhadores e as trabalhadoras com suas vidas de trabalho no campo ou na luta pela reforma agrária, constituindo uma identidade histórica de classe (Thompson, 1997; 1998; 2001).

A pesquisa sobre o agronegócio não é tema original na historiografia ou nas ciências humanas. Desde o início da década de 1990 notou-se uma mudança no modo de condução política para a gestão e organização das relações de produção e do trabalho no campo, com a intensificação das relações capitalistas, substituindo as tradicionais relações paternalistas, antes hegemônicas. Em cada um dos capítulos procurei historiar o processo a partir das relações vividas no Oeste do Paraná e as transformações que alteraram os modos de viver e trabalhar no campo.

Assim, a história dos trabalhadores vinculados a produção agropecuária, a reorganização das relações de trabalho no campo

no período, bem como a luta pela reforma agrária no Oeste do Paraná, foram processos históricos vividos por sujeitos diversos e seria impossível envolver a sua totalidade. Na escrita do texto, a interpretação histórica foi pautada pela preocupação em entender a relação entre as diversas cadeias produtivas da agropecuária e o agronegócio. Contudo, nos caminhos trilhados pela pesquisa e pela escrita da história, a delimitação metodológica aos problemas historicamente vividos na avicultura industrial proporcionou o corte necessário que viabilizou a produção do conhecimento histórico.

A história social dos trabalhadores vinculados à agropecuária, em particular, a avicultura industrial, possibilitou não apenas delimitar o olhar para melhor compreender o fato, mas para desnudar as dinâmicas da organização da produção agropecuária hegemônica pelo agronegócio e o intenso processo de exploração presente na cadeia produtiva de aves.

Nas últimas décadas do século XX, o trabalho no campo brasileiro passou por inúmeras transformações. A história desse processo evidencia como as lutas e resistências dos trabalhadores pressionaram a reorganização da produção agropecuária, não limitada apenas a pressão pelo aumento da produtividade do trabalho, entre outras justificativas comumente utilizadas pela produção acadêmica economicista.

No final do século XX e início do século XXI, com a diversificação e tecnificação das atividades agropecuárias também em pequenas propriedades, moldados pelo agronegócio, o trabalho passou a não ser apenas familiar, ocorrendo à contratação de trabalhadores para o trabalho. O fato não é isolado, pois ocorreu também em diversas atividades agropecuárias, como na produção de aves, de leite e de suínos.

Essa pesquisa sobre as relações de trabalho e luta pela reforma agrária no Oeste do Paraná iniciou em 2009, como uma atividade coletiva do Laboratório de Trabalho e Movimentos Sociais, vinculado ao Colegiado do Curso de História e ao Programa de Pós-Graduação

em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Na ocasião, chamou-nos a atenção a exploração do trabalho e o adoecimento de trabalhadores vinculados as diversas cadeias produtivas (leite, aves, suínos, soja, milho, fumo, entre outras atividades agropecuárias), com integração às agroindústrias da região. No período, realizei ou orientei inúmeras pesquisas (Pibic, TCC, dissertações) cujos resultados foram relevantes para evidenciar os imperativos do agronegócio e compor o livro. Agradeço as orientandas e orientandos que compartilharam comigo os resultados das suas pesquisas.

Durante o período da pesquisa e da produção dos resultados realizei o pós-doutorado em História Social do Trabalho, no Programa de Pós-Graduação em História, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sob a supervisão do professor Dr. Cláudio H. M. Batalha, a quem agradeço as contribuições. Entre 2012 e 2014 fui agraciado com o financiamento do CNPq, o que permitiu alavancar a pesquisa e assumir os contornos atuais.

Parte dos resultados da pesquisa foram utilizados em 2017 para a banca de promoção à classe de professor associado na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Agradeço as críticas e sugestões valiosas dos amigos historiadores Antônio de Pádua Bosi, Rinaldo José Varussa e Paulo César Inácio, membros da banca.

Agradeço a Capes pelo financiamento integral para a publicação da obra.

CAPÍTULO I

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E A INTEGRAÇÃO VERTICAL ÀS AGROINDÚSTRIAS: A REORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO NO CAMPO A PARTIR DA DÉCADA DE 1970³

Introdução

A produção industrial da carne de frango reorganizou a produção de aves no Brasil e pressionou diversas alterações nas relações de trabalho no campo e na vida dos trabalhadores rurais, a partir de meados do século XX.

A versão hegemônica construída para esse processo histórico, que transformou a produção de frango do modo artesanal e familiar para produção industrial, ocultou a expropriação e exploração dos trabalhadores rurais, mas edificou e mitificou a “saga e a contribuição da avicultura brasileira, revelando uma trajetória de sucesso raramente encontrada na História mundial” (Costa; Ferreira, 2011, p. 8).

Na disputa em torno da memória sobre a produção industrial da carne de frango a União Brasileira de Avicultura (Ubabef) produziu sua versão para avicultura industrial:

No mundo todo, para que a indústria progredisse, técnicos e cientistas se movimentaram para produzir aves mais econômicas e produtivas, rações mais eficientes e mais adequadas, manejo mais simples e mais perfeito, mão de obra mecanizada e menos onerosa, sistemas de criação mais compatíveis e mais higiênicos, medicamentos preventivos e especializados para ativar o desenvolvimento das aves,

3. Uma versão modificada e resumida foi publicada na *Revista de História Regional*, cf. Moreira (2020).

meios práticos de embalagem e conservação dos produtos etc. (Costa; Ferreira, 2011, p. 33)

A Ubafef deixou de existir em 2014 com a criação da ABPA, com Francisco Turra ainda como presidente executivo:

Empresas e entidades das cadeias agroindustrias de aves, ovos e suínos de todo o Brasil reuniram-se no dia 24 de março de 2014 para criar a Associação Brasileira de Proteína Animal. (ABPA, 2017)

Que nasceu a partir da junção da União Brasileira de Avicultura (Ubafef) e da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (Abipecs). A ocultação da história de exploração dos trabalhadores da cadeia produtiva do frango foi a motivação para a publicação bilingue do material *A saga da avicultura brasileira* em 2011. Naquele momento, inúmeras publicações acadêmicas e na imprensa (jornais impressos, sítios eletrônicos, entre outras mídias) denunciavam a exploração e o adoecimento dos trabalhadores.

A narrativa laudatória sacralizou o sentido hegemônico construído pela burguesia vinculada à avicultura industrial e disseminou sua versão nos periódicos e suplementos especializados da imprensa brasileira. A obra *A saga da avicultura brasileira: como o Brasil se tornou o maior exportador mundial de carne de frango* evidencia o silêncio deliberado – a ocultação histórica – do empresariado da cadeia produtiva de aves sobre a tragédia que se constituiu a indústria de alimentos no Brasil – o processo agudo de adoecimento dos trabalhadores. Na obra *Eu trabalhava com dor*, organização de Rinaldo José Varussa (2016), além dos capítulos introdutórios, é possível cotejar entrevistas com trabalhadores que evidenciam o processo de adoecimento no trabalho em frigoríficos e em unidades industriais de produção de pintainhos.

No tempo em que era comum a criação de galinha caipira para o abastecimento dos centros urbanos, ou quando a produção industrial ainda era incipiente, o frango chegava ainda vivo nas cidades pela compra diretamente das mãos de quem os produziam ou por meio da compra em feiras livres. Ou ainda, como ocorria em algumas regiões do país, por meio do trabalhador oveiro, que circulava pelas ruas das cidades com o seu carrinho de tração animal comercializando aves e ovos comprados no campo. O trabalhador oveiro perambulava pelas diversas vias rurais negociando aves e ovos e, não raro, a moeda de troca eram produtos encomendados e oriundos da cidade. O trabalhador oveiro poderia residir na cidade e a prática comercial constituía no seu principal trabalho. Ou residir no campo e o trabalho como oveiro era uma entre outras atividades agropecuárias (Moreira, 2010).

A partir da década de 1950, a produção de aves sofre significativa transformação e tornou-se um grande negócio, despertando ainda mais os interesses capitalistas. No período muitas empresas foram criadas e trabalhadores oveis foram contratados para fazer “linhas” pelas vias rurais para comprar aves e ovos para o abastecimento das cidades médias e grandes, ao ponto de gerar escassez nas pequenas cidades onde essas empresas atuavam⁴. Marca também esse momento a criação das primeiras empresas que começaram a produzir o frango em escala industrial em aviários para abatê-los em frigoríficos, tendo origem a avicultura industrial (Dalla Costa, 1997; Silva, 2011; Sorj; Pompermayer; Coradini, 2008).

4. A atividade do trabalhador oveiro era comum na região Noroeste do estado de São Paulo até o final da década de 1980. E empresas, tais como, a Sociedade Avícola Santista Ltda, atuaram na década de 1950 na região, na compra de aves e ovos para revendê-los em São Paulo e Santos. Em outras regiões do país a atividade recebeu outros termos, mas, com algumas variações, a prática de comprar aves e ovos no campo para comercializá-los na cidade persistiu até bem pouco tempo (Moreira, 2010, p. 8-12).

O processo industrial da produção de frangos consistiu na organização da cadeia produtiva de aves em um mercado oligopolizado por empresas multinacionais na área do “melhoramento genético”, com a produção poedeiras avós e matrizes de pintainho de um dia para a engorda, na produção da ração industrializada a base de milho e soja, na criação de produtos veterinários diversos visando à sanidade e o controle de doenças, na industrialização de equipamentos para a instalação de aviários no campo e frigoríficos nas cidades.

A avicultura industrial também alterou o trabalho de produção do frango para o abate, que era habitualmente realizada apenas pelas próprias famílias dos pequenos proprietários rurais integradas às fábricas processadoras de carne de frango⁵, tais como C. Vale – Cooperativa Agroindustrial, Cooperativa Agroindustrial Copagril, Coopavel – Cooperativa Agroindustrial de Cascavel, Cooperativa Agroindustrial Lar, Globoaves e Sadia – atual BR Foods –, entre outras, utilizando-se de trabalhadores contratados para a atividade.

As dinâmicas do trabalho rural e as relações de trabalho no campo transformaram-se com a diversificação e tecnificação das atividades agropecuárias nas pequenas propriedades. Para o senhor Luiz Ari Bernartt (2014), 65 anos quando entrevistado⁶, presidente da Associação dos Avicultores do Oeste do Paraná (Aaviopar), desde seu início em 2007, organizada para defender os interesses dos

5. Os frigoríficos são denominados pelos trabalhadores como fábricas de “moer gente”. A expressão é comum entre os trabalhadores e utilizada para expressar a ironia do trabalho humano em fábricas de processamento de carne de aves, suínos e bovinos. No sítio eletrônico “Moendo gente” é possível ter acesso a diversas reportagens produzidas pela ONG *Repórter Brasil* sobre o trabalho em frigoríficos. Disponível em: <https://bit.ly/3EUqsEy>. Acesso em: 13 jun. 2014.

6. O universo de evidências para pesquisa foram compostas por 57 entrevistas produzidas pelo autor e bolsistas de iniciação científica com trabalhadores e proprietários rurais. Os pseudônimos foram utilizados apenas quando solicitados pelos entrevistados e indicados entres parênteses nas referências. Sobre o uso da fonte oral como metodologia, cf. Portelli (1996; 1997; 2010) e Moreira (2012; 2013; 2019).

avicultores junto aos frigoríficos da região, a produção agropecuária no Oeste do Paraná é diversificada:

Noventa por cento, até mais. Olha tem só uns dois ou três que a gente sabe que são só agricultores, o restante tudo tem, é, lavou-ra, a maioria tem lavou-ra, independente disso alguns tem leite, outros tem suíno também. Então, a diversificação muito grande, a diversificação é grande. Então, o produtor não depende só de uma renda, eu acho que a avicultura aqui é uma atividade complementar. (Bernartt, 2014)

O trabalho deixou de ser apenas familiar, pois a produção agropecuária congrega o trabalho em aviários, a ordenha das vacas para a produção de leite, o trabalho na granja de suínos e todas as atividades inerentes à produção agrícola mecanizada de soja e milho⁷. Pelo menos, desde o início da década de 1990, o discurso ideológico do agronegócio para a viabilidade econômica da agropecuária passou a orientar a gestão não apenas das grandes e médias propriedades, mas também de parte significativa dos pequenos proprietários (Mendonça, 2005; Heredia; Leite; Palmeira, 2010). Na região Oeste do Paraná a forte presença de empresas e cooperativas agroindustriais há mais cinco décadas articulou e moldou econômica e politicamente a organização da produção agropecuária.

As contínuas “crises” na agropecuária

As indústrias de alimentação vinculadas ao processamento da carne de frango experimentaram no ano de 2012 uma crise que co-

7. É comum a literatura especializada afirmar que a cadeia produtiva do frango criou um mercado a “jusante e a montante da porteira da fazenda”. A produção acadêmica sobre a organização da produção da cadeia produtiva do frango é vasta e diversificada teórica e metodologicamente (cf. Bosi, 2011a; 2011b; 2013; Dalla Costa, 1997; Silva, 2011).

locou em xeque toda a cadeia produtiva avícola – esse era o discurso frequentemente utilizado na imprensa especializada.

A crise estava relacionada à severa estiagem ocorrida nos Estados Unidos naquele ano, prejudicando a produção de milho e soja, fato que elevou os custos da produção da ração para a engorda das aves, repercutindo negativamente na avicultura integrada na região Oeste do Paraná. Contraditoriamente, a imprensa noticiou a retração e a ampliação da atividade econômica. Por exemplo, a imprensa informou que empresas diversas, como a BR Foods, ampliaram a produção e adquiriu novas plantas e empresas, dentro e fora do país (Avicultura Industrial, 2012a). Por outro lado, notícias de falências e redução da produção nos frigoríficos e, conseqüentemente, aumento nos custos da engorda dos frangos para os avicultores (Zanuto, 2012). As empresas e cooperativas agroindustriais que integram a produção de frango diminuíram a intensidade das atividades, o que elevou o tempo dos alojamentos das aves nos aviários dos avicultores da região Oeste do Paraná. O aumento dos dias do alojamento das aves elevou o custo da produção para os avicultores, pois significou mais mão de obra, gastos com a energia elétrica e com a ração (Avicultura Industrial, 2012b).

No início de 2013, a crise da avicultura do ano anterior parecia não preocupar mais, como indicou o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada – Cepea/Esalq/USP. A mesma pesquisa apontou o crescimento no mesmo período da produção no estado de São Paulo e no Oeste do Paraná:

O poder de compra do avicultor paulista e do Oeste do Paraná está maior na parcial de julho. A quantidade de insumos que estes produtores conseguem adquirir com a venda de um quilo de frango vivo está superior a do mesmo período de mês passado e também de julho/12. Segundo pesquisadores do Cepea, esse contexto foi favorecido pelas altas nos preços do frango vivo, que têm atingido patamares

recordes para um mês de julho, e pelas quedas nas cotações dos principais insumos da atividade, milho e farelo de soja. Frente ao milho, a elevação no poder de compra do avicultor do Oeste do Paraná chega a 34% em um ano. Em Campinas, o produtor consegue comprar 24% a mais de milho este ano. Em relação ao farelo de soja, o poder de compra do avicultor do Oeste paranaense teve alta de 27% frente ao verificado em julho de 2012. Para o produtor paulista, o aumento no poder de compra é de 21% no mesmo período. (Avicultura Industrial, 2013)

No final do ano de 2013 e início de 2014, as notícias informavam os avicultores comemorando a elevação nos ganhos com a produção de frango. Acompanhar as notícias pela imprensa sobre as crises na agropecuária pode tornar-se enfadonho, pois a cada ano, a depender da conjuntura interna ou externa, ocorre variação nos preços de insumos ou das *commodities* das diversas cadeias produtivas da agropecuária⁸. Contudo, é relevante evidenciar as trajetórias dos avicultores Pedro Timbola e Leomar Casarolli noticiadas pelo *Globo Rural* (2013; 2014), em que celebraram o aumento no valor pago por cada frango. Para um produtor que possui quatro aviários com capacidade média para vinte mil aves alojadas em cada um, saltou de R\$ 0,60 por animal no ano de 2013, para R\$ 0,65 e R\$ 0,70 por animal no ano de 2014. O setor calcula que o custo médio para o avicultor para a produção avícola esteja em torno de 50%; essa estimativa desconsiderava os valores daqueles avicultores que pagavam semestralmente as parcelas do financiamento para a construção dos galpões. Para a cooperativa de Cascavel, a Copavel, a estimativa foi de aumento de 10% na produção para o ano de 2014.

A produção agropecuária na região Oeste do estado do Paraná foi significativamente apresentada no conjunto da produção nacional, destacando-se a produção de leite, de suínos e de galináceos

8. O que está ocorrendo em 2022 com a produção de suínos no oeste do Paraná.

(IBGE, 2008). E na produção de frango o Paraná se destacou como o principal produtor (Suinocultura Industrial, 2013) “tornando-se líder nacional no seguimento avícola”, conforme a jornalista Luana Gomes (2012), do periódico *Gazeta do Povo*, que organizou a “Expedição Avícola” no Paraná, uma série de reportagens do periódico sobre a cadeia avícola:

O presidente do Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Estado do Paraná (Sindiavipar), Domingos Martins, atribui o avanço paranaense a uma série de fatores, como o crescimento do número de avicultores e de abatedouros, quase todos habilitados à exportação, e à disponibilidade de matéria-prima. “O Paraná é privilegiado. Somos os maiores produtores de grãos do país e, tendo soja e milho à vontade como nós temos aqui, é mais fácil **fazer frango**”, observa. Hoje, o Paraná tem mais de 18 mil avicultores integrados a 42 indústrias, entre abatedouros e incubatórios. Essas empresas são as responsáveis pela produção anual de mais de um bilhão de cabeças de frango – quase 4 milhões de aves por dia. As 28 indústrias paranaenses habilitadas para exportação vendem todos os anos mais de 1 bilhão de toneladas de carne de frango para 130 países dos cinco continentes, injetando na economia do estado mais de US\$ 2 bilhões. Todo o frango produzido no Paraná vem das granjas de matrizes espalhadas pelo estado. Além de gerar receita, essas indústrias também têm um papel muito importante na distribuição da renda. “Não existe outro setor dentro do agronegócio que empregue tanto quanto a avicultura”, sustenta Martins. De acordo com o Sindiavipar, a cadeia avícola paranaense gera atualmente **50 mil postos de trabalho diretos e 500 mil empregos indiretos**. (Gomes, 2012, grifo nosso)

Para os sujeitos implicados com a avicultura industrial é comum a expressão “fazer frango” assumir o sentido literal de industrialização – fabricação – do frango. Com a expressão desaparece o

sentido artesanal do processo de nascimento, criação e engorda do frango, anteriormente relacionado às galinhas caipiras. A expressão também é comum aos avicultores e trabalhadores de aviários no campo, que estão diretamente em contato com as aves no processo de engorda do frango, quando recebem o pintainho de um dia das indústrias por meio de contratos de integração.

O número significativo de trabalhadores rurais envolvidos na produção de aves no campo e de trabalhadores urbanos nas indústrias de processamento de carne é relevante e se destacam na região Oeste do Paraná. No período, o governo brasileiro apresentava os números do agronegócio de modo otimista e vislumbrava-o como alternativa para manter equilibrado a balança comercial (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2012). O aumento do consumo da produção agropecuária, em particular da carne, do leite e da soja, também foi enfatizado pela série de reportagens da “Expedição Avícola”, suplemento *Agronegócio*, do periódico *Gazeta do Povo*. Contudo, sem dimensionar a exploração e os impactos sobre os trabalhadores vinculados a essas cadeias produtivas, que a cada dia amplia os índices de adoecimento e mutilação (Bosi, 2011a; 2011b; 2013; Heck, 2013; 2017; Varussa, 2013).

A memória e a história da industrialização recente do Oeste do Paraná estão em disputa. Os relatos construídos para o processo histórico apresentam narrativas que edificam e mitificam ainda hoje o “desenvolvimento regional” e o “progresso” da agroindústria (Bosi, 2014).

O processo histórico está vinculado a criação de cadeias produtivas e aos processos de agroindustrialização agropecuárias. As atividades agroindustriais foram diversificadas e incluíram indústrias para o processamento da soja, do milho, do trigo, do leite e das carnes de aves e suínos, peixes (Sanfelice, 2012), entre outras. De fato, a imagem de autossuficiência dos portfólios das indústrias de alimentação do Oeste do Paraná, que abastecem as gôndolas dos

supermercados, corrobora as narrativas sobre a pujança do “desenvolvimento regional” e espreita ocultar a intensa exploração dos trabalhadores. Por outro lado, a realidade vivida pelos trabalhadores das diversas cadeias produtivas, principalmente da cadeia avícola, evidencia o extremo das contradições da agroindustrialização.

A unidade familiar e a integração da produção

A família Enge (2013) tem uma pequena propriedade em Bom Jardim, bairro rural de Marechal Cândido Rondon. A família é composta pelo pai, mãe e duas irmãs: “aqui o clá é controlado pela mulherada!”, exclamou Valmi Enge. A entrevista foi realizada com Valmi e Noemi Enge. As atividades agropecuárias na pequena propriedade são diversificadas com a produção de frango, leite, soja e milho. As duas irmãs fizeram o curso superior de Biologia, mas sem concluir com a entrega do TCC, pois receberam a proposta dos pais para assumirem o trabalho com os aviários que projetavam construir. A decisão não foi difícil para as duas, pois “não viam futuro como professoras”, tal como foi relatado. Durante esse período residiram nas cidades de Blumenau, Santa Catarina, e em Cascavel, Paraná.

A família terminou a construção do quarto galpão para a engorda de frango em meados do ano de 2013, mas iniciaram na atividade logo que a Copagril Cooperativa Agroindustrial começou com a produção de frango em 2005. A integração com a cooperativa foi mantida até 2011 e depois se integraram a uma agroindústria de Itaquiraí, Mato Grosso do Sul. Para romper o contrato de integração com a cooperativa avaliaram que as exigências para o manejo e a organização do trabalho não compensavam os resultados. Além da pressão da cooperativa para a comercialização de toda a produção e consumo transcorresse nas lojas agropecuárias e supermercados da cooperativa. As irmãs Enge também consideravam vexatório o tratamento que recebiam dos técnicos da cooperativa, que des-

consideravam o conhecimento e a experiência do trabalho diário. É comum entre os avicultores os relatos que denunciam a intransigência e autoritarismo das áreas de fomento das agroindústrias para com os avicultores, impondo o saber técnico em detrimento do saber aprendido no trabalho diário com a engorda dos frangos. O problema ocorre tanto com relação as cooperativas agroindustriais quanto em empresas como a BR Foods (Sobre a relação tensa entre avicultores e técnicos das agroindústrias, cf. Toebe Zen, 2009). Na propriedade possuem quatro galpões com capacidade média de 23 mil frangos cada um, mas estão alojando apenas 21 mil em cada galpão, pois, na avaliação dos técnicos, é melhor para o manejo das aves e para os resultados com a engorda dos frangos.

O trabalho familiar foi dividido para a realização das atividades agropecuárias na pequena propriedade: Noemi é responsável pelos aviários, à mãe e a Valmi responsáveis pela produção do leite e o pai da produção da soja e do milho. A família contratou permanentemente um trabalhador assalariado para “colaborar” no trabalho em todas as atividades. Nos aviários Noemi recebe a ajuda do funcionário nas duas primeiras semanas no manejo dos pintainhos, o período que exige mais trabalho, e na preparação dos aviários para receber o lote seguinte de pintainhos de um dia, que consiste na higienização dos galpões e remexer ou trocar a cama de maravalha dos aviários.

Valmi: [...] os colonos não é mais assim que nem era. “Ah, tem umas vaquinhas lá pode pegar água de rua, de cidade, água clorada de rua encanada pra beber, não de poço.” “Pode tá”. Aí um belo dia chega lá pergunta: “Quantas vaquinhas você tem?” “Ah, eu tenho 70 vaquinhas.” Entende? Porque hoje em dia não sobrevive com pouco. Não adianta você querer ficar com 15 vacas. Ou menos, aqui com um aviário. Vai colocar hoje em dia um aviário, não compensa. Não coloca um aviário. Um aviário, um aviário vai para pagar a despesa dos outros três. Se dá o suficiente para pagar a luz, pra pagar a maravalha, pra pagar o resto que vai, entendeu? E pagar daí

se tiver no caso um funcionário, aí piora a situação mais ainda. Porque tem que paga o funcionário, paga o FGTS, todos estes encargos que tem em cima. Não adianta mais querer ser pequeno hoje em dia. Não dá mais, aí aumenta tudo. [...] Hoje em dia eu falo: “quem está só com lavoura é meio louco”, eu acho. É muito arriscado esse negócio de lavoura. Quando dá, dá muito bem. Este lado eu entendo, te sobra dinheiro, que nem agora deu esse ano muito bem. O frango sempre te dá aquilo, que nem o leite. O leite também sempre te dá aquilo, mas é uma certeza que tu tem que vai entrar. [...]
Noemi: Por isso tu tem que ter muito. Pra te sobrar mais. Quanto mais a despesa é mais alta, mas também o que sobra mais alto. É o único jeito. Cada vez você tem que ter mais pra sobrar mais. (Enge; Enge, 2013)

O trecho do relato foi construído para dimensionar as dificuldades que estavam passando com a Copel, empresa fornecedora de energia elétrica no estado do Paraná, para a instalação de mais um aviário, pois a empresa exigia a instalação de uma rede trifásica, que elevou os custos para a construção do novo aviário. Na região é comum aos proprietários rurais a sua identificação como “colonos”. A designação refere-se aos proprietários rurais que se deslocaram para a região Oeste do Paraná a partir da década de 1950 e compraram suas propriedades das empresas “colonizadoras”. Os “colonos” foram construídos pela memória e história locais como “pioneiros” que “desbravaram” as florestas e forjaram o “desenvolvimento regional” (Cunico, 2014; Varussa, 2014). As narrativas míticas e laudatórias expressam a ocultação histórica dos diversos sujeitos que habitavam a região no período anterior a 1950. O ocultamento histórico se estende também dos povos indígenas guarani e os movimentos sociais de retomada de seus territórios. E ocultação dos trabalhadores rurais sem terra no trabalho de formação das propriedades, que incluía o desmatamento e o plantio na área por um a três

anos como arrendatários e parceiros, assim como o silêncio sobre os movimentos sociais por direitos trabalhistas e na luta pela terra.

Para as irmãs Enge, a criação ou produção industrial de frango está em contínua “mutação” – “ou você muda ou você para” – e não é possível sobreviver no campo sendo um pequeno produtor. As exigências com o manejo do frango, aviários com capacidade cada vez maior, instalação de equipamentos para a automação do trabalho, equipamentos para o controle da temperatura (exaustor, nebulizador, aquecedor), para a climatização ideal – considerando a idade do frango e a estação do ano –, entre outras tecnologias, foram introduzidas ano a ano na avicultura. Os imperativos da lógica capitalista (Wood, 2010; 2014) na produção agropecuária não está restrita aos médios e grandes proprietários de terra, mas também aos pequenos proprietários – a hegemonia do agronegócio se estendeu a totalidade da vida no campo.

A produção de frangos pelos avicultores constitui em uma etapa da cadeia produtiva agroindustrial de aves:

A cadeia produtiva da avicultura de corte apresenta uma trajetória das mais interessantes dentre as cadeias produtivas agroindustriais no Brasil, marcada por constantes evoluções técnicas, um adensamento constante e estreitas colaborações entre seus integrantes que resultaram na conquista do mercado interno, gradativamente suplantando concorrentes na oferta de proteína animal ou no mercado externo, superando os principais fornecedores avícolas mundiais.

Da adaptação da tecnologia de integração de aviários por abatedouros industriais, passando pela importação de pintos avós por via aérea (que foi capa da primeira revista *Manchete Rural* em 1987) para chegar aos aviários totalmente automatizados dos dias de hoje passaram-se cerca de 40 anos. (Jesus Junior *et al.*, 2007)

Na região Oeste do Paraná, a produção organizada por cooperativas agroindustriais (Cooperativa Agroindustrial Copagril, Cooperativa Agroindustrial Lar, C. Vale Cooperativa Agroindustrial, Coopavel Cooperativa Agroindustrial, entre outras), ou demais empresas, tais como, a BRF Foods e Globoaves, com o sistema de integração da produção, data a década de 1970. Em 1976, a Sadia iniciou com a integração de suinocultores e, posteriormente, em 1979, com a integração de avicultores. Contudo, a integração agroindustrial foi utilizada pela Sadia no início da década de 1960 em Santa Catarina, importando o modelo dos Estados Unidos. Em Toledo, no início da integração para a produção de frangos pela Sadia, 90% dos avicultores também eram suinocultores integrados. Naquele momento, a Sadia privilegiava a integração de produtores de um a três aviários (Ribeiro; Cesar; Besnosik, 1981; Silva, 2011). Um contraste com os aviários *Dark House*⁹ e avicultores com até onze galpões construídos em suas propriedades no presente (Bernartt, 2014).

O deslocamento da matéria-prima para o processamento nas indústrias é realizado pelos caminhões que transportam os frangos até o abatedouro. Anteriormente, a mão de obra para o carregamento dos caminhões era de responsabilidade dos avicultores, que com a sua família ou com a contratação de terceiros, realizavam o transporte dos frangos dos aviários até os caminhões. Como é o caso da família Adams:

Isolde: A Sadia traz o pintinho, entrega a ração e faz toda a assistência veterinária. Nós entramos só com o serviço. Inclusive os carregadores dos frangos é a Sadia que manda as equipes de

9. O sistema *Dark House* foi implementado na avicultura industrial nos Estados Unidos e na Europa e pressionou a sua implantação no Brasil, diante da lógica do mercado por aumento da produtividade e competição comercial capitalista. “O sistema *Dark House*, quando aplicado na criação de frangos, condiz na construção de aviários totalmente fechados, com ventilação artificial tipo túnel e luz artificial, objetivando controlar todas as variáveis ambientais dentro do galpão, inclusive a iluminação” (Avicultura Industrial, 2013).

Toledo. [...] Antigamente era por nossa conta. E depois eles [Sadia] viram que começou. Porque quando a gente pegava as pessoas, fazia mutirão de pessoas, umas pegava pelas asas, outras pelas patas. E o frango chegava lá machucado. E agora não eles têm todo o cuidado pra fica melhor agora. Porque tem a questão de arranhadura, a gente perde o percentual se tem arranhadura. E com esta equipe não tem mais a questão de arranhaduras. [...] A gente pagava o dia. E além do dia dava o almoço, a janta, ou fazia lanche. E também tem a questão de se machucar no aviário. Porque pode que a pessoa se machuca e se for um vizinho a gente tem que dá assistência, e assim não é a equipe de lá é responsável eles vêm e carregam. (Adams, 2013)

A senhora Isolde e senhor Ari possuem um aviário na pequena propriedade em Marechal Cândido Rondon há mais de duas décadas. A propriedade foi adquirida de um tio, que tinha o aviário construído na propriedade há quase 20 anos. Certamente, um dos primeiros aviários em Marechal Cândido Rondon, construído no final da década de 1970. A família Adams possuía uma propriedade maior, mas por problemas de saúde de uma filha avaliaram que era melhor vender essa propriedade e comprar uma menor para custear o tratamento de saúde. E, assim, iniciaram com a avicultura. Além dos frangos também engordam suínos, com integração com a Sadia, e engordam gado bovino. Mesmo com a inauguração do frigorífico da Copagrill Cooperativa Agroindustrial, em 2005, mantiveram o contrato de integração com a Sadia, pois avaliaram naquele momento que seria melhor. O antigo aviário passou por reformas e atualização tecnológica, adaptado para as exigências da Sadia. No aviário já produziram o frango grill, que leva 28 dias para a engorda.

O relato da senhora Isolde é significativo para evidenciar as transformações da organização do trabalho no campo. A intensificação do uso de tecnologias para a produção agropecuária – a alteração na base técnica – gerou um excedente de mão de obra entre as famílias de

pequenos proprietários rurais e de trabalhadores rurais não proprietários e sem terras que habitavam o campo. A mão de obra excedente desses sujeitos era utilizada para a “apanha” dos frangos no aviário e carregamento do caminhão para o transporte até a indústria.

Na narrativa aparece o termo “mutirão”, que foi consagrado pela literatura para expressar as relações de solidariedade e vizinhança na realização do trabalho rural¹⁰. O mutirão era a prática social e coletiva utilizada pelas unidades familiares para a realização do trabalho no campo nos momentos que a mão de obra familiar não era suficiente, principalmente nos períodos de plantação, limpeza da roça e colheita. Contudo, o mesmo termo foi utilizado pela narradora para designar outra relação social, pois os vizinhos eram chamados para o trabalho, mas o dia de trabalho era remunerado¹¹. Por outro lado, a narrativa expressa também a preocupação da avicultora com as responsabilidades legais para com os trabalhadores contratados como diaristas; é um vizinho, moralmente, deveriam assumir os custos com médicos, remédios e os dias parados. Como sugere Alessandro Portelli (1996; 1997), quando um evento é narrado como possibilidade, certamente o fato ocorreu com o sujeito ou com outrem, considerado verossímil e, assim, informa os referenciais compartilhados socialmente pelos sujeitos.

10. O mutirão de trabalho – mutualismo de trabalho – constitui-se como prática social entre os pequenos proprietários rurais e trabalhadores rurais até pouco tempo no campo, hoje a prática é pouco usual na região oeste do Paraná, que passou pela reorganização das relações de produção no campo. “O mutualismo de trabalho frequentemente perde importância quando a economia local passa a girar em torno do dinheiro. Aumenta então a tendência a comprar com dinheiro a execução de tarefas específicas” (Linden, 2013, p. 97).

11. Uma evidência da historicidade dos conceitos, como afirma Marc Bloch (2001, p. 59), “Pois, para grande desespero dos historiadores, os homens não têm o hábito, a cada vez que mudam de costumes, de mudar de vocabulário.” Ainda sobre a historicidade dos conceitos, cf. Williams (1979, p. 17).

Para o senhor Luiz Ari Bernartt (2014), por meio da Aaviopar, conquistaram o direito e as agroindústrias tiveram que assumir os custos desse trabalho:

A nossa associação [AAVIOPAR] é diferente porque, nós prestamos um trabalho além de tá diretamente representado o produtor na empresa, nos bancos, nós temos a nossa atividade é nós junto com os deputados federais e prefeito. Nós conseguimos máquinas a fundo perdido. Essas máquinas fazem a limpeza de aviário, então nós temos, temos três bobcat, vamos ter mais uma agora, a quarta bobcat, é, tudo a fundo perdido, verbas federais que saíram. Temos alguns caminhões, espalhadeira de cama de aviário, que nós estamos distribuindo entre os associados para que eles possam utilizar. E com isso a gente buscou fazer o que, não só pensar em termo de, aquilo que é, é bater direto com a empresa, mas sim redução de custo de produção para o produtor. Essa redução de custo daí aconteceu o seguinte: quando nós iniciamos, um metro cúbico de maravalha chegou a estar o preço de quarenta e dois, quarenta e três reais, na época, em dois mil e sete [...], nós mesmos pagamos quarenta e dois reais o metro, hoje, depois de fundada, ela veio até trinta e quatro reais, porque nós estabelecemos um custo de produção e como nós adquirimos a maravalha, sem interesse em obter lucro e o preço que vem da Argentina ou vem dos fornecedores a gente repassa direto para o produtor. Então, todos os demais fornecedores tiveram que baixar esse preço se quisesse vender. Então, a maravalha baixou, baixou o custo também de empresa de aviário através dessa máquina. Nós não temos que pagar investimento de máquina, nós adquirimos uns caminhões aí, ganhamos um da prefeitura de [Nova] Santa Rosa, e temos outro que nós compramos. E com isso, esse trabalho prestado junto aos avicultores baixou o custo de produção do avicultor. Então, nós entendemos que a associação trabalha em cima de renda, diretamente com as empresas, buscando melhor remuneração, e melhor atendimento, claro. E redução de custo através de trabalho que a associação presta no fornecimento de insumos. Foi o caso da maravalha, foi o caso da limpeza de aviário.

E como o nosso caso aqui na BRF, quando a BRF começou a exigir que todos fizessem fermentação dos lotes, então teria que cada um comprar lonas pra colocar nos seus aviários, a lona do aviário na época tava em setenta e cinco reais o metro, aí nós fizemos uma licitação aqui pra associação, compramos tudo em torno de cinquenta. Então, a própria empresa passou, não, o cara comprava da própria BRF e pagava setenta, setenta e um, né? Veio aqui pra associação cinquenta, então uma diferença incrível, é, as empresas que vendem, quando é uma empresa forte demais eles não olham muito, agora quando é licitação, e nós tínhamos um volume enorme de lona, se cada um adquiri, um aviário de cem metros ele dá mil e duzentos metros pra fora de lona, então mil e duzentos, cinquenta, cem, seiscentos reais, dá aí pra o produtor, mais vinte reais por metro dá um valor considerável. Então, todo esse tipo de trabalho foi o que a gente brigou, de cara foi uma vantagem especial que deu pra o produtor. Sem considerar que eu acho que um dos maiores ganhos que nós tivemos no início, foi quando nós fundamos a associação e nós estávamos pagando tudo, o carregador principalmente. Além do custo do carregamento nós tínhamos o risco, se um dos carregadores tivesse um acidente na propriedade a responsabilidade trabalhista daquele acidente seria do produtor. Então, se chega a acontecer um acidente de um carregador se acidental lá, talvez o produtor, nem os aviários dele não chegaria pra pagar toda a despesa. (Bernartt, 2014)

As agroindústrias assumiram os custos do carregamento dos frangos nos aviários, mas terceirizam para empresas que atuam vinculadas a cada agroindústria. A mão de obra desses trabalhadores na “apanha” dos frangos é caracterizada pela intensa exploração, pois além de se deslocarem para longe de suas residências, o trabalho realizado exige muita força física, repetitivo e os trabalhadores estão destituídos de inúmeros direitos trabalhistas, tais como, carteira de trabalho assinada, seguro-desemprego, entre outros. No caso de Marechal Cândido Rondon, aproximadamente de 65 trabalhadores

pegadores de frango e batedores de caixa trabalham para Rotta Serviços, empresa terceirizada ao frigorífico da Cooperativa Agroindustrial Copagrill. Os trabalhadores foram divididos em cinco equipes, cada equipe com oito pegadores de frango, quatro batedores de caixa e um que exerce a função de motorista e chefe da equipe (Walter, 2013).

O trabalho dos pegadores de frango e batedores de caixa, nomeados pejorativamente como “graxains”, constituiu-se numa atividade fundamental para o processo de agroindustrialização de aves e na manutenção da cadeia produtiva do frango – sem essa atividade os frigoríficos de aves teriam sua produção parada por falta de abastecimento da matéria-prima ou ainda sujeitos aos problemas descritos por Isolde e Luiz. As centenas de aviários integrados às fábricas foram e estão organizadas de tal modo que fornecem a matéria-prima para o processamento no tempo determinado pela gestão racionalizada da área de fomento e administração, ao ponto de não faltar às centenas de milhares de frangos para serem abatidos diariamente em cada planta frigorífica. De acordo com o planejamento, o término do período de engorda para cada lote está em sincronia com a demanda para a entrada da matéria-prima no abatedouro. Os relatos colhidos junto a esses trabalhadores pegadores de frango e batedores de caixa informam que, não é raro, trabalham 24 horas seguidas. Além disso, remunerados por produção – ganham por aviários (Walter, 2013).

O jovem trabalhador Roberto de Lima Martins (2011), 19 anos de idade na data da produção entrevista, trabalhava há três anos para a Rotta Serviços. Roberto tinha mais três irmãos que trabalhavam para a empresa terceirizada. Afirmou que o trabalho sempre foi pesado, com movimentos repetitivos, com jornada de trabalho indefinidas, iniciando sempre à noite, pois é o momento em que as aves apresentam menos trabalho para o transporte. O trabalho em si consiste em pegar o frango e colocá-los na caixa, para o transporte até o caminhão, num constante movimento de abaixar, curvar-se e ficar ereto. Numa equipe composta por oito pegadores de frango

e quatro batedores de caixa no trabalho em uma propriedade com quatro aviários, com média de 20 mil frangos cada aviário. Os oito pegadores de frango são responsáveis por pegar 10 mil frangos cada um. Se em cada uma das mãos pegam dois frangos, realizam o movimento nada ergométrico e em ritmo intenso para a “apanha” do frango ao abaixar-se e levantar-se o corpo 2.500 vezes, com um peso de 10 a 12 quilos, em média, uma vez que cada frango pode pesar de 2,5 a 3 quilos cada um. Em cada caixa são alojados oito frangos e, assim, a equipe com quatro batedores de caixa carregam em média 2.500 caixas cada um com o peso de vinte a 24 quilos. É óbvio que os números apresentados não são exatos, mas dimensionam o volume de movimentos que a atividade exige dos trabalhadores. A principal queixa dos trabalhadores estava relacionada as dores lombares e na coluna – o início do adoecimento. A “saga da avicultura” mutila os corpos dos trabalhadores de toda a cadeia avícola.

Roberto avaliou que o trabalho como batedor de caixa e pegador de frango é melhor do que trabalhar nos frigoríficos da região¹², uma vez que o salário é um pouco melhor. De acordo com Roberto:

Quando comecei era meio difícil, mas depois fui me acostumando, se acostuma. Depois de um tempo o cara se acostuma bastante. [...] Tipo, o mais difícil era pegar frango. Agora bater caixa é mais bom. Só que é ruim também. Tem que, que nem agora tá chovendo, tem que tá lá em cima do caminhão debaixo de chuva. Temporal, estes dias tava caindo pedrinha e tava lá em cima do caminhão batendo caixa. E lá dentro do aviário é bom, não molha nada. Só que é ruim, que tem aviário que é uma nojeira dentro viu, puro aqueles banhados

12. As pesquisas desenvolvidas pelos pesquisadores do Laboratório de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais, vinculados ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), identificaram uma rejeição do trabalho nos frigoríficos pelos trabalhadores, com alto índice de rotatividade. Conferir as produções de Antônio de Pádua Bosi, Rinaldo José Varussa e o próprio autor listados nas Referências Bibliográficas.

assim, tipo molha daí aquela merda do frango fica tudo mole, trabalha naquilo, lá é um cheirão do caralho. (Martins, 2011)

Contudo, parece que Roberto não se acostumou ao trabalho, pois ele e demais trabalhadores da apanha do frango saíram e entraram diversas vezes da empresa terceirizada. O mercado de trabalho não é favorável para aqueles que raramente terminaram o ensino fundamental, cuja experiência de trabalho é apenas o trabalho braçal, restando poucas as alternativas de emprego na região.

A problematização do processo histórico de integração de avicultores, ironicamente adjetivado como “parceria”, às diversas agroindustriais evidenciou-se num sistema de integração perverso, uma vez que levaram muitos pequenos proprietários ao endividamento para a instalação dos aviários, manutenção e a pressão para atualização tecnológica contínua. É o caso de Loreci Dias do Prado Gomes, avicultora há sete anos da Colônia Barretos, em Cascavel, quando foi entrevistada pela *Gazeta do Paraná* (2010). A avicultora afirma que se sente desestimulada com a atividade. Loreci trabalha sozinha em um aviário com 13,7 mil aves, pois diante dos prejuízos com a avicultura e das necessidades para a subsistência da família, o marido sentiu-se pressionado a buscar trabalho fora da pequena propriedade: “No começo falaram que ia dar, mas a gente foi vendo que o lucro não dava nem para pagar a prestação do barracão, água, luz e mercado, ele teve que ajudar trabalhando fora” (*Gazeta do Paraná*, 2010). A produção avícola parece constituir-se em uma atividade economicamente lucrativa apenas para aqueles que possuem três ou mais aviários, com capacidade média acima de vinte mil aves.

Márcio Bernartt, secretário executivo da Associação dos Avicultores do Oeste do Paraná (AAVIOPAR), revela que [...] “Hoje o produtor está com preço abaixo do de custo de produção, é inviável”, salienta ao pontuar que o avicultor precisa necessariamente ter outras atividades para sobreviver do campo.

Mas, a realidade, segundo Bernartt, é que os produtores estão se endividando, porque fazem empréstimos para investir na atividade, mas os lucros não estão permitindo o pagamento das prestações. “A cada lote o produtor soma mais dívidas, ficando sem condições de sobreviver da avicultura, avalia. (Gazeta do Paraná, 2010)

O tema da integração foi tratado demasiadamente como objeto por muitos pesquisadores (Belusso, 2014; Silva, 2011; Toebe Zen, 2009; Paulilo, 1990). Para Maria Ignez Silveira Paulilo (1990, p. 19), o sistema de integração:

[...] tecnicamente, esse sistema é definido como uma forma de articulação vertical entre empresas agroindustriais e pequenos produtores agrícolas, em que o processo de produção é organizado industrialmente, ou o mais próximo possível desse modelo, com aplicação maciça de tecnologia e capital. São produtores integrados aqueles que, recebendo insumos e orientação técnica de uma empresa agroindustrial, produzem matéria-prima exclusivamente para ela.

Nem todas as histórias são parecidas com as narradas por Pedro Timbola, Leomar Casarolli ou das irmãs Enge¹³. O aviário da Loreci é pequeno e não está mais “adequado” às normas exigidas pelas empresas integradoras. Num primeiro momento, até o final do século XX, a produção industrial de frangos permitiu um incremento na renda da terra extraída pelos pequenos proprietários rurais avicultores. Todavia, a reorganização da produção da indústria alimentícia

13. No município Munhoz de Mello, região Noroeste do Paraná, o avicultor Francisco Carlos Munhoz Arroyo afirma que a avicultura é uma atividade lucrativa, mas a “granja tem que ser top. Enquanto alguns podem faturar bem, por ano, em um hectare, os que não forem criteriosos talvez não consigam nem pagar o financiamento”. O avicultor é proprietário de dois aviários com capacidade de 33 mil frangos em cada galpão e utiliza mão de obra contratada para o trabalho (O Diário, 2014).

e da cadeia produtiva avícola, a partir desse período, pressionaram a ampliação da escala de produção e do “acompanhamento” das “melhorias” do “padrão tecnológico” para a obtenção de uma renda da terra necessária para a sobrevivência familiar no campo. Se a pequena propriedade é minúscula – minifúndio – e abriga apenas um aviário e a família não desenvolve outras atividades produtivas simultâneas, como a produção do leite, criação de suínos, de forma integrada ou não a uma agroindústria, e uma área para plantio, amplamente tecnicizada, dificilmente conseguirá sobreviver no campo. Parafraseando, novamente, Ellen M. Wood (2014), os imperativos do capitalismo impuseram a lógica do mercado que inviabiliza economicamente as pequenas propriedades não moldadas pelo agronegócio.

A história do casal João Pedro e Delci é representativa da tendência experimentada no campo no Oeste do Paraná. O casal possui uma pequena propriedade de 2,3 hectares no município de Pato Bragado. E produzem em média 450 litros de leite por dia, com um plantel de cerca de trinta vacas. Ainda comercializam o esterco produzido pelo gado, ovos e galinhas caipiras, o que permite custear parte significativa dos gastos com a energia elétrica e a alimentação. A produtividade auferida pelo casal é celebrada pela imprensa local como exemplo de gestão e de organização da produção agropecuária, demonstrando a viabilidade da pequena propriedade, pois o casal utiliza-se de animais “melhorados geneticamente” e técnicas de manejo para alcançar a produtividade que permite ao casal obter uma renda mensal elevada, longe do padrão pago aos assalariados rurais. O casal comercializa a produção com a Frimesa Cooperativa Central, que impõe normas técnicas de manejo relacionadas à ordenha e a higiene na produção de leite para determinar o valor remunerado pago ao produtor (Cunico, 2014, p. 51-55).

As atividades agropecuárias estão hegemônicas pela organização produtiva amplamente fundamentada em tecnologias, que não são neutras cientificamente, pois tem uma racionalidade

articulada politicamente pelo agronegócio – ao capitalismo, que constituiu na política da burguesia agroindustrial para o campo nas últimas décadas.

As transformações no campo e a problemática sobre os camponeses

O objetivo aqui não é *tipificar e classificar* o pequeno proprietário da região Oeste do Paraná, ou do Brasil. A produção acadêmica nas ciências humanas, economia e na agronomia são demasiadas, com revisões literárias das obras clássicas de Alexander Chayanov (1974), sobre a lógica não capitalista da produção familiar camponesa, Karl Kautsky (1980), sobre a perspectiva reificada da subordinação da agricultura pela indústria, e Vladimir Lênin (1985), com a densa investigação sobre o capitalismo na Rússia, com a diferenciação e desintegração do campesinato.

O debate no Brasil também articula o diálogo com as obras clássicas para avaliar o campo brasileiro, com a discussão sobre a generalização ou não das relações capitalistas na produção agropecuária, ou sobre a expansão do capitalismo criando e recriando relações não capitalistas no campo, com as assertivas sobre o conceito de “camponês” ser ou não ambivalente e atual (entre outros, cf. Ben, 2011; Martins, 2013; Shanin, 2005; Motta; Zarth, 2009; Silva, 2011; Welch *et al.*, 2009).

Parte considerável dos autores asseveram o fato de trabalhadores rurais não proprietários e pequenos proprietários habitarem e trabalharem no campo como justificava para a utilização do conceito “camponês” ou “campesinato”. Ou de um modo específico, avaliam que os pequenos proprietários se vinculam às agroindústrias para a reprodução social da unidade familiar camponesa, que corrobora a existência enquanto “classe” dos camponeses. Contudo, a problematização não está limitada a possibilidade de se afirmar ou não a

presença de modos de viver “camponeses” no Brasil. A problemática é mais complexa e demanda aprofundarmos a reflexão.

Assim, as assertivas de Raymond Williams (1990) sobre o processo contínuo de elaboração de imagens sobre o campo e a cidade, vendo-os a partir de relações não dicotômicas, com temperadas críticas sobre os estereótipos e idealizações que abarcam essas realidades, contribuem para problematizar o campo no Oeste do Paraná. O autor discute a história rural da Inglaterra e do capitalismo agrário inglês e afirma que no século XVIII, com o aprofundamento do processo de cercamentos das terras inglesas e concentração fundiária,

não havia mais um campesinato, no sentido clássico do termo, e sim uma estrutura cada vez mais regular de arrendatários e trabalhadores assalariados: as relações sociais que podem ser consideradas próprias do capitalismo agrário. (Williams, 1990, p. 88)

Diante do processo histórico, a produção agrícola era regulada por meio do mercado, “na qual tudo aquilo que acontecia no mercado, em qualquer lugar, quer na produção industrial, quer na agrícola, terminava afetando tanto a cidade quanto o campo” (Williams, 1990, p. 140).

O tema sobre os camponeses na Inglaterra também preocupou o historiador Edward P. Thompson (2001, p. 206):

Convém acrescentar, ao menos outros traços essenciais: o campesinato, como elemento significativo e influente do ponto de vista social, econômico e cultural, não existe na vida inglesa – não falo da Irlanda ou do País de Gales; ele desaparece nesta época e dá nascimento a três grupos: os proprietários fundiários (*gentry*), os grandes arrendatários agrícolas e os trabalhadores sem-terra.

As transformações capitalistas na Inglaterra parecem deslocar a compreensão dos historiadores ingleses a identificar uma reconfiguração social. Nessa direção, ao historiar os movimentos sociais e sindicais dos trabalhadores rurais na Inglaterra, Eric Hobsbawm e George Rudé (1982, p. 25) afirmam que “no século XIX, o campo inglês apresentava um quadro único e surpreendente para o observador estrangeiro: inexistiam camponeses.” A formulação decorre do fato de que na Inglaterra era praticamente impossível identificar famílias que viviam do trabalho na sua própria terra, ou de famílias ocupantes de um pedaço de terra – posseiros –, que produziam para a subsistência, ao cultivar apenas com o trabalho dos membros familiares. Poderiam existir camponeses na Grã-Bretanha, mas na Inglaterra “eram já minorias sem importância”, encontrados, talvez, ao Norte. Predominavam no campo inglês os trabalhadores assalariados agrícolas. As famílias de sitiantes, proprietários de terra e de arrendatários organizavam a produção agropecuária a partir da lógica do mercado – capitalista, “talvez tão importante quanto todo o resto tenha sido também a incorporação de um cálculo empresarial sistemático as atividades agrícolas”. Diferente do camponês, as atividades agropecuárias eram realizadas a partir de “um empreendimento do tipo empresarial, combinando fatores de produção comprados no mercado para obter um lucro com a venda vantajosa num mercado de produtos acabados”, com “graus variados de racionalidade econômica” (Hobsbawm; Rudé, 1982, p. 33).

Em artigo amplamente debatido em torno do tema, Eric Hobsbawm publica, originalmente, no *Journal of Peasant Studies*, o artigo “Os camponeses e a política”:

Quanto aos camponeses, desejo simplesmente sugerir – ou melhor, relembrar – dois pontos: primeiro, que há diferenças profundas entre diversas formas de produção agrária de base familiar, as quais toda generalização corre o risco de subestimar – por exemplo, entre economias de pastoreio e de

agricultura – e segundo que, além de determinado ponto da diferenciação socioeconômica da população agrária, o termo “campesinato” deixa de ser aplicável. É difícil estabelecer exatamente onde se situa esse ponto, mas é evidente, por exemplo, que nem os fazendeiros comerciais da Inglaterra do século XIX, nem os proletários rurais de algumas economias da plantação em larga escala nos trópicos se enquadram no “problema do camponês”, embora por certo constituam parte do “problema agrário”. (Hobsbawm, 1999, p. 216)

Por exemplo, o pequeno proprietário ao integrar-se como avicultor em uma determinada agroindústria de aves na maioria das vezes não limita sua atividade produtiva ao aviário. O pequeno proprietário se dedica à produção de outras mercadorias agropecuárias com perspectiva de diversificar a produção agropecuárias, como a produção suínos, leite, soja, milho, entre outros, num sistema de gestão e produção que os vinculam às agroindústrias e ao agronegócio, utilizando permanente, sazonalmente ou temporariamente a mão de obra assalariada, uma vez que a mão de obra familiar pode tornar-se insuficiente para a realização das diversas atividades, comumente motivado pela saída dos filhos do campo para o estudo ou para o exercício de outras atividades. Como também as diversas evidências de proprietários rurais que exercem outras atividades na cidade e dali administram suas propriedades. Essas propriedades oriundas de herança ou como aquisição de um bem como investimento e negócio, principalmente com a engorda de frangos ou de suínos.

A formação histórica de sujeitos enquanto classe está relacionada à experiência social herdada e compartilhada. A utilização do conceito “camponês” como forma de descrever e localizar espacialmente onde vive e trabalha não é suficiente para afirmar a existência histórica e social do camponês enquanto classe que se opõe aos interesses de outrem (Thompson, 1997; 1998; 2001) – em particular, da burguesia agroindustrial presente não apenas na região Oeste

do Paraná, mas em todas as regiões brasileiras que fomentaram a criação de cadeias produtivas vinculadas ao agronegócio.

A narrativa do senhor Luiz Ari Bernartt (2014), presidente da Aaviopar, é uma evidência representativa dos interesses políticos da maioria dos avicultores da região Oeste do Paraná. Na verdade, hegemonicamente, os pequenos proprietários agropecuaristas assumiram nas últimas décadas a sua condição de proprietários da terra e defenderam uma posição política que os aproximaram da burguesia agroindustrial. Não divergiram do agronegócio e da agroindústria enquanto realidade, pois foram e estão inseridos nas diversas cadeias produtivas (não apenas na avicultura) e dela não querem se excluir. Não raro, identificaram problemas relacionados ao lugar subalterno e desigual que ocuparam e ocupam nessas cadeias produtivas.

Assim, a utilização do conceito “camponês” para explicar a complexidade e diversidade vivida no campo não parece se sustentar. A literatura que investiga o trabalho de avicultores na região Oeste do Paraná parece limitar o olhar para a realidade pressionada por imagens nostálgicas de um viver no campo, identificando resíduos de relações sociais e modos de vida “camponeses”, embora reconheçam as transformações nos modos de viver no campo pressionadas pela intensificação das relações capitalistas de produção, por meio da agroindustrialização e do agronegócio (entre outros, cf. Storti, 2010; Silva, 2011; Toebe Zen, 2009).

Mesmo militantes dos movimentos sociais de luta pela reforma agrária, quando indagados sobre o processo de construção da identidade dos sem-terra avaliam o quanto é controverso o “conceito” juntos aos acampados e assentados. Entre esses trabalhadores sem-terra ocorrem sempre divergências quanto ao modelo de assentamento e a organização da produção; os militantes avaliam que é necessário um processo formação educacional para a apreensão de práticas sociais e culturais agroecológicas, por exemplo, afirmada pela militância dos movimentos sociais de luta pela reforma agrária.

ria como características camponesas e de oposição ao agronegócio (Moreira, 2019; Pedron, 2012). Corrobora na construção dessas imagens a visibilidade que adquiriu os movimentos sociais de luta pela reforma agrária e a aproximação política entre o MST e a Via Campesina. Certamente, nas disputas de projetos para o campo é legítimo que os movimentos sociais de luta pela reforma agrária e parte da produção acadêmica defendam o uso da noção camponês para descrever esses sujeitos. Contudo, problematizo que a noção expressa um projeto político para o campo do que uma realidade histórica que pode ser evidenciada.

A reorganização da produção avícola atual, controlada por grandes indústrias frigoríficas, privilegia a integração de médios e grandes produtores orientados pela disputa do mercado. O processo direciona para transformações na avicultura industrial tornando-a economicamente viável apenas com a produção em larga escala e a intensa exploração da mão de obra dos trabalhadores vinculados a cadeia avícola. A tendência é visível em algumas cooperativas agroindustriais no Oeste do Paraná e empresas, como a BR Foods, que modulam o ritmo da reorganização da produção avícola no Brasil, desde o início da avicultura industrial pela Sadia, nas décadas de 1950-1960. A BR Foods em Dourados, Mato Grosso do Sul, impôs como condição para manter os contratos de integração a “modernização” dos aviários com a construção de galpões *Dark House* (Capital News, 2014). O senhor Luiz Ari Bernartt (2014) afirmou em sua entrevista que a BR Foods de Toledo está “incentivando” a construção de “modais” com aviários com capacidade para mais de 30 mil frangos alojados nos galpões. Cada “modal” compreende a construções de quatro aviários ou mais.

A lógica do processo de integração adotado pelas agroindústrias de aves constituiu-se em um sistema global, pois as dinâmicas adotadas para a organização da cadeia produtiva de aves nos Estados Unidos e na Europa foram continuamente incorporadas pelas em-

presas integradoras com os avicultores integrados no Brasil (Silva, 2011; Paulilo, 1990). Os imperativos do capitalismo informam todo o processo de reorganização da produção alimentícia e agropecuária – a lógica do processo capitalista, ideologicamente denominado agronegócio para fins de *merchandising* e, assim, ocultar os reais interesses das diversas corporações e instituições. A indústria de alimentos transformou-se de tal modo nas últimas décadas e são hoje grandes corporações instaladas em diversos países, como ocorre com a estadunidense Tyson Foods, as empresas brasileiras BR Foods e JBS Friboi, entre outras, que são grandes multinacionais. As grandes agroindústrias estão política e economicamente articuladas com o agronegócio – na verdade, não é possível separar os diversos setores que compõem o agronegócio: a relação orgânica entre as indústrias alimentícias, as indústrias de ração, as indústrias do “melhoramento genético”, indústrias veterinária, entre outras, levaram-nas a compor e associarem-se a entidades, tais como a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) e a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), entre outras (Bruno, 2009; Mendonça, 2005).

Vive-se no campo a hegemonia do agronegócio, que, além de impor um padrão para o desenvolvimento das atividades produtivas no campo, também impôs um padrão de gestão empresarial. As cooperativas agroindustriais da região Oeste do Paraná corroboraram na formação das cadeias produtivas agropecuárias e na intensificação dos sistemas de integração entre as agroindústrias e os agropecuaristas. No final do século XX e início de século XXI, avançou significativamente o projeto de concentração do capital a partir de empreendimentos capitalistas sob a alcunha de “cooperativas” em todo o estado do Paraná. As cooperativas criadas na região Oeste do Paraná durante as décadas de 1960 e 1970 constituíam-se em empreendimentos que visavam inicialmente à recepção e o comércio dos produtos agropecuários. De acordo com Ivan Ribeiro, Paulo Cezar e Roberto Besnosik (1981, p. 99-100):

No caso do município de Toledo, bem como para o Oeste paranaense de maneira geral, o desenvolvimento das cooperativas na década de [19]70 foi fundamental para viabilizar a modernização da agricultura na escala e com a rapidez em que esta se verificou. [...] Formava-se uma cadeia de estímulos à modernização em que a cooperativa tomava parte ativa: os produtores que se modernizavam sob o efeito combinado de preços remuneradores, crédito farto e assistência técnica impulsionavam a cooperativa, que ampliava continuamente seu quadro de associados, sua capacidade armazenadora (também se utilizando de crédito em condições vantajosas) e as atividades de compra e venda de produtos e repasse de crédito; quem mais se beneficiava, contudo, talvez fosse mesmo o setor produtor de máquinas e insumos modernos, que via seu mercado se multiplicar a cada ano com poder de compra garantido pelo crédito sem limites.

A reorganização empresarial das cooperativas a partir da década de 1980 altera não apenas os seus estatutos, mas reorganiza o trabalho agropecuário e as cooperativas tornaram-se agroindustriais, com a instalação de unidades de processamentos da produção agropecuária (Belusso, 2010; Silva, 2011; Sorj; Pompermayer; Coradini, 2008). A justificativa ideológica estava fundamentada na “agregação” de valor ao produtor agropecuário, a viabilidade econômica das atividades agropecuárias e a manutenção do pequeno proprietário no campo. Contudo, a gestão empresarial das cooperativas agroindustriais não difere das empresas como a BR Foods, que visa o lucro e a acumulação de capital nas relações de integração e na constituição do patrimônio da empresa-cooperativa. A prática do cooperativismo, que tradicionalmente se constituiu como prática de organização dos trabalhadores frente à exploração capitalista, foi apropriada por capitalistas de diversos setores e ramos de atividades, com os benefícios e incentivos legais e fiscais do estado, para a concentração da propriedade privada e do capital. Esse

processo histórico tem levado a burguesia, como classe, a disputar e hegemonizar os interesses de pequenos proprietários rurais e da produção familiar (Heredia; Leite; Palmeira, 2010), configurando, contraditoriamente, como parte da burguesia agrária e industrial no Oeste do Paraná. Cogito que esse processo histórico está relacionado à formação da classe trabalhadora no campo e na cidade, com seus diversos movimentos sociais, organizações e lutas sindicais e políticas, nas últimas décadas do século XX (Christ, 2010; Moraes Junior, 2011; Moreira, 2012; 2019).

José de Souza Martins (1995, p. 173-175) há muito tempo¹⁴, no livro *Os camponeses e a política no Brasil*, que se tornou clássico para os estudos do problema da terra ou questão agrária, apregoou corretamente que a pequena propriedade não era uma contradição para o capitalismo agroindustrial, uma vez que é possível extrair a renda da terra – capitalista – sem apropriar-se da terra. Naquele momento, Martins equivocou-se ao afirmar que a “expansão das relações capitalistas” não ocorre em todos os setores da produção agropecuária, por exemplo, na produção de alimentos. É provável que a avaliação do sociólogo desconsiderasse os sistemas de integração na criação de cadeias produtivas vinculadas produção industrial de alimentos. Outra questão não explorada por Martins foi desconsiderar que parte da renda capitalista da terra também é apropriada pelo pequeno proprietário, que reinvesti na propriedade na forma de construção de aviários, granjas para suínos, ordenhas, maquinário para a produção agrícola, entre outras mudanças ou reformas na pequena propriedade, que, contraditoriamente, concentra capital, além da própria remuneração familiar.

O debate em torno dos sistemas de integração vertical foi apreendido por Maria Inez Silveira Paulilo (1990), objetivando aproximar-se ao máximo dos significados que os sujeitos – peque-

14. A primeira edição é de 1981. O “capital” na obra de Martins assume a condição de sujeito a-histórico, independentemente das vontades e decisões humanas.

nos produtores integrados – construíram para a experiência social vivida. A autora identificou na literatura os pequenos proprietários integrados “classificados” como “proprietários formais”, “assalariados disfarçados” ou apenas “simples assalariados” das empresas integradoras. Os argumentos foram difundidos pela militância sindical e produções acadêmicas fundamentadas, certamente, na perspectiva de Karl Kautsky (1980) sobre a questão agrária. Para a autora, embora o debate assuma uma perspectiva crítica dos sistemas de integração, desnudando os

mecanismos de exploração, ela, na mesma medida que ilumina a ação das empresas, do capital, obscurece todo um mundo que é parte integrante dessa realidade, o mundo do integrado, como é vivido por ele. (Paulilo, 1990, p. 22)

Paulilo argumenta que tanto a crítica acadêmica quanto a militante, proferida principalmente por sindicalistas, ocultaram as diferenças entre os proprietários integrados e os trabalhadores assalariados. A autora avalia o aumento crescente de assalariados rurais, provenientes de famílias de pequenos proprietários rurais cuja propriedade não absorveu toda a mão de obra, quanto de famílias de trabalhadores sem-terra – a maioria. Parte considerável desses trabalhadores rurais sem terra organizaram, posteriormente, movimentos sociais de luta pela reforma agrária, fato que distanciaram os proprietários integrados dos assalariados rurais. Muitos proprietários que tiveram uma ou outra atividade integrada com a agroindústria (aves, suínos, leite, fumo, entre outros) utilizaram em suas propriedades a mão de obra de trabalhadores assalariados, seja como mão de obra permanente ou sazonal. Na verdade, o uso do termo “assalariado” por representantes sindicais dos pequenos proprietários integrados e por alguns integrados tem o sentido político de denunciar os contratos celebrados por eles e as empresas integradoras e reivindicar contratos mais vantajosos (Paulilo, 1990, p. 21-28).

Paulilo (1990) também avalia que não são meros “proprietários formais”. O uso do termo “proprietário formal” sugere que o agropecuarista teria apenas o título formal da terra, mas que diante das imposições técnicas perderiam o domínio de sua propriedade e da organização do trabalho no campo. O que estava em debate é o tema da “autonomia” do trabalho no campo.

É interessante como o conceito de “proprietário formal” une, de certa forma, dois elementos que pareceriam se opor: a pequena produção enquanto resistência ao avanço capitalista e o assalariamento rural enquanto consequência deste. (Paulilo, 1990, p. 28-29)

O desalento da crítica acadêmica ou militante com o “papel” “revolucionário” do proletariado rural, que vislumbrava o boia-fria como “projeto revolucionário”, elegeu o pequeno proprietário, ou “camponês” e seus modos de viver, como sujeito que resistiria “naturalmente” aos avanços do capitalismo no campo. Paulilo (1990) conclui que numa região onde predomina a diversificação agropecuária, o controle técnico da empresa integradora ocorreria apenas com as atividades integradas, como é o caso da avicultura, “esse produto nunca é o único e nem sempre é o principal dentro da propriedade” (Paulilo, 1990, p. 32).

O fato é que Paulilo (1990) editou a sua pesquisa de doutorado em 1990 e de lá para cá as relações capitalistas no campo se intensificaram, ou entrelaçaram, em quase todo os modos de viver no campo, com o agronegócio tornando-se hegemônico. Com razão, Paulilo (1990) critica a associação como sinônimo os termos “produtor integrado” e “proprietário formal”, pois o agropecuarista desenvolveria outras atividades em sua propriedade com “autonomia” da agroindústria. No Sul do país, o “camponês” – termo utilizado pela autora ao dialogar com a produção acadêmica – sempre esteve na dependência de intermediários para comercializar a produção

ou para o acesso aos bens não produzidos no campo. A produção sempre esteve vinculada a exportação para outras regiões, durante o Império ou com a República. E tinham sempre acesso a produtos importados da Alemanha ou da Itália por meio de firmas de representação comercial. Enfim, Paulilo (1990, p. 51) asseverou que a economia nunca foi de “simples subsistência”:

Na verdade, não existia no sul do país aquele camponês autônomo trabalhando para o consumo, vendendo apenas o excedente e que determinava sua vida de acordo com as necessidades internas da família e da unidade produtiva. Se pela maneira como os produtores comercializavam o seu produto, eles já se colocavam, desde o século passado [século XIX], dentro de uma ampla rede de comércio, a rota descrita pelos produtos de consumo que chegavam às suas mãos através dos comerciantes ampliava ainda essa rede.

Para Paulilo (1990, p. 53), a introdução de sistemas de integração com as agroindústrias, a partir da segunda metade do século XX:

Quando falamos, portanto, de sistema integrado nessa região [Sul de Santa Catarina], não devemos supor quebra da autonomia de comercialização, mas, embora procurando o que há de específico, compreender por que o produtor, muitas vezes, coloca o frigorífico no mesmo nível de outras redes de comercialização nas quais está inserido, sem que esta não-distinção seja causada por uma falta de consciência política.

No mesmo período, as denominadas hegemonicamente como “políticas de modernização da agricultura” envolveram diversos agentes dos governos estaduais e federal (Emater, Banco do Brasil, bancos estaduais, secretarias da agricultura, Ministério da Agricultura, cooperativas, Frente Agrária, entre outros), com políticas crédito rural e tecnificação agropecuária, associadas à intensiva extensão rural e articuladas aos interesses das multinacionais produtoras de

insumos e implementos agropecuários, alterou a base técnica da agropecuária na região Sul do país. Numa perspectiva próxima:

O crédito de custeio e investimento foram os principais elementos que propiciaram a difusão das técnicas modernas, não apenas pelas possibilidades de endividamento que abria com, sobretudo, pela sua característica de “indução tecnológica”, levando a níveis de hiper-utilização de insumos e máquinas hoje francamente reconhecidos. Em Toledo, como de resto em quase todo o País, o crédito foi o condutor de um “pacote tecnológico” previamente elaborado. [...] As transformações por que passou a produção familiar em estudo, portanto, estão intrinsecamente ligadas à rápida ampliação do crédito rural, que por sua vez conduziu a importantes transformações na base técnica da produção. (Ribeiro; Cesar; Besnosik, 1981, p. 83, 86)

A “autonomia das atividades camponesas” como parâmetro para “medir” ou avaliar a intensidade da subordinação ou não do proprietário rural ao capitalismo tem se mostrado um equívoco. Como também a permanência de famílias vivendo e trabalhando no campo como evidência de um “modo de vida camponesa” como opositora das transformações na base técnica da produção agropecuária e como contrária politicamente a lógica de mercado capitalista; é óbvio que não me refiro as iniciativas de agroecologia em pequenas propriedades e nos assentamentos vinculados aos diversos movimentos sociais de luta reforma agrária, que, sim, assumem posição política contrária ao agronegócio, mas a maioria de pequenos proprietários rurais integrados às agroindústrias. Contudo, o processo histórico é dinâmico e contraditório. E a posição política dos pequenos proprietários poderá se afastar da perspectiva política do agronegócio.

Os pequenos proprietários de terra organizaram-se em sindicatos patronais rurais, sindicatos de trabalhadores rurais e associações de produtores (como de avicultores, suinocultores, produtores de leite,

entre outros) para estabelecer uma disputa permanente entre eles e as agroindústrias, visando sempre melhores contratos de integração. Não há em momento algum a defesa de outro modo de organizar a produção ou a sociedade. Paulilo (1990, p. 85) concluiu que,

Investir, capitalizar-se é muito importante para os entrevistados. Existem os colonos (sic) que “se fizeram” e o que “não se fizeram”. Os bens acumulados são considerados frutos do esforço da família, do trabalho e também da capacidade gerencial de seus membros.

Enfim, para os pequenos proprietários de terra (os médios e grandes proprietários são desconsiderados do debate diante da situação e posição comumente assumida em defesa do livre mercado capitalista e do uso corrente de mão de obra assalariada na produção agropecuária), que em diversas circunstâncias são grandes produtores de aves, suínos e de leite, o tema da autonomia, como debatido por Marx e por diversos autores da tradição marxista, não os mobilizaram para nenhum movimento social dissidente, de oposição, ou quiçá, para a defesa de práticas agroecológicas de modo sistêmico.

Desse modo, para Paulilo (1990, p. 58), a integração às agroindústrias foi um meio dos “agricultores” para a inclusão ao processo capitalista:

Ao invés de arriscar-se sozinho, o agricultor, através da agroindústria, conseguia orientação e garantias suficientes para solicitar empréstimos que se reverteriam em benfeitorias para sua propriedade como aviários, pocilgas e estufas. Esse aumento de bens é visto como uma forma de acumulação, de “se fazer a vida”. [...] Para o agricultor, capitalizar-se significa reter, na propriedade, após saldadas as dívidas do empréstimo, um conjunto de valores sob a forma de meios de produção ou terra recuperada. Isso nos leva a crer que

não foi mera coincidência que grande parte dos aviários da região tenham sido construídos de 1979 a 1980 [...].

Ao avaliar as alternativas no social para os pequenos agricultores durante a década de 1970, Paulilo (1990, p. 65) afirma que a “terra nunca fica parada.” Usa-se a colhedeira para apressar a preparação para outro plantio. E como o

[...] preço da terra é elevado e a oferta é rara. Não é possível aumentar a produção expandindo a área plantada. A solução é fazer um mesmo pedaço de terra produzir mais. Isso significa, em parte, a utilização intensiva de adubo e o uso de máquinas, técnicas ou novas variedades de plantas que permitam diminuir a extensão do ciclo agrícola dos produtos, ou plantá-los em épocas ou terrenos impróprios. (Paulilo, 1990, p. 65)

Hoje é comum o uso de “secantes” da soja para adiantar a colheita e fazer o plantio da “safrinha” do milho. É possível também afirmar que o uso intensivo de transgênicos e venenos na produção agrícola está relacionado a essas pressões.

As atividades agropecuárias no Oeste do Paraná foram e são parecidas com as atividades agropecuárias do Sul de Santa Catarina, investigada por Paulilo. Como também há uma proximidade no modo como a avicultura do Oeste de Santa Catarina está estruturada (Turnes; Delos Associados S/S Ltda, 2012). A partir da década de 1980, a diversificação das atividades agropecuárias foi intensificada, mas, não raro, em uma mesma propriedade as atividades agropecuárias estão integradas as agroindústrias, seja ela cooperativa ou não.

O “processo de modernização e diferenciação social da agricultura” no Extremo Oeste do Paraná, a partir da década de 1970, preocuparam os pesquisadores Ivan de Otero Ribeiro¹⁵, Paulo

15. Sobre Ivan Otero Ribeiro, cf. Raimundo Santos (2006), no artigo “O agrarismo inconcluso de Ivan Ribeiro”.

Bastos Cesar e Roberto Iazlovitch Besnosik (1981). No relatório da pesquisa afirmaram que a alteração na base técnica da agropecuária, pressionadas pela política de “modernização da agricultura”, gerou a redução no ritmo do trabalho familiar e aumento do tempo livre no campo, permitindo a realização da expectativa sobre a educação, em que os filhos dos agricultores proprietários puderam se dedicar ao estudo e o exercício de outras profissões; contrariando certas projeções sobre a “especificidade da unidade familiar” e da “manutenção da condição camponesa”, o deslocamento da prole para profissões e atividades urbanas está vinculado aos significados hegemônicos, relacionados ao status social. As atividades agrícolas, como a produção de soja ou milho – e, quando o mercado estava propício, a produção de trigo –, mecanizadas, liberaram a mão de obra familiar. Contudo, o aspecto relevante dessa “ociosidade” da mão de obra familiar proporcionada pela “modernização” foi a

[...] possibilidade que se abriu para a diversificação das atividades produtivas da unidade familiar, cuja mais importante manifestação é o desenvolvimento da produção de suínos e aves no município. [...] processo de modernização da agricultura em Toledo, do ponto de vista da produção material, representou uma alteração profunda nas bases em que se reproduzem as unidades familiares pesquisadas, do ponto de vista técnico-produtivo. Esta transformação, relacionada com a mecanização e utilização de insumos modernos, implicou igualmente numa modificação nos sistemas de manejo agrícola e pecuário e mesmo na adoção de novos produtos, em torno dos quais passou a girar a economia da região. (Ribeiro; Cesar; Besnosik, 1981, p. 46; 74)

A criação de pequenos animais – suínos e aves – para a subsistência e para o mercado constituía em atividades exploradas pelas famílias desde a década de 1950. A novidade consiste na produção de porcos e de frangos em larga escala industrial, vinculados com

contratos de integração com as agroindústrias da região. A diversificação das atividades agropecuárias a partir do contexto da década de 1970, baseado na tecnificação, mecanização e utilização intensa de insumos agropecuários, alteraram os modos de viver e trabalhar no campo. Como afirmaram os autores, embora

para a maioria dos produtores da região pesquisada, o trabalho familiar ser predominante com relação ao trabalho externo, o perfil de utilização da mão de obra da família situa-se já bastante distante do modelo clássico da exploração familiar camponesa [...]. (Ribeiro; Cesar; Besnosik, 1981, p. 44)

Nas pequenas propriedades a utilização de mão de obra temporária com o uso de diversas formas de assalariamento, principalmente no período de desmatamento e preparação da terra para o cultivo nas décadas de 1950-60, período anterior à alteração na base técnica, ou nos períodos de colheita, sempre esteve presente nas atividades agropecuárias (Paulilo, 1990, p. 78-79). Ulterior, a pequena propriedade com a produção em larga escala de suínos e de frangos levou muitos pequenos proprietários ao emprego do trabalho permanente, com a remuneração dos trabalhadores baseadas em um salário fixo e mais uma percentagem da produção ou apenas uma percentagem mais elevada da produção.

Classe e luta de classes: a lógica do processo capitalista na avicultura e a crítica à noção “modernização”

A lógica adotada pelas indústrias com o sistema integração vertical está fundamentada no repasse de parte dos custos da produção avícola aos avicultores, como a construção e a manutenção dos aviários, custos com energia elétrica, custos com a força de trabalho, entre outros, para o fornecimento da matéria-prima – o frango – e na garantia da produtividade de cada lote de frango entregue aos avicul-

tores, por meio do sistema de conversão alimentar. O valor do frango é definido pela capacidade de fazê-lo chegar ao maior peso com a menor quantidade possível de ração consumida durante o período de engorda de 45 dias – o “fazer o frango” –, pesando em torno de três quilos cada. No tempo da galinha caipira o período para um frango “ficar pronto” para o consumo demorava de seis a oito meses.

A produtividade relacionada à percentagem na produção como fator para definição do salário do trabalhador rural foi inserida no campo com as transformações capitalistas nas últimas quatro ou cinco décadas. Para Ivan de Otero Ribeiro, Paulo Bastos Cesar e Roberto Iazlovitch Besnosik (1981), a produção integrada às agroindústrias no Extremo Oeste do Paraná, associado ao processo de intensificação da tecnificação e da mecanização da produção agropecuária, que os autores qualificaram como “surto modernizador pós-1970”, reorganizou a propriedade fundiária e a produção no campo, expropriou e expulsou a maioria dos agricultores não proprietários – sem terras –, aumentando significativamente o proletariado urbano e rural. O processo histórico de expropriação, expulsão dos trabalhadores rurais do campo, o deslocamento rural-urbano, para Moacir Palmeira (1989) não está relacionado apenas ao processo que se convencionou nomear como “modernização conservadora”, sendo possível verificar o “êxodo rural” desde o princípio do século XX. O que há de “novo” a partir da década de 1970 é a expulsão e a expropriação das relações sociais do trabalhador rural e a impossibilidade de retorno ao campo aos moldes anteriores. No campo não é mais possível reproduzir o modo de vida camponês, pois o processo de reorganização das relações de produção alteraram os modos de produzir no campo. E os modos tradicionais e consuetudinárias de viver e trabalhar foram transformadas.

Para Ribeiro, Cesar e Besnosik (1981, p. 145), as transformações na base técnica da agropecuária repercutiram nas relações sociais no campo:

No extremo oposto, o processo de modernização deu lugar à consolidação de um estrato significativo de produtores agrícolas apoiados fundamentalmente no trabalho familiar, mas, ao mesmo tempo, tecnificados e capitalizados no sentido de uma integração crescente ao complexo agroindustrial e aos circuitos de financiamentos da produção. [...] Em virtude de uma conjuntura de mercado extremamente favorável durante a maior parte dos anos 70, consolidou-se e prosperou uma produção familiar capitalizada, correspondente de certa forma a uma pequena burguesia rural.

O relatório da pesquisa produzido pelos autores foi concluído em 1981. Para tratar do processo de intensificação da tecnificação e das relações capitalistas no campo – nomeado como “modernização” – os autores utilizam-se de inúmeras entrevistas com diversos sujeitos implicados com a agropecuária industrial em Toledo, no Extremo Oeste do Paraná, incluindo a avicultura, e concluíram que, naquele momento, ocorreram transformações nas relações sociais e reconfiguração nas classes sociais agrárias. Em 1980, as atividades agropecuárias não eram mais as mesmas das décadas de 1950 e 1960. O processo histórico interpretado pelos autores alterou-se até o presente, ampliando significativamente o uso de tecnologias na produção agropecuária e agroindustrial. Do mesmo modo, se na década de 1980 determinadas relações sociais de trabalho apresentavam-se como tendências, hoje são realidades vividas no campo.

Nas duas últimas décadas, os proprietários de aviários se organizaram em associações de avicultores para reivindicarem contratos de integração em melhores condições com as fábricas processadoras de carne de frango, como a redução no custo na produção e melhor preço do produto final¹⁶. Contudo, para a formação histórica de

16. Para acesso ao tema a partir da imprensa, cf. Carrano, Pedro. Prisão no próprio trabalho. Avicultores integrados à Sadia protestam contra preço e condições impostos pela transnacional. *Brasil de Fato*, Edição de 3 jan. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3UkCexU>. Acesso em: 07 jan. 2012. Por outro lado,

uma classe não é suficiente a existência de determinados sujeitos sociais vinculados a uma atividade socioeconômica específica: pequenos proprietários, avicultores. Para o historiador E. P. Thompson (1997, p. 9), o “fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência”, de identificação histórica e cultural de classe, tem aproximado nas últimas décadas avicultores e demais pequenos agropecuaristas da região Oeste do Paraná das demandas políticas do agronegócio e dos sindicatos patronais – a *burguesia agroindustrial*. Parte significativa dos pequenos proprietários filiados e dirigentes dos sindicatos de trabalhadores rurais mantém como prática sindical o distanciamento político das demandas dos trabalhadores rurais assalariados, cujo vínculo trabalhista ocorre também com estes pequenos proprietários (Christ, 2010; Varussa, 2009). A propriedade privada da terra tem produzido valores liberais de classe tornando difícil uma identidade de interesses comuns entre pequenos proprietários e os trabalhadores rurais não proprietários e sem terras, com os povos indígenas e seus movimentos de retomada e com os quilombolas. Como afirmou Thompson (2001, p. 260):

Nas sociedades modernas, as relações de produção encontram expressão na formação e luta (ocasionalmente, no equilíbrio) das classes. Entretanto, classe não é, como gostariam alguns sociólogos, uma categoria estática: tais e tais pessoas situadas nesta e naquela relação com os meios de produção, mensuráveis em termos positivistas ou quantitativos. Classe,

a organização das associações de avicultores não busca romper politicamente com o empresariado agroindustrial, mas melhores contratos de integração, cf. Avicultores buscam melhores condições de trabalho no PR. *Jornal Correio do Povo do Paraná*, 2008. Disponível em: <http://bit.ly/3UvWvBk>. Acesso em: 04 nov. 2013. Avicultores de Toledo (PR) se organizam e fundam associação. *Jornal do Oeste*, 2007. Disponível em: <http://bit.ly/3NYCAIU>. Acesso em: 19 fev. 2014.

na tradição marxista, é (ou deve ser) uma categoria histórica descritiva de pessoas numa relação no decurso do tempo e das maneiras pelas quais se tornam conscientes de suas relações, como se separam, unem, entram em conflito, formam instituições e transmitem valores de modo classista. Nesse sentido, classe é uma formação tão “econômica” quanto “cultural”; é impossível favorecer um aspecto em detrimento do outro, atribuindo-se uma prioridade teórica.

As relações sociais capitalistas fundamentadas na reorganização da produção agropecuária tornaram-se hegemônicas no final do século XX, eliminando em quase todo o campo as relações paternalistas que fundamentavam as relações de trabalho. Esse processo histórico está intimamente associado às lutas e disputas dos trabalhadores por direitos trabalhistas e aos diversos movimentos sociais de luta pela terra e por reforma agrária, subvertendo a deferência comumente presente nas relações vividas no campo (Moraes Júnior, 2011; Moreira, 2012; 2019). A reorganização do trabalho no campo pelos proprietários de terra relaciona-se ao movimento hegemônico de negação de direitos trabalhistas previstos pelo Estatuto do Trabalhador Rural¹⁷, que pressionaram, contraditoriamente, a intensificação do uso de tecnologias, tais como, mecanização da

17. Para Maria Aparecida de Moraes Silva (1999, p. 64), o Estatuto do Trabalhador Rural foi “fundamental na expulsão dos trabalhadores” do campo e representou “a intensificação da exploração da força de trabalho”. De fato, a legislação permitiu a contratação do trabalho temporário e informal – precário –, contudo, a autora desconsidera a luta dos trabalhadores rurais e dos movimentos sociais para pressionar a aprovação da legislação e os usos que os trabalhadores fizeram da lei. A autora parte da leitura hegemônica das classes proprietárias que justificaram a expropriação das relações sociais consuetudinárias e “mandaram embora” os trabalhadores por “culpa” dos sindicatos, ou melhor, do Estatuto do Trabalhador Rural. Para uma perspectiva historiográfica crítica da perspectiva da socióloga e do significado do Estatuto do Trabalhador Rural para os trabalhadores, cf. Cunico (2014), Capítulo II. Como também o clássico artigo de Caio Prado Júnior (2000), “O Estatuto do Trabalhador Rural”.

produção, sementes transgênicas, utilização de diversos implementos agrícolas, venenos (inseticidas, herbicidas, fungicidas). Em substituição das relações sociais de trabalho anteriormente encontradas no campo – tradicionais e consuetudinárias, tais como o posseiro, o arrendatário, o parceiro, o agregado, o trabalhador assalariado permanente, entre outros, que possibilitava ao trabalhador e sua família residirem no campo e usufruir de moradia, cultivo de subsistência, criação de pequenos animais, lenha, entre outros, assentada em direitos costumeiros, ocorreu à expulsão e a expropriação dos trabalhadores rurais do campo (Cunico, 2014; Moreira, 2012).

Em seu lugar foram introduzidas relações de trabalho baseadas em diversas formas de assalariamento, não raro sem registro em carteira de trabalho e garantias previdenciárias; e apenas os 50m² para o cultivo de uma horta, tal como descrito nos acordos coletivos celebrados entre os sindicatos patronais e os sindicatos dos trabalhadores. O trabalho nos aviários, nas granjas de suínos e na produção de leite não são mais nas mesmas condições em que era o trabalho na agropecuária há cinco décadas. Assim, as transformações na base técnica da agropecuária não estão apenas relacionadas ao aumento da produtividade. Para Moacir Palmeira (1989, p. 50, grifo do autor), o “projeto em que investem é um projeto de classe, não é um projeto de setor, e a sociedade vislumbrada em suas manifestações não cabe nos limites da *agricultura*.”

A história da reorganização das relações de produção na agropecuária a partir da década de 1970 está saturada por noções ou termos analíticos que ocultam as contradições e suavizam a explicação do processo histórico do capitalismo tal como vivido pelos trabalhadores. Talvez o termo mais problemático seja “modernização”. E Thompson alertou-nos para os problemas de algumas noções de uso corrente na historiografia – “modernização” – em detrimento do termo “capitalista”, por exemplo:

É uma queixa comum que os termos “feudal”, “capitalista” ou “burguês” sejam demasiado imprecisos para serem úteis numa análise séria, abrangendo fenômeno vasto e díspares. Entretanto, agora encontramos constantemente o emprego de novos termos, como “pré-industrial”, “tradicional”, “paternalismo” e “modernização”, que parecem estar sujeitos praticamente às mesmas objeções, e cuja paternidade teórica é menos precisa.

Talvez seja interessante observar que, enquanto o primeiro conjunto de termos chama a atenção para o conflito ou tensão dentro do processo social, o segundo parece cutucar-nos para que vejamos a sociedade em termos de uma ordem sociológica auto-reguladora. Com um cientificismo enganador, esses termos se apresentam como se não contivessem julgamentos de valor. Também possuem uma estranha falta de temporalidade. (Thompson, 1998, p. 27)

A história da reorganização produtiva no campo foi amplamente narrada pela produção acadêmica e militante, associado ao que a literatura nomeou como “modernização conservadora”, “modernização dolorosa”, “modernização trágica”, entre outros adjetivos ao conceito hegemônico “modernização”¹⁸. A literatura brasileira convencionou a noção “modernização” para qualificar o processo histórico de formação do capitalismo a partir da segunda metade do século XX no Brasil. A “ideologia da modernização” ou do “melhoramento agrícola”, como indicaram Ellen M. Wood (2001) e Raymond Williams (1990), moldou a narrativa hegemônica do capitalismo, procurando ocultar contradições e desigualdades sociais. Como se fosse possível o desenvolvimento do capitalismo sem a intensa exploração, sem a extensa expropriação e sem o uso da

18. Para a análise do processo de tecnificação e mecanização a partir da década de 1970 como “modernização”, além dos autores já citados no artigo, entre muitos outros, cf. Gonçalves Neto (1997); Ribeiro (1982); Martins, (2013); Silva (1982) e Wanderley (2011).

violência e a repressão aos movimentos sociais de trabalhadores do campo e da cidade. A lógica do capitalismo, ou os imperativos do capital, como define Wood (2014), o tornou hegemônico e imperialista. Assim, as transformações que sucederam no campo e que tornaram a agropecuária “moderna” – ou melhor, a tecnificação intensa dos processos produtivos, a mecanização e as atividades agropecuárias voltadas para a lógica do mercado – não pouparam a natureza nem os seres humanos, ou melhor, os trabalhadores, iniciando um processo extenso de expropriação, proletarização e de constituição de trabalhadores sem terras (Hobsbawm; Rudé, 1982).

Os usos dos adjetivos “conservadora”, “dolorosa”, “trágica”, entre outros, que compreende o processo histórico como “lento”¹⁹ e “desigual” regionalmente, mesmo que utilizados com sentido crítico ao processo de intensificação da tecnificação e mecanização da produção agropecuária, fundamentadas nas relações sociais capitalistas, não resolveram o problema do conceito “modernização”. Como conceito binário, motivou a construção de descrições estereotipadas sobre os modos de viver e de produzir no campo, sendo comum o uso de adjetivos anacrônicos aos trabalhadores e as atividades agropecuárias como “atrasados”, “arcaicos”, “rudimentares”, entre outros²⁰. Assim, se desconsiderou que a evolução histórica

19. José de Souza Martins (2013, p. 10) é textual ao afirmar que “a nossa (sic) modernidade e a nossa (sic) entrada no mundo capitalista [...] se apóia a nossa (sic) lentidão histórica e a postergação da ascensão social dos condenados à servidão da espera”.

20. O conceito “modernização conservadora” também foi utilizado para explicar e tipificar o desenvolvimento do capitalismo tais como os que ocorreram na Alemanha, na Rússia e no Japão, diferentes do “desenvolvimento clássico” do capitalismo. O debate historiográfico sobre essas perspectivas teleológicas e anacrônicas é amplo e não é nosso objetivo fazê-lo aqui. A produção acadêmica, que utiliza do conceito “modernização”, e seus adjetivos, como categoria explicativa do processo histórico, apresentam problemas que a própria burguesia agroindustrial não pautavam na execução de seus projetos para o campo, por exemplo, que o aumento da produtividade agropecuária não evitou a expulsão

posterior não está dada de antemão ao processo histórico. E não compreendeu que os modos de trabalhar e produzir qualificados como “atrasados”, “arcaicos” de pequenos agricultores e trabalhadores sem terras poderiam ser interpretados como alternativos ou de oposição aos imperativos do mercado, que a intensificação do uso de novas tecnologias para produzir no campo significava. Nesse processo histórico muitos pequenos proprietários ficaram para trás, foram expropriados e perderam suas propriedades ou apenas sobrevivem no campo. O anacronismo torna-se ainda mais evidente agora no século XXI quando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Via Campesina defendem de forma contundente a produção agroecológica como projeto de oposição ao agronegócio e utilizam-se de técnicas e tecnologias fundamentadas nos modos tradicionais de produção familiar ou camponesa para construir a tecnologia da agroecologia e da agrofloresta.

dos trabalhadores rurais, ou que a “modernização conservadora” alterou a base econômica e técnica, mas não propiciou a reestruturação fundiária no Brasil mantendo amplos latifúndios (Wanderley, 2011, p. 35).

CAPÍTULO II

TRABALHADORES DE AVIÁRIOS: AGRONEGÓCIO, RELAÇÕES DE TRABALHO E SINDICALISMO RURAL²¹

A história do jovem casal de trabalhadores rurais Élcio e Bianca (2013) é representativa das transformações capitalistas no campo, na região Oeste do Paraná, nas últimas décadas do século XX e primeiras décadas do século XXI. Élcio tem 32 anos e Bianca 28 anos (na ocasião da entrevista) e ambos nunca moraram na cidade. Os dois são filhos de pequenos proprietários rurais, cujas propriedades não foram suficientes para absorver a mão de obra familiar. Élcio concluiu o ensino médio e Bianca terminou o ensino superior em História e mais um curso técnico em meio ambiente. A expectativa dos dois é deixar o trabalho em aviário e, talvez, mudar para a cidade. O projeto de vida foi formulado diante da experiência da exploração e da dureza do trabalho na avicultura; mesmo que em outros momentos da narrativa oral diversos aspectos positivos da vida no campo foram relatados; contudo, o casal mantém-se morando e trabalhando no campo. Certamente, a força da imagem de uma “vida melhor na cidade” ainda é compartilhada socialmente por trabalhadores rurais – evidência da contradição e dos dilemas vividos no campo²².

O trabalho de Élcio com os pais na pequena propriedade de cinco alqueires era “serviço normal de roça” na produção de leite e soja. Sempre que era possível trabalhava como diarista em outras

21. Uma versão modificada do capítulo foi publicada na Revista *História e Perspectivas*, cf. Moreira (2016a).

22. Nas últimas três décadas do século XX, a imagem de uma vida melhor na cidade, relacionado à expropriação e exploração no campo, articulou as formulações orais de trabalhadores rurais para justificar o deslocamento do campo para a cidade, cf. Moreira (2019).

propriedades rurais da região. E com sua família viveu até os 23 anos. Depois avaliou que já era tempo de “fazer a sua própria vida” e foi morar em outra propriedade rural e começou a trabalhar com aviários. Mas, três anos antes, já trabalhava como “diarista” em uma fazenda cuidando do gado e da propriedade; descansava apenas nos sábados à tarde e aos domingos. O trabalho era regular e ali Élcio permaneceu durante três anos de trabalho sem registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e, assim, sem receber os direitos trabalhistas e garantias previdenciárias. Foi para o mesmo proprietário, mas em outra propriedade rural, que passou a trabalhar com aviários. Nesta atividade trabalhava há mais de sete anos, na ocasião da entrevista, também sem o devido registro na CTPS. Nos primeiros quatro anos o trabalho nos três aviários contava com a ajuda de um irmão. Com a saída do irmão do trabalho nos aviários a Bianca se uniu ao Élcio no trabalho e na vida familiar.

O relato de Élcio e Bianca sobre a organização do trabalho nos aviários é rico em detalhes, o que demonstra um saber fazer aprendido no trabalho diário. Para a área de fomento técnico de uma cooperativa da região, o tempo necessário para que o trabalhador aprenda todo o processo do trabalho no aviário exige, pelo menos, um ano. Os lotes de frango para a engorda durante o ano inicial de trabalho são vistoriados com maior regularidade pelos técnicos e veterinários da empresa integradora, para verificar o manejo realizado e dirimir as dúvidas dos trabalhadores. A relação é sempre tensa, pois colidem com o saber técnico e o saber aprendido no trabalho diário. A literatura sobre as relações entre as empresas integradoras e os integrados, ou com os trabalhadores de aviários, é farta em relatos sobre os conflitos (entre outros, cf. Silva, 2011; Toebe Zen, 2009).

De acordo com Élcio e Bianca, a organização do trabalho nos aviários em que trabalham consiste em garantir o “bem-estar” do frango e permitir que fique “pronto” para o abate em 45 dias no máximo. A depender da demanda, o frango pode ser recolhido com

menos dias de engorda. Dependendo dos contratos dos frigoríficos com o mercado externo o frango pode ficar pronto entre 26 a 30 dias. De acordo com o senhor Luiz Ari Bernartt (2014):

Vinte e seis a trinta dias. Então, Medianeira pra lá tudo tá produzindo frango “Grill”, Dois Vizinho, Cascavel, uma boa área que, de agricultores daqui foi passou pra Dois Vizinho, por que tem que levar área longe e aqui em virtude dessa parada deles da linha de abate faltou linha de abate aqui daí passaram pra Dois Vizinho, lá produziram o mesmo também, Dois Vizinho abate setecentos mil frango “grill” de um quilo e setecentos.

No Oeste do Paraná, a média de aviários por propriedade gira em torno de 2 a 3 galpões e parte significativa dos aviários construídos nos últimos anos tem capacidade média de 23 mil frangos em cada galpão. Contudo, é possível encontrar propriedades com 4 ou mais aviários. No período de engorda do frango o trabalho no interior dos aviários é intenso e exige a atenção do trabalhador durante as 24 horas diárias, pois tanto no verão quanto no inverno os cuidados com a temperatura são permanentes, que varia dependendo da idade do frango e da estação do ano. O trabalho nos aviários em uma propriedade rural geralmente envolve mais de um trabalhador, por esse motivo comumente são contratados casais. No período de engorda do frango sempre um dos trabalhadores deve permanecer na propriedade, não sendo possível se ausentar dos aviários. Por exemplo, a queda da energia, que mantém os exaustores ligados, pode aumentar a temperatura e dizimar o aviário. Os primeiros 15 dias do pintainho no aviário são os mais exigentes, seja com a ração e a água, que exige o trabalho manual (em alguns aviários o processo é também automatizado), depois o processo todo é automatizado, ou para a identificação de algum problema na saúde das aves. Se for diagnosticado alguma doença o trabalhador deve acionar rapidamente o veterinário da empresa integradora. Em

todas as manhãs é necessário ao trabalhador transitar pelos aviários para recolha dos frangos mortos, por uma razão ou outra, e levá-los a compostagem para a decomposição. Durante a engorda do frango é necessário remexer a cama do aviário composta por maravalha²³ algumas vezes para deixá-la macia e evitar calos nos pés do animal, pois a ocorrência diminui o valor pago ao avicultor. Após a recolha dos frangos nos aviários é necessário um período de 10 a 20 dias de vazio sanitário para garantir a sanidade. Contudo, o trabalho não diminui. Nesse período os trabalhadores devem preparar o aviário para receber o próximo lote de pintainhos. O trabalho consiste na limpeza dos aviários e em remexer diversas vezes a cama de maravalha do aviário ou trocá-la, o que é necessário a cada oito ou dez lotes, a depender das condições da maravalha. É comum entre os envolvidos na cadeia produtiva do frango a expressão “fazer o frango” (Gomes, 2012), incluindo os trabalhadores, o que significa que o aviário é uma verdadeira fábrica de “fazer frango”, com as dinâmicas próprias da organização do trabalho industrial.

Entremeio a narrativa sobre a dinâmica do trabalho nos três aviários Élcio (2013) relata como a indústria remunera os avicultores e como os avicultores remuneraram os trabalhadores de aviários:

[...] que dá ele [o frango] come direito e não passa calor e não passa frio, daí também ele não para de comer. Não para de comer e pega peso e a conversão dele fica boa. Nós ganhamos pela conversão alimentar. Como ele [o frango], tem que comer; não [pode] comer muita ração e pegar bastante peso, assim. Se ele comer muita ração e não pegar peso é prejuízo pra nós. [...] Nosso aqui, nós somos por porcentagem. São 15 % do bruto. [...] Sem os descontos de energia, nada, é nosso, vem 15% do bruto e o que nós recebe da venda dos frangos. Se fosse do liqui-

23. Maravalha: cama do aviário, que é geralmente produzido com raspas de madeira e distribuído pelo galpão para servir de leito as aves, permitindo isolamento térmico e absorvente de umidade. Após oito ou dez lotes a maravalha é utilizada como adubo pelo próprio proprietário ou é comercializada.

do dai ia descontar luz, água, lenha, gás, o que usa durante o lote. [...] R\$ 4.500... R\$ 4.600... R\$ 4.700. A cada 60 dias.

O contrato de trabalho de Élcio e Bianca com o proprietário dos três aviários foi de 15% da produção, considerando a produtividade medida pela conversão alimentar do frango. A celebração de contratos de trabalho com as características destacadas pelo casal de trabalhadores sempre foi e ainda é comum na avicultura no Oeste do Paraná. O que pode alterar é a porcentagem que remunera os trabalhadores de aviários – geralmente entre 10% e 20%, que corresponde ao salário de dois meses de trabalho do casal de trabalhadores. Assim, deve-se dividir o valor por dois e de novo por dois. Considerando o valor de R\$ 4.500,00 por lote para o trabalho nos três aviários, o salário mensal girou em torno de R\$ 1.125,00 para cada um em março de 2013. O valor está na média salarial da região de um a dois salários mínimos, tanto para o trabalho no campo quanto na cidade. Contudo, como pondera Élcio (3013), “em vista que não precisa pagar aluguel, nem luz, nem nada, que aqui é livre, pra ganhar isso que nós ganhamos aqui na cidade num emprego ia ser muito difícil”.

A moradia e o espaço para o cultivo de uma horta também foram garantidos aos trabalhadores por meio da Convenção Coletiva (Convenção, 2013; Sindicato, 2015) e do Estatuto do Trabalhador Rural, Lei 5.889, de 8 de junho de 1973²⁴, área que comumente

24. O Estatuto do Trabalhador Rural aprovado em 1963, Lei n. 4.214, de 2 de março de 1963, revogado com a Lei 5889, de 8 de junho de 1973. Com a reformulação do Estatuto do Trabalhador Rural pelo governo civil-militar tornou possível precarizar ainda mais as relações de trabalho no campo, pois possibilitou os contratos temporários de trabalho, associado às transformações na base técnica e da sazonalidade da produção agrícola, que necessitava de pouca mão de obra permanente. Contudo, a legislação reconheceu os direitos trabalhistas dos trabalhadores rurais, como férias remuneradas, décimo terceiro salário, horas extras, moradia, saúde, repouso semanal, estabilidade no emprego depois de 10 anos, entre outros direitos, e constituiu a base para as reclamações trabalhistas

usufruem. Os trabalhadores rurais sempre utilizam a área para a produção de hortaliças e legumes, o que permite diminuir os gastos mensais com a alimentação. A garantia legal está circunstanciada na reelaboração das tradições consuetudinárias de subsistência do trabalhador e sua família ao morar e trabalhar no campo; mas em uma área de 50 m², o que significa que constitui numa realidade muito diferente e distante daquela em que as famílias de trabalhadores rurais usufruíam em tempos anteriores para a subsistência familiar, fundamentadas em relações de dominação paternalistas. Os contratos de “parceria” para o trabalho nos aviários entre os trabalhadores rurais e os proprietários de terra evidenciam relações de trabalho pautados nos imperativos do capitalismo.

Os contratos de “parceria” regulam as relações de trabalho entre os avicultores e os trabalhadores de aviários em todo o estado do Paraná. Na região Noroeste paranaense, o avicultor Francisco Carlos Munhoz Arroyo, proprietário de dois aviários com capacidade de 33 mil frangos em cada galpão, localizado próximo ao município de Munhoz de Mello, remunera o “casal Dalvina e Joaquim dos Santos, que são os olhos e os braços de Arroyo na granja” com a percentagem de “12% do lucro do patrão”. Segundo o avicultor, para que a avicultura “seja lucrativa” ou o “produtor que quiser se dar bem nessa atividade precisa ser detalhista. ‘Um ponto fundamental é ter mão de obra especializada e pagar bem a quem vai cuidar dos barracões’” (O Diário, 2014). O contrato entre o proprietário rural e o casal Dalvina e Joaquim é diferente do contrato celebrado entre Élcio e Bianca e o proprietário dos aviários em que trabalham. A diferença não é apenas os 3%. Enquanto o contrato com o primeiro casal é de 12% do lucro líquido, o contrato do segundo casal é de 15% do bruto, como explicou Élcio.

As variações nas percentagens dos contratos são comuns. Há diversas situações em que os trabalhadores de aviários recebem

na Justiça do Trabalho. A igualdade de direitos entre os trabalhadores rurais e urbanos ocorreu apenas com a Constituição Federal de 1988.

um salário mínimo por mês e mais uma pequena percentagem da produção. Essa circunstância ocorre quando o trabalhador é responsável pelos cuidados de apenas um único aviário e desenvolve outras atividades na propriedade rural.

A parceria e as relações de trabalho na avicultura

Os contratos de “parceria” para o trabalho entre dois e quatro aviários em uma propriedade envolvem sempre a contratação de um casal, pois o trabalho diário exige a mão de obra de duas pessoas. Quando a propriedade tem mais do que quatro galpões podem exigir a contratação de mais famílias ou de uma família com vários braços a disposição para o trabalho.

O casal Griebeler trabalhou durante cinco anos com a engorda de frango para dois proprietários de aviários, um em Margarida e outro em Bom Jardim, interior de Marechal Cândido Rondon. Nos três primeiros anos trabalharam com dois aviários e nos dois últimos anos com quatro aviários. Como afirma Soeli Griebeler (2013), nos dois empregos a CTPS foi assinada: “Porque trabalhar frio é fria! [...] Eu não trabalho, de jeito nenhum. Desde o primeiro trabalho, falamos assinar a carteira, que sem assinar a carteira.... E é uma obrigação deles e um direito nosso.” Pouco tempo depois da concessão da entrevista o casal deixou trabalho nos aviários e foi trabalhar com a produção de fumo em Porto Mendes, distrito de Marechal Cândido Rondon. A história de trabalho no campo do casal Griebeler iniciou com a avicultura e fizeram o caminho inverso transcorrido entre os trabalhadores rurais, intensamente vivido a partir de 1970. Segundo a entrevistada Soeli Griebeler (2013), o que motivou o casal a se deslocar da cidade para o campo foi “por causa do dinheiro mesmo, que na cidade tudo se tornava muito caro”. Do mesmo modo que Élcio e Bianca, a avaliação de Soeli é que no campo o custo de vida é menor, uma vez que não pagam

aluguel, água e energia elétrica. “E tem carne, leite, tudo que a gente precisa no sítio tem; você planta.” Nos dois contratos de trabalho do casal Griebeler (2013) o salário foi definido pela produtividade:

Soeli Griebeler: A gente ganha porcentagem. [...] Não, nós não ganhamos salário fixo, só a comissão. [...] Sempre dá adiantamento todo mês. Tanto pra você se mantê por mês assim. Ai quando entrega os frangos ele [patrão] soma o que você deve e ainda te dá o resto. Aqui no calor deu bem menos. [...] Mais mortalidade, mais doença. Chegou os dois lotes, os primeiros que nós tiramos chegamos a tirar seis mil reais, três mil real por mês, no caso. Teve lote que nós não tiramos três mil no lote inteiro. Teve muita mortalidade, muita doença, então deu 50% a menos.

Pelo que informou Soeli Griebeler (2013), nos lotes em que a produtividade foi alta, o salário mensal foi de R\$ 1.500,00 para cada um; nos meses em que a produtividade foi baixa, o salário mensal chegou a R\$ 750,00 para cada um. Para os trabalhadores a oscilação no salário é um sério problema para suprimento das necessidades básicas e para os gastos mensais; também pode levá-los ao desemprego, pois evidencia algum problema com o manejo dos animais. Se ocorrer uma redução na produtividade relacionada a problemas com o manejo dos animais, além de reduzir o salário mensal, a ocorrência em diversos lotes seguidos pode “justificar” a demissão do emprego. A queda na produtividade também pode ocorrer quando há falta de energia elétrica em que os exaustores e o sistema de controle de temperatura são desligados, elevando-a bruscamente dentro dos aviários, causando a mortalidade dos frangos (para evitar a mortalidade das aves muitos avicultores investiram na compra de geradores de energia para sanar possíveis problemas no fornecimento da energia elétrica). Nos casos de intempéries climáticas ou situações que fogem do controle dos trabalhadores ocorre a redução do salário para os trabalhadores e da renda do avicultor, sem provocar a dispensa dos trabalhadores.

O contrato envolve a realização de todas as atividades inerentes ao processo de engorda do frango, com os cuidados necessários e a disponibilidade do casal durante 24 horas por dia para a realização do trabalho:

Daí durante a noite também. [...] No inverno, aí que nem nós já vamos dormir um pouco mais tarde, perto da meia noite, e lá pelas 3, 4 horas tem que ir lá abastecer [lenha para o sistema de aquecimento]. E de manhã de novo, às 7 horas vai lá e abastece ele de novo, no inverno. (Linberger; Marchiori, 2013)

O inverno na região Oeste do Paraná é rigoroso e as exigências descritas acima iniciam, geralmente, no final do mês de abril perdurando até o final do mês de setembro ou início de outubro, a depender da intensidade do inverno naquele ano. Élcio em um momento de exaltação da entrevista exclama que o trabalho no aviário “é tipo uma prisão sem grade!”:

[...] depois que tu acostumou; tem que acostumar. Tem que saber que tem que tá em casa, não tem muito que ir em baile, festa. Quem era acostumado antes de entrar, chegou nesse serviço já tem que entrar sabendo que é tipo uma prisão sem grade! Tu tem que tá ali. Um pode sair, mas o outro tem que ficar. Esse é o serviço que tu entrou. Tem que entrar sabendo que não tem muita folga. Muito o quê? Poder sair e tirar férias e que tem o intervalo de 10... 15 dias, aí nesse intervalo tu vai achar que tá folgado? Tá folgado nada. Aí tu tem mais serviço ainda, tem que bater a cama, tem que lavar os aviários, tem que queimar as penas. Aí tu tem que começar a montar de novo pro próximo lote. (Linberger; Marchiori, 2013)

Bianca repetiu a frase em outro momento da entrevista, certamente para enfatizar que o trabalho no aviário é intenso e que a organização do trabalho no campo nas últimas décadas está muito distante daquela imagem idílica da vida rural; que, aliás, realmente para os trabalhadores nunca existiu (Cunico, 2014).

O significado do trabalho em aviário é compartilhado socialmente tanto por outros trabalhadores de aviários quanto por muitos avicultores – os proprietários; principalmente, por aqueles que trabalharam nos aviários e não contaram sempre com mão de obra contratada. Embora na Justiça o debate em torno da salubridade ou insalubridade do trabalho em aviário tenha ocupado a magistratura, muitos juízes sentenciaram a insalubridade do trabalho em aviários (TST, 2013). A mesma conclusão chegou a a medicina do trabalho em 2014 (Fernandes, 2004). Contudo, na Justiça demorou quase 10 anos, pois apenas em 2013 que em sentença do TST (2013) condenou a empresa ao pagamento de insalubridade.

A experiência social do avicultor Orestes Grespão (2012), que têm três aviários em uma propriedade rural na Linha Caça e Pesca, em Toledo, é representativa dessa realidade vivida. Em 1985 construiu dois aviários com recursos próprios. Posteriormente, utilizou financiamentos para reformas e “aprimoramento técnico” dos aviários. Em 2003 construiu o terceiro aviário apenas com financiamento bancário. Até o final da década de 1990 o trabalho nos aviários era familiar, mas depois contratou mão de obra externa, pois o proprietário se dedicou a outras atividades agropecuárias e seus dois filhos, que o ajudavam nos aviários, cursaram o ensino superior, casaram-se e foram trabalhar na cidade, embora residam no campo com os pais, mas cada um em sua própria casa:

Orestes: [...] o empregado que trabalha lá dentro dia e noite, que o empregado ali dentro não tem hora e nem dia, não tem frio não tem calor; é 24 horas no aviário, o cara tem que tá lá. Recebe o pintinho hoje até que não sai o pintinho, 42 ou 43 dias, é 24 horas por dia que tem que tá ali, por que é quente, quente uma barbaridade e tá tudo ligado e pá, caia energia, o empregado tem que correr, abaixar as cortinas se não os pintos morrem logo. Baixa tudo as cortinas e a sirene que toca e... quando vem a energia corre levantar as cortinas, fechar de novo. Quando é frio, no inverno, frio a noite fria, gelada, os pintinhos tão com 10, 12 dias,

tem que levantar duas ou três vezes por noite ir dentro do aviário e fazer fogo nos forno pro forno aquecer os bichinho, é que nem nós, puxa mais uma coberta quando tá frio, né?! Ou mais um cobertor, e os pintinhos é a mesma coisa. (Grespão, 2012)

Embora seja proprietário rural, o senhor Orestes reconhece a intensidade e a dificuldade das atividades para “fazer” o frango, enfrentadas pelos trabalhadores de aviário. A trajetória do senhor Orestes evidencia a transformação de uma agropecuária familiar para uma agropecuária cujo o uso do assalariamento foi condição para a manutenção da produção agropecuária.

Atualmente, parte dos termos utilizados para nomear as relações de trabalho no campo (parceria, por exemplo) são os mesmos termos utilizados no passado, porém não mais descrevem as relações sociais de trabalho, tais como eram em décadas anteriores. Os contratos de “parceria” com trabalhadores de aviários, nas granjas de produção de suínos e na produção de leite são exemplares dessa circunstância (Cunico, 2014).

De acordo com o senhor Luiz Ari Bernartt (2014), cerca de 40% dos avicultores integrados a BR Foods, em Toledo, e a Globo Aves, em Cascavel, Paraná, utilizavam mão de obra contratada para o trabalho em aviários. Para a área de fomento de aves da Cooperativa Agroindustrial Copagril (2014), de Marechal Cândido Rondon, Paraná, 55% dos aviários de seus integrados contratam trabalhadores “terceirizados”, conforme foram qualificados os trabalhadores de aviários pelo entrevistado. Na avaliação dos dois entrevistados o assalariamento na atividade é uma tendência crescente²⁵. Os motivos estariam não apenas relacionados à gestão,

25. A partir de dados do Censo Agropecuário de 2006, Fernando Mendonça Heck (2017, p. 73; 149-151) afirma que em torno de 80% dos pequenos proprietários não contratam mão de obra de terceiros para as atividades com o trabalho nos aviários e granjas de suínos. Diante desses dados avalia que os

tecnificação e diversificação da produção agropecuária, que requer mais mão de obra na pequena propriedade, mas também aos problemas da sucessão familiar. Muitos filhos e filhas dos pequenos proprietários direcionam-se para empregos na cidade, principalmente àqueles que passaram por formação em curso superior, como é a experiência social da família do senhor Orestes²⁶.

As relações de trabalho raramente aparecem especificadas nos contratos de trabalho entre o trabalhador e o proprietário de aviário. A preocupação está centrada na organização do trabalho. O contrato de trabalho celebrado entre Élcio e o proprietário dos aviários na ocasião da entrevista tinha mais de sete anos e limitava-se à defini-

pequenos proprietários no campo são camponeses e nos casos de contratação de mão de obra pelos pequenos proprietários seriam pequenos capitalistas. Os dados quantitativos do Censo Agropecuário de 2006 não são suficientes para justificar tal denominação, uma vez que o autor desconsidera a lógica de mercado capitalista na organização e gestão da produção, que molda as relações sociais – valores dos pequenos proprietários, entre outras questões apontadas aqui. Por outro lado, os dados utilizados são de 2006 e, pelo que percebemos, as alterações na base técnica, com a reorganização da produção, gestão do trabalho no campo e cultura dos pequenos proprietários de terra estão em transformação. Os dados do presidente da Aaviopar, da área de fomento da cooperativa da região e os demais materiais apontam para outra direção.

26. Na produção acadêmica há uma associação entre unidade de produção e unidade familiar, como se fossem sinônimos. Todavia, desde a década de 1970 tem se acentuado o uso de mão de obra assalariada, permanente ou sazonal, para o desenvolvimento de diversas atividades em pequenas propriedades, colocando em debate a “preferência (do camponês) pela auto-exploração”, como se a reprodução da condição camponesa fosse um fim nela mesma, tema recorrente na literatura acadêmica sobre a produção e reprodução camponesas. Outra questão é a imagem difundida do trabalho urbano como ascensão social de uma família; à medida que uma determinada família acumula uma certa quantidade de bens e de renda ocorre o estímulo para que os filhos estudem e exerçam essas profissões. De acordo com a pesquisa de Maria Ignez Silveira Paulilo (1990, p. 79), “para alguns proprietários, é mais importante que os filhos não continuem na agricultura e, sendo assim, poupam-nos do trabalho nos campos para que adquiram um profissão urbana.”

ção da percentagem que caberia a cada um. Ao serem questionados sobre os direitos trabalhistas Élcio e Bianca respondem:

Élcio: A isso já faz desde o começo. Daí no começo só tinha o contrato ali, mas pra essa parte de garantia não tinha nada, era mais só pra...

Bianca: É esse contrato era mais pra... praticamente não valia nada assim.

Pesquisador: Por quê?

Élcio: Valia mais só pra ele o que nós tinha que fazer, o que nós não podia fazer, como é que funcionava. Era a parte que valia mais só pro patrão mesmo, pra nós nessa parte de garantia não tinha nada. Ele não descontava nada de imposto, né. Daí também era... era um contrato de parceria, mas não tinha, não era desses, assim, de garantia pra gente, né, de comprovante que tu trabalha ali, desconta INSS, alguma coisa. Nessa parte que não tinha...

Pesquisador: Só que nesse contrato ele tinha tempo determinado?

Élcio: Tinha, tinha 3 anos e já faz... vai fazer 4 anos que venceu.

Bianca: E não renovou mais.

Élcio: Não foi mais renovado nada.

Pesquisador: Chamava parceria?

Élcio: É, era uma parceria.

Pesquisador: Como que era essa?

Élcio: Eu com o patrão – um contrato de parceria. Ele, que nem os aviários era dele, eu entrava com a mão de obra pra cuidar. Aí tinha que manter ele limpo em redor, cuida dentro se estraga alguma coisa, tem que arrumar, tem que avisar, se deu qualquer problema tem que avisar pra ele, nessas parte. É por contrato, que eu tinha que saber o que eu tinha dever de fazer, mas pra nós ter algum direito não tinha, não tinha nada também pra esse... pra direito pra nós não se via. Era só mais pra ele mesmo. (Linberger; Marchiori, 2013)

Na narrativa emerge um dos principais problemas das relações de trabalho no campo: a “parceria”, que é utilizada para regular

as relações entre trabalhadores rurais e proprietários rurais, principalmente, nas atividades vinculadas a avicultura, suinocultura e na produção de leite. O termo “parceria” pode parecer “moderno” associado às novas dinâmicas adotadas no mundo do trabalho, que passaram por reorganização produtiva e do trabalho nas últimas décadas; mas o termo tem história antiga no campo. As relações de parceria no Brasil datam o final do século XIX e início do século XX e regulava as relações entre trabalhadores rurais e proprietários de terra na produção agropecuária (Hall; Stolcke, 1983).

Na obra *Arrendamento e parceria rural nos tribunais*, o desembargador do estado de São Paulo, Antônio Dimas Cruz Carneiro (1984), inventariou a jurisprudência formulada nos tribunais motivada por ações trabalhistas fundamentadas no Estatuto da Terra, Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964, e no Decreto n. 59.566, de 14 de novembro de 1966, que regulamentou o Estatuto da Terra, e demais jurisprudências produzidas a partir dos conflitos trabalhistas no campo. De acordo com o autor, o objetivo era reunir material suficiente para orientar o trabalho dos bacharéis em direito, pois nos processos trabalhistas que chegavam aos tribunais havia confusão com relação aos contratos escritos ou verbais sobre arrendamento e parceria. Uma evidência de que a Justiça do Trabalho há muito constituía em uma arena dos conflitos e disputas entre os trabalhadores rurais e proprietários de terra (Gomes; Silva, 2013; Silva, 2012; Varussa, 2012; 2013), em que a Justiça do Trabalho figurava entre os trabalhadores do campo e da cidade como uma instituição em que é possível dirimir as péssimas condições de trabalho e a exploração nas relações de trabalho.

No Estatuto da Terra, artigos 92 e 96, a relação de parceria foi definida como uma das formas de contrato entre o proprietário de terra e o trabalhador rural. De acordo com o parágrafo único do artigo 96 do Estatuto da Terra, os contratos de exploração econômica rural estabelecem o

pagamento do trabalhador, parte em dinheiro e parte percentual na lavoura cultivada, ou gado tratado, são considerados simples locação de serviço, regulada pela *legislação trabalhista*, sempre que a direção dos trabalhos seja de inteira e exclusiva responsabilidade do proprietário. (Carneiro, 1984, p. 8, grifo nosso)

Para a legislação e a jurisprudência construída a partir dos processos tramitados na Justiça do Trabalho, ou na Justiça Comum, a parceria constitui uma relação de trabalho “sempre que a direção dos trabalhos seja de inteira e exclusiva responsabilidade do proprietário”. Para evitar as dúvidas quanto às diferenças entre arrendamento e parceria a jurisprudência foi arrolada pelo autor: “A outorga de terra, mediante pagamento através de percentuais na produção, caracteriza parceria e não arrendamento rural.” Ainda de acordo com a jurisprudência: “Se o contrato possui características de parceria rural, é irrelevante a sua denominação de ‘arrendamento rural’. [...] Os *parceiros são sócios – nenhum é credor do outro*” (Carneiro, 1984, p. 10-11, grifo nosso). O que é considerado como parceria pela legislação é a relação em que o parceiro-outorgado deve receber, no mínimo, 25% do resultado da produção. Abaixo dessa percentagem é considerada uma forma de assalariamento, caracterizando uma relação de trabalho – não de parceria. A regulamentação da parceria no Estatuto da Terra, definindo a remuneração mínima de 25% da produção ao “parceiro”, constituiu em 1964 num engenho jurídico para a extração da renda capitalista da terra – visando o “desenvolvimento rural”, o terceiro título da legislação, em que os artigos que regulamentaram a parceria apareceram na Lei, normatizando a política do estado para a agropecuária, por meio da exploração da mão de obra²⁷.

27. Não é objeto nessa pesquisa, mas o Estatuto da Terra também foi utilizado pelos movimentos sociais de luta pela terra como fundamento jurídico para a reforma agrária até promulgação da Constituição Federal de 1988.

Nas últimas duas ou três décadas, os contratos para a criação de aves, suínos ou produção de leite, vinculados à integração agroindustrial, a “direção dos trabalhos” foi ou é “de inteira e exclusiva responsabilidade do proprietário”. Todavia, os trabalhadores de aviários são contratados como “parceiros” e recebem uma percentagem da produção, que oscila entre 10% e 20%, um ou outro caso chegando aos 25%. Os avicultores cogitam os trabalhadores de aviários como “sócios”, mas nos “contratos de parceria” dificilmente chegam aos 25% da produção. Desse modo, não pode ser legalmente caracterizado como “parceria” e sim como assalariamento. A relação está situada no campo da legislação trabalhista, constituindo uma relação de trabalho. Portanto, a maioria dos contratos de “parceria” celebrados na região Oeste do Paraná não se parece nada com parceria descrita e qualificada no Estatuto da Terra de 1964 e consagrado na jurisprudência. Na verdade, o que se busca são brechas na legislação para burlar e não assumir os custos da produção capitalista no campo e, assim, desrespeitar os direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores.

A mesma conclusão foi elaborada pelo advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu, David Hermer Depiné, em entrevista para a historiadora Flaviane Mônica Christ (2010, p. 131):

[...] muitos agricultores estão contratando empregados como parceiros, como têm chamado, com esse problema de não assinar carteira e acaba se incomodando mais pra frente. A questão dos aviários, hoje em dia que é bastante lucrativo, a gente tem várias cooperativas que trabalho no ramo, empresas que trabalham no ramo aqui na região, e esse tipo de atividade requer muita mão de obra, e só a família não vem dando conta de fazê isso. Então, existe bastante contratação, principalmente pra trabalhar em granja de porco e em aviários. E muitos agricultores também pela renda abandonam um pouco o trabalho manual. Médio e

grande produtor, que não é familiar, contratam assalariado pra fazê todo tipo de serviço. Já gerenciam o trabalho. E a gente tem bastante agricultor aqui na nossa região com poder aquisitivo alto, então, se você for percorrer as propriedades rurais que não são de economia familiar, muito pequena, você vai encontrar pessoas lá que deveriam tá com a carteira assinada, mas não está, tá como parceiro, meeiro, arrendatário, só que na verdade não é. É um empregado que deveria tá com a carteira assinada.

O sindicalismo rural sem “parceria” com os trabalhadores rurais

A trama vivida pelos trabalhadores torna-se ainda mais intrincada diante da atuação do sindicalismo rural no Oeste do Paraná, cuja maioria não tem uma tradição de luta e organização dos trabalhadores (Varussa, 2009; Christ, 2010) e prezam, antes de tudo, pela prática da negociação após o rompimento do vínculo empregatício.

A experiência social do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Toledo (STRT) é expressiva do sindicalismo rural da região Oeste do Paraná. A narrativa do senhor Delvo Baldin (2014), 61 anos quando entrevistado, natural de Lagoa Vermelha, Rio Grande do Sul, presidente do STRT, permite avaliar as práticas e políticas sindicais direcionadas às relações de trabalho no campo, em particular, a “parceria”. O senhor Delvo antes de assumir como presidente foi tesoureiro e relata que atua no sindicato há mais ou menos 25 anos. E ainda trabalha na sua pequena propriedade localizada na área rural de Toledo. O senhor Delvo explica que não fará a sucessão rural, pois o filho formou-se em administração e atua na área. Até hoje produz soja e milho na propriedade, mas durante muito tempo também criou suínos e nos últimos dois anos que manteve a suinocultura contratou um “parceiro” para a atividade. Quando questionado se na região ocorre muito à contratação de “parceiros”:

Delvo: Agora muitos contratam, muitos contratam.

Pesquisador: E aí o sindicato tem uma relação, tem dados sobre isso?

Delvo: Na verdade esse é o nosso desafio, é o nosso desafio de nós irmos a campo e tomar conhecimento de quantos são esses trabalhadores e ter uma conversa, um diálogo com esse povo porque nós não temos isso. O sindicato nunca fez esse trabalho de chegar e conversar, por exemplo, com esses trabalhadores rurais que tão empregados lá cuidando, por exemplo, tanto da avicultura como em outras atividades, a pecuária de leite e suinocultura. Então, nós temos essa dificuldade e nós não temos. Mas é o desafio e nós temos a proposta desse ano a gente ir a campo e buscar esse trabalho. Então, é uma pena eu não posso te dar todas essas informações.

Pesquisador: Mas o senhor sabe como que é o contrato de trabalho entre os avicultores e os trabalhadores de aviário?

Delvo: É, então, varia muito de situação pra situação, assim, de proprietário para proprietário é... outros... muitos fazem assim, uma parceria, que tem a participação no resultado. Outros, então, são empregados assim mensais, recebendo o seu salário.

Pesquisador: Como é que é essa parceria?

Delvo: Bem, essa parceria ela é feita assim, dependendo do resultado final. Ele [o trabalhador] tem uma porcentagem em cima do resultado, então, é assim que funciona.

Pesquisador: Isso não é salário?

Delvo: Na verdade, a parceria não é considerada trabalho... salário. É, mas ali a CLT é meio complicado, daí tem muitas ações. E nós também fizemos parte aqui de uma junta conciliadora. Aí depende muito da interpretação, da Justiça quando há assim esses delitos, ou diria assim, uma, mais entrosamento patrão/empregado e acaba indo pra Justiça pra fazer o acerto, por exemplo, na hora da rescisão do contrato e coisas assim. Então, ali é muitas vezes considerado salário, dependendo muito da situação.

Pesquisador: O senhor poderia dar um exemplo pra eu entender? Quando é considerado salário e quando não é considerado salário?

Delvo: Bom, isso depende muito, assim, de como que é lá o contrato feito, as cláusulas do contrato feito. Então, isso depende muito, varia muito, mas, por exemplo, assim, a pessoa é con-

tratada pra ter como um trabalho lá um percentual, trabalhar sempre em porcentagem, do resultado.

Pesquisador: Por exemplo, dez, quinze, vinte por cento?

*Delvo: É, vamos dizer assim, vinte por cento. Mas aí ele trabalha no sábado, no domingo e à noite e aí, muitas vezes, a lei interpreta isso como salário e que ele teria direito a hora extra. E ele pode questionar isso na Justiça. Aí é uma questão muito de advogado, de interpretação do juiz também. **É meio complicadinho essa situação quando vai pra esse lado aí. Por isso, às vezes, é interessante fazer um contrato bem feito que não dá essa, essa, vamos dizer, essa vantagem depois pro empregado, por exemplo, pedir na Justiça horas extras ou mesmo insalubridade, outras coisas assim.** (Baldin, 2014, grifo nosso)*

O presidente do sindicato conhece a legislação e reconhece o seu descumprimento à medida que os contratos de parceria não estão adequados às relações de trabalho realmente vividas no campo. Ao final do trecho da narrativa citada, o senhor Delvo constrói sua identificação social e define a sua posição enquanto presidente do STRT e proprietário de terra. Esse é um dos dilemas do sindicalismo dos trabalhadores rurais, que mantém na mesma base sindical “pequenos proprietários” em regime de “agricultura familiar”²⁸, compreendidos como “trabalhadores rurais”, e trabalhadores rurais não proprietários – assalariados e sem terras. A manutenção na mesma base sindical de “pequenos proprietários rurais” e de trabalhadores rurais assalariados está relacionado ao sindicalismo rural

28. A definição de pequena, média e grande propriedade é determinada pelo Estatuto da Terra, Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964, que instituiu os módulos fiscais para fins de cobrança de Imposto Territorial Rural, alterado pela Lei n. 6.746/1979, que estabeleceu que até um módulo fiscal fosse minifúndio; de um a quatro módulos fiscais é uma pequena propriedade. Na Região Oeste do Paraná um módulo fiscal corresponde a 18 hectares. Assim, é considerado pequeno proprietário quem possuir até 72 hectares; que corresponde a quase 30 alqueires de terra (29,75206 alqueires).

de tradição comunista durante as décadas de 1950-60, que buscou construir uma aliança entre os pequenos proprietários e os demais trabalhadores rurais (assalariados rurais, posseiros, parceiros, arrendatários, entre outros) na luta contra os latifundiários, contraditoriamente, conformado no Estatuto do Trabalhador Rural, Lei n. 4.214 de 2 de março de 1963, revogado e reformado pela Lei n. 5.889, de 8 de junho de 1973. Enfim, apenas com o Estatuto do Trabalhador Rural que o sindicalismo rural foi regulamentado. O enquadramento sindical a partir da Constituição Federal de 1988 permitiu a criação de sindicatos de trabalhadores rurais – assalariados rurais, porém, em regiões que não contam com a organização dessa categoria os sindicatos não foram reorganizados e a separação das categorias de pequenos proprietários e trabalhadores assalariados não foram efetivadas na base sindical (Costa, 1990; Medeiros, 1995; Moreira, 2012; Welch, 2010).

Com a intensificação das transformações na base técnica da agropecuária, a partir da década de 1970, a contratação de trabalhadores ocorria ocasional e sazonalmente com os trabalhadores diaristas, sem vínculo empregatício, em ocasião das colheitas ou de alguma emergência de mão de obra no campo – os chamados “boias-frias”. As transformações na mesma base técnica na última década do século XX, com a intensificação da produção industrial de leite, aves e suínos com a produção integrada às agroindústrias, motivaram os pequenos proprietários a contratar trabalhadores permanentes com regularidade. Com a hegemonia do agronegócio, os interesses econômicos e políticos entre muitos pequenos proprietários e trabalhadores rurais assalariados pouco se articulam²⁹. Contudo, convém indagar e investigar se no passado a arti-

29. É óbvio que não é uma regra e existem pequenos proprietários que são solidários com os sem-terra na luta pela reforma agrária. No passado, principalmente entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, o sindicalismo rural de São Miguel do Iguaçu conseguiu a articulação dos interesses de parte dos pequenos

culação política entre trabalhadores rurais assalariados, sem-terra, e pequenos proprietários rurais não passou de um projeto de um setor da classe para a classe, dificilmente factível para a complexa realidade vivida da luta de classes e dos valores que permeiam a propriedade privada da terra no Brasil?

Talvez, seja esse o motivo que levou o senhor Delvo a projetar para o futuro o trabalho sindical que poderia coibir a transgressão da legislação trabalhista. O trabalho no sindicato limitou-se a receber as demandas dos trabalhadores após o rompimento do contrato de trabalho para encaminhá-las ao advogado conveniado. O senhor Delvo avaliou ao final da entrevista que, na verdade, os trabalhadores não são registrados e são contratados como “parceiros” para “ludibriar o trabalhador, pra realmente o patrão sair das obrigações trabalhistas” (Baldin, 2014). É provável que o entrevistado tenha cogitado a sua condição enquanto presidente do sindicato e alterado a narrativa, uma particularidade na produção e no uso da fonte oral (Portelli, 1997), mas evidencia a prática social e sindical cotidiana.

O cumprimento dos direitos trabalhistas e previdenciários depende, não raro, de ações na Justiça do Trabalho, mediados por advogados que atuam ou não vinculados aos sindicatos dos trabalhadores rurais. Isso significa que a reclamação trabalhista na Justiça do Trabalho referente às péssimas condições de trabalho e situações precárias, sem a formalização por meio de registro em CTPS, tem ocorrido apenas depois de rompido o contrato de trabalho para o cumprimento da legislação.

A lógica comumente adotada pelos trabalhadores rurais constitui-se em trabalhar durante muito tempo para um determinado proprietário rural (às vezes, dez, quinze, vinte anos ou

proprietários e trabalhadores rurais, quando alguns de seus dirigentes (pequenos proprietários) militaram na luta pela terra e na organização dos sem terras na luta pela reforma agrária, cf. Christ, (2010); Moraes Junior (2011). Sobre o sindicalismo rural no Paraná, cf. Silva (1998; 2009).

mais) e depois reclamar na Justiça do Trabalho os direitos trabalhistas e previdenciários negados e não pagos. A prática fundada no costume de não confrontar o patrão proprietário consistia em resguardar a permanência no trabalho, pois os trabalhadores rurais avaliavam, com razão, que acionar o patrão na Justiça do Trabalho enquanto ainda eram seus subordinados poderia levá-los a perder o emprego.

Agora, tal prática tornou-se um problema para os trabalhadores rurais, uma vez que as mudanças introduzidas na Constituição de 1988, a Emenda Constitucional 28/2000, previu a prescrição dos direitos trabalhistas não reclamados depois de transcorridos cinco anos e depois de transcurados dois anos da rescisão contratual. A alteração constitucional colidiu com os costumes de não confrontar o patrão durante a vigência da relação de trabalho – fato que tem levado os trabalhadores rurais a perderem seus direitos trabalhistas. É o caso de Élcio, que trabalha há mais de dez anos para o mesmo patrão sem os devidos registros em CTPS. Embora, em decisão recente, o TST amparou os direitos dos trabalhadores prescrevendo os contratos celebrados “apenas” após a Emenda Constitucional 28/2000, de 25 de maio de 2000 (TST, 2011). Os direitos de Élcio não foram amparados pela jurisprudência, pois começou a trabalhar para o atual patrão em 2003, considerando o primeiro emprego, antes do trabalho nos aviários. Mesmo com as mudanças na legislação os trabalhadores rurais ainda não construíram uma tradição acionar seus respectivos patrões na Justiça do Trabalho durante a vigência do contrato de trabalho. Élcio e Bianca desconheciam a mudança na legislação.

Além do assalto aos direitos trabalhistas e o ardid na negação dos costumes dos trabalhadores rurais, outra possível pressão para a mudança constitucional esteve relacionada ao fato de que uma recla-

mação trabalhista muitas vezes inviabilizava parte ou totalidade da propriedade privada à medida que a indenização aos trabalhadores rurais poderia ultrapassar o valor da propriedade (Varussa, 2009). Enquanto o direito de propriedade privada é inalienável, os direitos dos trabalhadores são alienados pela mudança constitucional e preservem se não forem reclamados no tempo determinado.

Todavia, após o rompimento do contrato de trabalho, muitos trabalhadores rurais procuram os sindicatos dos trabalhadores rurais e são encaminhados aos advogados trabalhistas para dirimir as demandas dos trabalhadores. Após entrevistar o presidente do STRT solicitei que me apresentasse o advogado do sindicato, o senhor Dario Gennari, 72 anos quando entrevistado, natural de Nova Prata, Rio Grande do Sul, que há trinta anos atuava como advogado e assessor jurídico do STRT. A narrativa do advogado trabalhista Dario Gennari foi extensa e versou sobre diversos temas: legislação trabalhista rural, relações de trabalho no campo, projeto de atuação para a direção sindical e sua trajetória de vida. A entrevista inicia com a presença do presidente do sindicato, que se ausenta após quinze minutos; em meio à entrevista um trabalhador apareceu para discutir a rescisão do seu contrato de trabalho e negociação em trâmite, que seria encaminhada ao Arbitrat³⁰.

Segundo o advogado trabalhista, parte significativa das demandas de trabalhadores rurais que recebe em seu escritório não chega a constituir-se em ações trabalhistas na Justiça do Trabalho

30. Para a presente pesquisa foi solicitado acesso aos processos envolvendo trabalhadores rurais no Arbitrat, mas o pedido foi negado pelo presidente da Acit e pelo presidente do Arbitrat, argumentando que “o procedimento arbitral é rigorosamente sigiloso”. Comissão de Conciliação Prévia – Câmara de Mediação e Arbitragem (Arbitrat) constitui em uma câmara de conciliação trabalhista vinculada a Associação Comercial e Empresarial de Toledo (Acit), regulamentado na Convenção Coletiva de Trabalho entre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Toledo e o Sindicato Rural de Toledo, cf. Convenção (2000).

de Toledo, pois os processos são encaminhados ao Arbitrat, aonde as causas trabalhistas são arbitradas, mediadas e acordos são firmados. A partir da entrevista com o advogado do STRT é possível compreender melhor a dinâmica sindical e o tratamento político das relações de trabalho no campo:

A maior demanda assim ocorre pelo seguinte: a maioria dos proprietários rurais paga dez ou quinze por cento da produção e registra o empregado com um salário da categoria, o registro da categoria a comissão soma-se no salário, certo? O maior problema é esse, então, o trabalhador ele tem direito das horas extras normalmente e demais todos os direitos trabalhistas. O que ocorre que o agricultor, a maioria dos agricultores, acredita que pagando a comissão liquida o assunto. A única forma de o avicultor escapar das horas extras, das férias, do décimo terceiro, dos reflexos das horas extras, seria contratar parceria com o trabalhador rural. Ou seja, mas aí deve pagar no mínimo vinte e cinco por cento, porque no Artigo 96 do Estatuto da Terra tem um parágrafo, que estabelece que o proprietário poderá receber 75% das atividades como a produção rápida. Então, o aviário está incluído, a suinocultura está incluída nesse assunto. Então, o principal problema dos avicultores é de que não paga. [...]. Tem diversos, mas daí a família que trabalha toda com parceria. Tá entendendo? É mesma coisa é a suinocultura, tem que ser vinte e cinco por cento. Só que na parceria a legislação diz que o contrato mínimo é de três anos. Nós firmamos contratos de três anos, mas nós colocamos umas cláusulas que pode ocorrer rescisão antecipada. Por exemplo, se você for integrado da Sadia, a Sadia não... ele que é arrendatário, que é teu parceiro, ele e a mulher dele, se dá a entrega do lote, a Sadia diz que o lote rendeu dez por cento a menos e que é pra melhorar os cuidados com ele. No outro lote a Sadia diz que é vinte por cento. Aí nesse caso você notifica o parceiro dizendo pra ele que será dado a oportunidade de mais um lote, mas se manter as restrições da Sadia fica rescindido o contrato. Então, os contratos que eu faço aqui para agricultor, para o... Eu, acontece que

eu fui 24 anos advogado do sindicato (patronal). Por causa da política me mandaram embora, porque eu era da ARENA e eles do PMDB. O novo prefeito que assumiu em [19]83: “Ah, não quero mais!” Ai eu vim pra cá em [19]84. Eles vieram lá me procura. Então, a realidade é essa. Mas alguma questão? Pode perguntar. (Gennari, 2014)

Para o advogado trabalhista, as principais demandas relacionam-se aos contratos de “parceria”. Informa que os trabalhadores registrados em CTPS e “comissionados” entre 10% e 15% mantêm os direitos trabalhistas de férias, décimo terceiro, horas extras, entre outros. Ao rescindir o contrato esses direitos podem ser reivindicados na Justiça do Trabalho. A resolução do “problema” para os comitentes proprietários de terra seriam os contratos de 25% da produção.

A situação descrita pelo advogado do STRT é contraditória, pois defende os trabalhadores rurais assalariados e ao mesmo tempo formula contratos de “parceria” para os pequenos proprietários rurais, que também são filiados ao STRT, que no entender do advogado trabalhista não aparece como conflito de interesses. No decorrer da entrevista o senhor Dario Gennari fez questão de informar que aqueles proprietários de terra avicultores, suinocultores ou produtores de leite que seguem as suas orientações não têm problema com os contratos, pois os direitos trabalhistas e previdenciários foram respeitados. E quando um trabalhador é dispensado do trabalho apenas as verbas rescisórias normais em uma rescisão de contrato são pagas.

O tema da “parceria” entre avicultores e trabalhadores de aviários também apareceu na entrevista com o senhor Luiz Ari Bernartt (2014), presidente da Aaviopar. Ao mesmo tempo, tratou-se sobre a história da Aaviopar, das demandas dos avicultores e das lutas políticas e as negociações junto a BR Foods e a Globo Aves, fábricas de processamento de carne de Toledo e Cascavel, respectivamente, que integram a maioria dos avicultores filiados na associação. A narrativa do senhor Luiz Bernartt (2014) sobre as relações de tra-

balho entre os avicultores e os trabalhadores de aviários é expressiva dos interesses em disputa:

Luiz Ari Bernartt: [...] Outra coisa importante que nós estamos pedindo é..., é o nosso produtor tem um problema seríssimo de hoje trabalhista, então se nós colocarmos, o produtor, nosso funcionário como, na nota de produtor, e ele entra como integrado, recebe percentagem, ele tá na nota, ele mesmo que ganha a comissão dele, mas ele vai tá na nota, ele, ele, fica fácil pra provar pra um juiz que ele é um integrado realmente, agora se ele não aparece, ele não vendeu nada, não gastou nada.

Pesquisador: De quem o senhor está falando?

Luís Ari Bernartt: Do, por exemplo, eu tenho funcionário.

Pesquisador: Sim.

Luís Ari Bernartt: Esse funcionário tem que colocar na minha nota, a nota que eu entrego a cada carga que vai eu tenho que colocar uma nota no meu nome, vai no meu nome e outro, esse outro é ele, é o funcionário, por isso, se ele entrar, no final da coisa, entra com uma ação na Justiça querendo pagá, o juiz te dá vínculo trabalhista, daí vínculo trabalhista tem que pagar um monte de coisa, agora se você tê, se você provar que ele era teu sócio na atividade, ele não é um funcionário teu. Ele é um sócio teu. Daí não tem os encargos trabalhistas, isso é outra coisa que nós estamos brigando agora pra defini. [...] E daí é preciso contratar funcionário, então aí que também enfrenta um problema, os familiares tão velhos e tem que contratar funcionário, e daí é que tá esse problema, tá acontecendo muito de o cara quando sai entra com uma ação trabalhista, que nem hoje de manhã teve um aqui, mas ele vai fazer o acerto, tá encaminhando através dos sindicatos rurais e tudo mais, fazer o acerto no sindicato, porque se não o cara, no fim da história, leva um pagamento esse terceirizado, que pra nós aqui é funcionário, pagar bem porque o juiz entende plenamente que o cara que é funcionário [...]. Aí ele obedece a ordem do patrão, do dono, trabalha tantas horas, trabalha lá, como no início ele trabalha, levanta a noite fazer fogo e tudo mais, não sei o quê, ele tem um monte de hora extras. E daí se o juiz der vínculo trabalhista, o cara tem que pagar tudo

as horas extras, os domingos, valores exagerados, dobrado e tá caro. Então, é isso que nós temos enfrentado um problema, agora, esse problema aqui de, de mão de obra, é problema crítico aqui, tá ainda, tá afetando na região, nós estamos tentando fazer isso agora, isso que te falei, de nós conseguir colocar, eles como realmente parceiro pra nós evitar isso, é uma solução pra o avicultor. Agora tomara que dê certo isso e nós estamos entendendo que o juiz, eles vão dar ganho de causa pra o produtor, o produtor paga tudo, paga comissão pra o cara, paga tudo, geralmente é comissionado, né? Comissionado.

Parte dos trabalhadores de aviários recebem o pagamento referente à produtividade do trabalho com cheque da empresa, que integra os avicultores, e não com cheque do próprio avicultor. A empresa é informada da percentagem contratada com o trabalhador e referente ao lote entregue é emitido dois cheques: um para o avicultor e outro para o trabalhador do aviário. A prática denuncia o descumprimento da legislação de pagamento mínimo de 25% da produção – é a isso que se refere o senhor Luiz Ari Bernartt. E parece que os trabalhadores utilizam desse documento para provar o vínculo empregatício.

Para a resolução dos “problemas” vividos pelos avicultores (também suinocultores e produtores de leite), expresso na narrativa do presidente da Aaviopar, “para não ter os encargos trabalhistas” e os trabalhadores considerados como “sócios”, ocorre a necessidade da celebração de contratos de parceria de no mínimo 25% da produção – situação vislumbrada como um problema absurdo para os “produtores” integrados, pois não admitem reduzir os lucros com a produção. Será que tencionam alterar a legislação trabalhista?

A narrativa do avicultor e presidente da Aaviopar sobre a mão de obra é muito parecida com os reclames de demais membros da burguesia agroindustrial no Oeste do Paraná: falta de mão de obra e qualificação para o trabalho no campo. A historiadora Jaqueline Mi-

chele Cunico (2014) ao historiar o trabalho no campo, no período de 1970 a 2013, identificou situações similares como, por exemplo, na reportagem do periódico *O Presente Rural* sobre os “dilemas” da

família Vanzella [que] é tradicional do Oeste do Paraná para o agronegócio, tanto que o presidente da Cooperativa Frimesa, que engloba outras cooperativas da região, é Valter Vanzella, que também presidiu a Cooperativa Agroindustrial Copagrill.

De acordo com a reportagem, a família precisou parar com a produção de leite, “numa propriedade altamente tecnificada”, pois não encontrou mão de obra qualificada:

Estava difícil para achar e depois manter mão de obra qualificada para trabalhar com o gado. Quem tem gado de leite sabe, não dá para ficar mudando toda hora porque atrapalha a produção. (Cunico, 2014, p. 70)

Para Cunico (2014), as péssimas condições de trabalho, extensas jornadas de trabalho e os baixos salários motivam a rotatividade do trabalho no campo. Para o senhor Luiz Bernartt (2014), o problema com a mão de obra se agrava com a quantidade de ações na Justiça do Trabalho e o pagamento dos direitos trabalhistas.

A representação sindical dos avicultores no Oeste do Paraná esteve atenta às possíveis mudanças na legislação que rege a relação entre avicultores e as indústrias de abate e processamento de carne de frango, os contratos de integração vertical – as “parcerias”³¹ –, informando ao

31. Refere-se ao PL 6459/2013, que tramitava no Congresso Nacional no período da entrevista. O PL foi aprovado como Lei Ordinária n. 13.288, de 16 de maio de 2016, que regulamenta, “Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os contratos de integração vertical nas atividades agrossilvipastoris, estabelece obrigações e responsabilidades gerais para os produtores integrados e os integradores, institui mecanismos de transparência na relação contratual, cria fóruns nacionais de integração e as Comissões para

pesquisador que se posicionou contra a tratativa do Ministério Público do Trabalho de Chapeco, Santa Catarina, que pleiteou o vínculo trabalhista entre avicultores e as indústrias integradoras. O senhor Luiz Bernartt compartilha a sua posição com o diretor executivo da Associação Catarinense de Avicultura (Acav), Ricardo Gouvêa, e com o presidente do Sindicato dos Criadores de Aves do estado de Santa Catarina (Sincravesc), Valdemar Kovaleski, que assevera:

O que os avicultores querem é uma atividade rentável, retorno da mão de obra empregada e do capital investido. Todo trabalho que estamos fazendo é para equilibrar a situação e garantir renda para os criadores.³²

A posição contrária ao vínculo empregatício entre os avicultores e a BR Foods, que foi o caso em litígio, apresentou-se ao senhor Luiz Bernartt como paradigma para a relação social vivida entre os avicultores e os trabalhadores de aviários. No período, o Ministério do Desenvolvimento Agrário em conjunto com o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA) e o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead) financiaram uma pesquisa sobre as relações de trabalho na avicultura, tendo o Oeste de Santa Catarina como espaço delimitado. Ao que parece, o objetivo da pesquisa era subsidiar a luta de setores da representação dos avicultores na disputa jurídica com as agroindústrias (Turnes; Delos Associados S/S Ltda, 2012). Contudo, a aprovação da Lei n. 13.288/2016, desqualificou os movimentos sociais e sindicais de avicultores e suinocultores, principalmente, mais combativos e militantes, que reivindicavam o vínculo trabalhista com as empresas integradoras.

Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração - Cadec, ou similar, respeitando as estruturas já existentes. Parágrafo único. A integração vertical entre cooperativas e seus associados ou entre cooperativas constitui ato cooperativo, regulado por legislação específica aplicável às sociedades cooperativas.”

32. Chamou a atenção do historiador a repercussão da notícia no periódico da região Oeste do Paraná, *O Presente Rural* (2010). Para a decisão do TST (2013).

Histórias inconclusas

A história do trabalho e dos trabalhadores rurais do Oeste do Paraná não tem termo, pois segue o ritmo intenso marcado pela reorganização contínua das relações de produção no campo, moldada pelo capitalismo, que assumiu “roupagem nova” com o epíteto de agronegócio. Todavia, as transformações capitalistas no campo intensificaram a precariedade das relações de trabalho rurais e agora sob o risco de a situação piorar ainda mais, pois com o golpe de 2016, a reforma trabalhista em 2017, aprovada em 11 de julho de 2017 no Senado e sancionado sem vetos, em 13 de julho de 2018, como Lei 13.467, antes propugnado pela burguesia agroindustrial “como atrasada e impeditiva do desenvolvimento agrícola brasileiro” (Junqueira, 2013).

CAPÍTULO III

O ADOECIMENTO DOS TRABALHADORES DA CADEIA PRODUTIVA DO FRANGO³³

A história de Anderson Francisco é parecida com a de muitos outros trabalhadores dos aviários na produção de pintainhos na região Oeste do Paraná. Por outro lado, o relato sobre a história de trabalho de Anderson Francisco é peculiar, pois sua trajetória de vida o levou a se exonerar do serviço público municipal, motivado por atrasos de cinco ou seis meses no pagamento dos salários, para, logo depois de uma semana, iniciar em 1996, com dezenove anos, o trabalho nos aviários dos matrizeiros da Sadia, atual BR Foods, em Toledo (a produção industrial de frango com a Sadia iniciou em 1979).

Anderson Francisco se arrependeu da escolha feita naquele momento. Contudo, a imagem da Sadia, nas décadas de 1980 e 1990, junto aos trabalhadores que residiam na cidade de Toledo, ou em toda região Oeste do Paraná, apresentava a empresa como um “bom lugar para trabalhar”, que pagava em dia e com registro em CTPS.

A Sadia não apenas processava as carnes de frango e suínos, mas também produzia os pintainhos de um dia nos aviários, chamado de matrizeiros de aves, para a engorda nos aviários dos avicultores integrados. Nesse trabalho nos aviários permaneceu Anderson Francisco ficou até 2004, uma vez que, diante do adoecimento, foi transferido pela empresa para diversos setores do processamento da carne no frigorífico da Sadia, o que o adoeceu ainda mais. Não apenas na região Oeste do Paraná, o trabalho em frigorífico é tradicionalmente conhecido como uma fábrica de “moer gente”. A expressão é comum entre os trabalhadores e utilizada para expressar

33. Uma versão modificada do capítulo foi publicada na obra organizada por Rinaldo José Varussa (2016).

a ironia do trabalho humano em fábricas de processamento de carne de aves, de suínos e de bovinos (apropriada pela ONG *Repórter Brasil*, sistematizando séries de reportagens sobre o trabalho em frigoríficos no sítio eletrônico *Moendo gente*). A produção acadêmica *Eu trabalhava com dor*, organizada pelo historiador Rinaldo José Varussa (2016), apresenta o problema do adoecimento entre os trabalhadores de frigoríficos e mais dez entrevistas com trabalhadores adoecidos, que inclui a entrevista com Anderson Francisco.

O adoecimento de trabalhadores não está restrito ao trabalho nos frigoríficos, mas também aos trabalhadores das unidades de produção de pintainhos, comumente vinculados as indústrias³⁴, e aos trabalhadores de aviários para a engorda dos frangos no campo.

As histórias de adoecimento pelo trabalho na produção da carne de frango são impactantes e corrobora na explicação de que a cadeia produtiva se mantém às custas do mais-valor, o meio eficaz para garantir que a cadeia produtiva do frango se mantenha lucrativa, enquanto os trabalhadores realizam atividades repetitivas, monótonas, pesadas e, não raro, ergonomicamente prejudiciais à saúde, mutilando os corpos outrora sãos. A cadeia produtiva do frango está contaminada pelo vírus da exploração.

Como trabalhador da Sadia de Toledo, Anderson Francisco foi convidado para compor a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Alimentos de Toledo, mas abandonou o mandato antes de terminá-lo, pois a sua avaliação política do sindicato relacionou as práticas sindicais aos interesses da empresa. Naquele momento, o trabalhador não vislumbrou que seria possível qualquer mudança a partir daquela estrutura sindical. Contudo, Anderson Francisco iniciou sua militância na Associa-

34. A BR Foods e a Cooperativa Agroindustrial Lar têm suas unidades de produção de pintainhos. Outras, como a Copagrill Cooperativa Agroindustrial para fornecer aos avicultores integrados adquirem os pintainhos de um dia de outras empresas, como a Globoaves; todas localizadas no Oeste do Paraná.

ção dos Portadores de Lesões por Esforços Repetitivos (AP-LER). É no trabalho político na AP-LER que foram produzidas diversas denúncias junto ao Ministério Público do Trabalho, com Termos de Ajustes de Conduta (TAC) e ações na Justiça. O que se tem procurado é minimizar o drama vivido pelos trabalhadores adoecidos e evitar o adoecimento dos demais trabalhadores.

A organização da produção industrial de aves e ovos foi reestruturada diversas vezes a partir de 1950. O sistema de integração vertical utilizado pelas indústrias para a produção dos frangos de corte pelos avicultores levou a Sadia (atual BR Foods) a organizar o processo de criação de pintainhos de um dia com matrizeiros, incubatórios e recria, como unidades de produção de pintainhos localizadas nas cidades, onde estão situadas as suas fábricas (Silva, 2011). Inicialmente, as matrizes para produção de pintainhos de um dia eram importadas e há duas décadas ocorreu a instalação no país de granjas de avós e bisavós. Atualmente, no Brasil ocorre a exportação da genética por meio de ovos fecundados para diversos países. É o caso da empresa de genética avícola Cobb-Vantress, de propriedade da multinacional americana Tyson Foods, com instalações em diversas cidades nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. O monopólio genético ocorre pelo domínio das bisavós, que são utilizadas para botar o ovo que geram as avós que, por sua vez, botam os ovos para as matrizes, que produzem os ovos para os pintainhos de um dia, que são fornecidos pelas indústrias processadoras de carne de frango – os frigoríficos – aos avicultores integrados (Cobb-Vantress, 2013). De fato, o que uma empresa como a Cobb-Vantress comercializa é a genética presente nas bisavós, pois terceirizou no Brasil o comércio de matrizes de corte com a Globoaves, que tem contrato de exclusividade (Assessoria, 2009).

O trabalho de Anderson Francisco na produção de pintainhos consistia na vacinação das aves e ovos, coleta de sangue das aves,

coleta de ovos, serviço de pesagem, remexer a cama de maravalha, a limpeza do ambiente com diversos produtos químicos, alimentação das aves, entre outras atividades:

Anderson Francisco: A gente recebia uma planilha nas granjas. Assim, as aves elas tinham que [...] atingir, assim, de cem por cento, uns oitenta e seis por cento das aves alojadas tinham que estar produzindo essa meta. Você não podia baixar [...]. Aí quando abaixava esse pico, que não produzia os oitenta e seis por cento e não eclodisse os pintinhos no incubatório, aí eles faziam reuniãozinha, reuniãozinha, daí se persistia acabava o cara ameaçando ter advertência. Ou outros ia mandar embora. Ou não recebia avaliação porque não estava produzindo. Então, o povo ficava assim, na parte de contaminação, essas coisas tudo, o que eles pediam o pessoal fazia. É desinfetar os ovos no tempo certo, que também tinha que desinfetar por causa dessa cobrança, não é nem que eles iam mandar embora, não nesse setor assim porque trabalhava de domingo a domingo, quase não mandava. O pessoal tinha aquele negócio por causa da avaliação ou participação de lucro. Então, a ameaça [...] que não tinham avaliação algum aumento, bônus, promoção de subir de coisa. Então, eles não davam pra quem não atingia esse tipo de meta e aqueles que atingiram também no final, também não ganhava, mas é uma forma de pressão que eles faziam, pelo menos quando entrou, quem entra e tal ali, quando não atingia aquela meta que não dava eclosão daí eles pressionavam. Tinha que fazer reunião ficava uma semana dando treinamento, como é que tinha que catar ovo no ninho, como é que tinha que desinfetar, eles ficavam em cima nessa linha de produção. E também era outra que coisava era a ração. Eles controlavam o estoque e daí se estava comendo muito ou até não controlar nem o peso, se a galinha engordava demais, que daí deixava de botar ovos, não podiam engordar, tinha um equilíbrio ali, que não pode passar daquele peso. Se engordava muito estava comendo muita ração, então também era cobrança. Iluminação, consumo de água, tinha meta, tinha as planilhas. As tarefas do dia tinham

um encarregado lá que fica cobrando, fica todo dia lá, que esse encarregado passava vendo as planilhas, as planilhas. Você dava pra ele daí ele cobrava se você tinha passado maravilha nos ninhos, se você tinha passado o desinfetante certo, passado, ver se não tinha água suja, se naquele dia porque que baixou a produção, deu tantos ovos no outro dia, hoje, vamos dizer que hoje deu dez mil ovos, amanhã dá nove mil e setecentos ovos, por que que baixou esses trezentos ovos? Então, ficava, altura de cortina das aves, ficava controlando temperatura, até iluminação mesmo, porque assim, antes de elas produzirem até elas colocarem o primeiro ovo elas tinham que tomar dezessete horas de luz. Então, até isso era cobrado, tinha a natural e daí também via o relógio lá estava a iluminação, se o pessoal controlasse, deixasse certinho no cronometro pra iluminação. Daí, assim, quando elas baixavam muito a produção deixavam de botar aquela quantidade que não estava eclodindo, o pessoal tinha que fazer aqueles mutirão e tirar, limpar a cloaca da galinha, a pena em volta da galinha. Então, isso aí fazia em cem por cento das aves, pegava todo mundo que estava na sobra nos aviários e tirava a cloaca da galinha, que era limpar com a mão, limpar em volta, disse que era pra aumentar a eclosão. (Francisco, 2012)

A expressão “disse que era pra aumentar a eclosão” contrapõe-se ao saber técnico que orientava as atividades laborais na empresa, uma vez que a organização do trabalho nos aviários da granja da Sadia adotava dinâmicas e rotinas industriais fundamentadas na produtividade e cumprimento de metas de produção. As diversas atividades no interior de uma unidade de produção de pintainhos para abastecer os avicultores para a engorda do frango são homogeneizadas com tecnologias que visam organizar o espaço do trabalho e buscam reproduzir as normas técnicas para a produção das aves (Fagnani, 2014). Pululam na imprensa especializada a divulgação de *workshops* com treinamento técnico para manejo de aviários de produção de pintainhos e aviários de frango de corte, frequentadas pelos veterinários e zootecnistas vinculados às áreas de fomento dos frigoríficos e cooperativas agroin-

dustriais. Assim, o modo como o trabalho foi organizado na Sadia é muito parecido com a Unidade de Produção de Pintainhos da Cooperativa Agroindustrial Lar (Moreira; Fagnani, 2014).

A reorganização da produção industrial nas últimas cinco décadas também foi acentuada nas indústrias da alimentação. As dinâmicas de organização do trabalho com intensificação do ritmo das atividades, relacionadas aos sistemas de avaliação de desempenho, recebimento de bônus ou de “participação nos lucros”, constituíram-se no expediente utilizado para pressionar o aumento da produtividade. As implicações da “reestruturação produtiva” aos trabalhadores tem sido o adoecimento.

O adoecimento relacionado ao trabalho na produção de aves e ovos em aviários pautou a medicina do trabalho no Brasil (Fernandes, 2004), com conclusões parecidas às de Steven W. Lenhart (2001), em artigo publicado na *Incielopedia de Salud y Seguridad en el Trabajo*. Para Lenhart (2001), a produção de aves e ovos oferece diversos riscos à saúde e a segurança dos trabalhadores. Entre outros, os problemas relacionados a exposição de poluentes durante diversos dias consecutivos que, além da amônia – comumente conhecida e presente na cama de maravalha dos aviários –, encontra-se o sulfeto de hidrogênio, produzido pelos estrumes das aves, e o monóxido de carbono (é necessário considerar que no interior de um aviário, geralmente, são abrigados entre dez a vinte mil aves, pelo menos; atualmente, estão sendo construídos galpões com capacidade para mais de trinta mil aves). Os diversos resíduos produzidos no interior do aviário e inalados (as partículas de pó ou orgânicos oriundos de penas, fezes, entre outros; ácaros; micro-organismos bacterianos, virais e fungos), caso os trabalhadores não utilizem os Equipamentos de Proteção Individual (EPI), como máscara de qualidade, sujeitam os trabalhadores a desenvolver tolerância aos odores, contrair diversas doenças respiratórias, doenças não infecciosas zoonóticas, como a candidíase, staphylococcosis, salmonelose, aspergilose, histoplasmose e criptococose. Segundo Lenhart (2001), é possível que a continuidade das

pesquisas possa levar ao conhecimento de outras doenças. Contudo, o que ordinariamente acomete mais rapidamente os trabalhadores de aviários são as dores e os problemas de saúde relacionados aos diversos movimentos para o desenvolvimento das atividades inerentes ao trabalho em aviários. A legião de trabalhadores com problemas decorrentes de sobrecarga na coluna vertebral e nas articulações, deixando-os inválidos para o trabalho e para a vida, é expressivo; soma-se a esse quadro tenebroso, a depressão oriunda da angústia de se sentir imprestável e inútil para a vida familiar (Varussa, 2016).

A insalubridade do trabalho em aviários também foi reconhecida pela Justiça do Trabalho, por meio do Tribunal Superior do Trabalho:

RECURSO DE REVISTA — ADICIONAL DE INSALUBRIDADE — TRABALHO EM AVIÁRIO — CONTATO COM ANIMAIS EM DETERIORAÇÃO. O empregado que trabalha em aviários (granjas), com a limpeza do criadouro e a remoção de fezes e aves doentes e mortas, faz jus ao pagamento de adicional de insalubridade em grau médio. A atividade laboral envolvendo o manuseio de animais mortos acarreta o contato com agentes biológicos e deve ser enquadrada como insalubre, nos termos do Anexo 14 da NR-15 do Ministério do Trabalho e Emprego, Portaria nº 3.214/78. [...] Restou comprovado pelo perito que as atividades do reclamante, dentre outras, consistiam em coletar ovos, manejar as cortinas, mexer a ração, fazer a limpeza do galpão, separar e recolher aves mortas, limpar os silos de ração e fazer a varrição do aviário, fazendo uso da substância “cal virgem”. Conforme consta no laudo pericial eram fornecidos o fardamento, botas de PVC e máscara descartável, porém não eram suficientes para a neutralização dos riscos. (TST, 2013)

Os EPIs nas granjas de produção de pintainho são comumente oferecidos aos trabalhadores. Porém, como atesta o perito, não foram e não são suficientes para proteger os trabalhadores e evitar o adoecimento. A situação agrava ainda mais nos aviários para a

engorda do frango localizados em áreas rurais, onde os EPIs raramente são disponibilizados aos trabalhadores de aviários. E não existe nenhuma fiscalização.

As entrevistas com trabalhadores da granja de produção de pintainhos e do frigorífico foram motivadas pela demanda dos próprios trabalhadores, principalmente os trabalhadores adoecidos e vinculados a AP-LER. Nesse contexto, ocorreu a produção da entrevista com Anderson Francisco e demais trabalhadores (Varussa, 2016).

O processo de adoecimento pautou os enredos das narrativas, que foram motivadas pelo anseio do grupo de trabalhadores na narração do processo de adoecimento, na maior parte das vezes em tom de denúncia e de lamento pela saúde perdida no trabalho, vislumbrando a solidariedade dos pesquisadores e publicidade que suas trajetórias poderiam alcançar com os possíveis materiais produzidos a partir de suas narrativas (Varussa, 2016).

Do outro lado, os pesquisadores, sensíveis a demanda trazida pelos trabalhadores, ansiavam em desvelar o processo histórico vivido pelos trabalhadores da cadeia produtiva do frango, que na produção acadêmica especializada e na imprensa burguesa, politicamente comprometidos com o agronegócio, apresentam narrativas edificantes e ufanistas do “desenvolvimento regional” e do “progresso” da agroindústria na região Oeste do Paraná. Nos relatos dos trabalhadores, o trabalho insalubre e o adoecimento na granja e no frigorífico assumiram contornos dramáticos e evidenciaram as histórias de adoecimento pelo trabalho, que não aparecem nas cifras sempre crescentes e muito festejadas pela agroindústria (Varussa, 2016).

Além da tragédia do trabalho que adoce, as narrativas evidenciaram o não cumprimento da legislação trabalhista. A narrativa de Anderson Francisco dimensiona que a “pujança” da agroindústria está associada aos baixos salários e ao desrespeito a legislação trabalhista, isto é, a exploração:

Anderson Francisco: Nas granjas mesmo é, na granja não, da granja não tinha insalubridade. O pessoal com ação aí fez a perícia e está insalubre, que era mexer com galinha morta, é fazer compostagem, que é pra virar, faz a compostagem virava a galinha, colocava a cama, a maravalha, as galinhas mortas, trinta dias depois virava aquela, daí mexia com produto químico, formol, paraformol, jogava nos ninhos. Então, por causa da perícia, quem entrava com ação recebia, mas assim, mas era insalubre.

Pesquisador: Vocês que estavam trabalhando não recebiam?

Anderson Francisco: Não.

Pesquisador: Mesmo dando dano de causa pra eles?

Anderson: Mesmo dando ganho de causa pra alguns, não recebíamos. E o Sindicato sabia disso, porque a perícia, mas não recebia, a não ser aqueles um que entrou que recebe, mas quem não entra na Justiça não recebe. (Francisco, 2012)

A entrevista com Anderson Francisco amplificou os problemas vivenciados pelos trabalhadores da cadeia produtiva do frango. Se as péssimas condições de trabalho e o adoecimento tornavam desgraçadas as vidas dos trabalhadores, o relato de Anderson Francisco ainda pautou o descumprimento dos direitos trabalhistas.

O adicional de insalubridade que deveria ser incorporado ao salário mensal diante das atividades laborais não era pago aos trabalhadores. A situação se repete com trabalhadores de aviários vinculados com relação de trabalho com os avicultores. Os trabalhadores recebem à medida que entram na Justiça do Trabalho e requerem o direito trabalhista. Contudo, constitui-se como prática comum aos trabalhadores acionar a Justiça do Trabalho apenas com a rescisão do contrato de trabalho. Por outro lado, a inoperância política do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Alimentos de Toledo³⁵. Se o problema foi experimentado pelo conjunto da categoria

35. A prática sindical comprometida com as agroindústrias não é uma exclusividade do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Alimentos de Toledo, cf. Varussa (2009).

de trabalhadores dos aviários da granja da Sadia, o que se esperava de um sindicato politicamente comprometido com os trabalhadores era — pelo menos — acionar a Justiça do Trabalho com uma ação coletiva requerendo o direito ao conjunto dos trabalhadores para salvaguardar o direito trabalhista.

A maioria dos trabalhadores adoecidos entrevistados relataram que, mesmo sentindo dores, “teimavam” em continuar trabalhando. E, para isso, utilizavam continuamente de analgésicos, anti-inflamatórios e medicamentos antidepressivos, habitualmente receitados pelos médicos da empresa ou da saúde pública. O objetivo não era a cura, mas mantê-los na produção trabalhando. Contudo, a procura pelo tratamento ocorria apenas quando os trabalhadores não suportavam mais as dores.

A “teimosia” mantinha os trabalhadores no trabalho intenso. Ainda é necessário investigar e problematizar melhor os valores que orientavam e ainda moldam as práticas dos trabalhadores que vivenciavam essas circunstâncias e “teimavam” continuar trabalhando. Mas muitos sujeitos entrevistados relataram que a “teimosia” em trabalhar em ambientes hostis a saúde humana está sempre relacionada as necessidades da vida diária, como a alimentação familiar, pagar o aluguel, entre outros. Haveria uma alternativa ao trabalho que adoecce?

Anderson Francisco foi também mais um desses trabalhadores “teimosos” que parou de trabalhar apenas quando já tinha adoecido. Para os trabalhadores, o processo de adoecimento é sempre muito trágico, pois, além da dor e do desconforto, lidam cotidianamente com a desconfiança patronal, da saúde pública e do INSS:

Anderson Francisco: Que daí eu afastei [...] quando, assim, a perícia, fui fazer perícia, a primeira perícia que eu fiz deu quarenta e cinco dias pra recuperar eu remarquei a outra perícia. Na segunda perícia fui fazer perícia veio e falou pra mim, assim, que é pra mim pensar bem que ficar encostado por perícia ia

sujar a carteira, daí eu peguei e falei assim pra ele: “Bom, então, você, a carteira é minha deixa que suja”. Daí na outra perícia que eu fui fazer, que eu retornei aí ele não falou mais nada. Daí fui a perícia deu atestado e acabei ficando assim em perícia. E daí igual eu ainda cobrava ainda na época assim, você fazia a perícia e no outro dia você tinha que levar lá o, você levava pra empresa o comunicado e eles falavam assim pra você que antes de passar por perícia você tinha que passar na médica [da empresa]. Aí eu passei as duas primeiras perícias eu passei a outra eu falei eu não vou passar mais não. Só vou voltar lá na empresa agora quando me der alta, que as perícias que você pegava fazia perícias assim, chegava e passava e daí ainda lá área médica eles te pressionavam, mesmo você com dor, não estava recuperado, falavam, te pressionavam: “E aí vai voltar? Não vai?” Em vez de avaliar, pressionavam: “Você vai voltar ou não vai?” É uma pressão, daí depois que você sai dali, você vai pra assistente social e ela também fica com essa: “Você vai voltar ou não vai?” Então, é isso fica, a pessoa que está ali fazendo tratamento e daí recebe pressão do médico, assistente social, do próprio médico, que é combinado com a empresa também: “É Anderson está na hora de você voltar.” Ele não está preocupado se você está se tratando ou não está preocupado se você vai voltar ou não, trabalhar em vez de tratar do problema que você tem, então, nossa, eu fiz, quando eu fiz perícia do INSS eu fiz perícia de em dez dias eu fiz três perícia. (Francisco, 2012)

O pai de o Anderson Francisco também foi trabalhador nos aviários da granja da Sadia e sofreu o processo de adoecimento pelo trabalho, “teimando” em trabalhar até quando o corpo suportou.

Anderson Francisco: Meu pai teve, na verdade ele ainda era pior que eu porque ele teve a coluna, estourou ele..., não vou lembrar agora. Ele ficou três meses no hospital internado, mas ficou na tábua, em cima de uma tábua. Na época não tinha ortopedista, até que veio pra Toledo, mas mesmo assim na época também ele não se afastou. Na época a empresa deixou ele noventa dias pagando pra ele pra ele não se afastar. Talvez se ti-

*vesse se encostado... Ele acabou se invalidando e meio rompeu os tendões, hérnia de disco, então. [...] O mesmo que eu fazia antes, ele ficou sempre lá naquele serviço até que não aguentou mais. Acho que ele se afastou em dois mil e três e não voltou mais, já estava com idade assim avançada, mais de cinquenta anos e ele não voltou mais. Naquela época nenhum doutor chegou e disse pra ele assim: “Ah, se afasta, vai se tratar”. Mas ele num queria, foi indo, até que não deu mais. Ele ficou quase, não ia em médico, **teimoso**, aí quando ele foi no médico ele não adiantava. [...] **Trabalhava com dor**, foi até uma hora que ele travou, não aguentou mais. Daí que ele parou, mas parou porque o corpo dele num (sic), a consciência dele ainda está lá trabalhando [...]. (Francisco, 2012, grifo nosso)*

O processo de adoecimento do pai de Anderson Francisco o atingiu plenamente em 2003, mas já sentia dores quando o filho procurou o trabalho na Sadia em 1996. O trabalhador Gilmar Ildebrando Gil, que iniciou no trabalho na granja de aves da Sadia em março de 1982, também começou a sentir fortes dores em 1996, com cirurgias em 2001 e 2002 na coluna. Sem recuperação foi aposentado por invalidez. Outras narrativas contam essas mesmas histórias, como a trágica história de trabalho de Avelino, trabalhador dos aviários da Sadia no mesmo período dos trabalhadores Anderson e Gilmar (Varussa, 2016). O processo industrial de produção de frango está marcado com a chaga do adoecimento.

Os sentidos do trabalho agroindustrial construídos pelos trabalhadores não poderiam ser diferentes da repulsa e da negação. O trabalho não é sinônimo de realização pessoal e profissional:

Anderson Francisco: O cara faz todo dia a mesma coisa. E daí se você pensa... Um dia ali chegou um momento que eu quase entrei em depressão. Em dois mil, em dois mil e três eu trabalhava todo dia, quando era de tarde até a hora que escurece sentava na porta e ficava pensando. Você trabalhava e todo dia fazendo a mesma coisa, você não via nada, assim fi-

cava ali todo dia fazendo a mesma coisa. Ficava porque ficava agonizando o cara por dentro, assim, todo dia você fazendo a mesma coisa, todo dia a mesma coisa, chega um tempo que você até pira de ficar, se parar pra pensar, tanto serviço pro cara fazer que quando você parava nas férias ficava, você ficava com aquilo na cabeça: “Estou fazendo todo dia a mesma coisa”. E quando você para pra pensar que você começa a ver que não tivesse a doença não valia a pena ficar fazendo aquilo que você estava, mesma coisa todo dia. (Francisco, 2012)

Na perspectiva dos trabalhadores, a *saga* da avicultura industrial não tem os mesmos contornos narrativos, tal como construída pela burguesia agroindustrial brasileira (Costa; Ferreira, 2011). Os relatos dos trabalhadores contam histórias reais. As relações sociais de trabalho vividas no Oeste do Paraná, que fazem a riqueza das agroindústrias, são alimentadas pelo mais-valor extraído dos corpos outrora são agora adoecidos pelo trabalho.

CAPÍTULO IV

A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA E AGRONEGÓCIO NO OESTE DO PARANÁ (DÉCADAS DE 2000 E 2010)³⁶

A história dos trabalhadores no Oeste do Paraná não está restrita a participação nos mundos do trabalho enquanto mão de obra para o trabalho, acionando a Justiça do Trabalho para reivindicar melhores condições de trabalho e cumprimento dos direitos trabalhistas e previdenciários. Além do envolvimento político nos sindicatos de trabalhadores e em associações diversas, ocorreram inúmeras experiências sociais de luta pela terra e pela reforma agrária, vinculados aos movimentos de retomada indígenas das terras ancestrais (entre outros, cf. Varussa, 2019), quilombolas (Silva, 2015) e de sem-terra (entre outros, cf. Mendonça; Souza, 2018; Morais Junior, 2011; Schreiner, 2016; 2020).

As inúmeras lutas pela terra e reforma agrária fizeram enfrentamentos com o agronegócio. Todavia, a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na região Oeste do estado do Paraná na defesa da agroecologia e da agrofloresta como oposição ao agronegócio assumiu nos caminhos da pesquisa relevância e permitiu reencontrar academicamente a problemática histórica investigada anteriormente (Moreira, 2019).

A memória do MST na região Oeste do estado do Paraná tem como marco histórico tradicional o Primeiro Encontro Nacional, ocorrido no final do mês de janeiro de 1984, em Cascavel, fato que demarca a fundação do movimento social no Brasil. Como parte da história de formação do MST, o evento é objeto de publicações

36. Uma versão modificada do capítulo foi publicada na obra organizada por Davi F. Schreiner (2020).

periódicas e acadêmicas (a produção é vasta, mas segue referências representativas, entre outras, cf. Fernandes, 2000; 2010; MST, 2022).

Nas histórias de luta pela reforma agrária, outros fatos foram e são recorrentes em narrativas orais de militantes do MST, tais como, a referência a movimentos sociais de luta pela terra no período anterior a formação do MST, como o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (Mastro), ocupações de terras, acampamentos, caminhadas e manifestações diversas que envolveram a militância na luta pela reforma agrária. Todavia, quando indagados sobre a história da luta pela reforma agrária no Oeste do Paraná, o evento de 1984 em Cascavel, que criou o MST, é sempre lembrado como marco histórico da luta pela reforma agrária.

O processo histórico e social de produção da memória da luta pela reforma agrária, com as reminiscências produzidas pelos sem-terra quando entrevistados por pesquisadores, ou mesmo por jornalistas para publicação em periódicos diversos, os relatos de militantes sobre suas trajetórias de vida foram narrados e imbricados com a história do MST. Esse procedimento narrativo e simbólico (Portelli, 1996) evidencia a afirmação da identidade dos militantes sem-terra. Contudo, também demonstra o processo de formação – educação – da militância sem-terra construída durante a história de luta pela reforma agrária vividas em ocupações, acampamentos, assentamentos e nas diversas manifestações e mobilizações. A educação no interior do MST visa a construção de uma identidade camponesa imbricada a agroecologia e na luta contra o agronegócio – hegemônico no campo –, contra o capitalismo.

Nas entrevistas, esses são temas recorrentes nas narrativas dos sem-terra, muitas vezes independente do roteiro formulado pelo pesquisador para a produção da fonte oral.

As pesquisas históricas sobre a luta pela reforma agrária não se reduzem a produção de entrevistas com os militantes engajados na organização e coordenação do MST, salvo delimitações e recortes

do objeto da pesquisa na militância sem-terra. A produção historiográfica sobre os movimentos sociais de luta pela reforma agrária tem privilegiado um recorte transversal para abranger a totalidade da diversidade de sujeitos que projetaram, ou ainda projetam, na luta pela reforma agrária a realização do sonho de ter um pedaço de terra para morar, trabalhar e cultivar a terra.

No capítulo, perscruto a narrativa de uma militante sem-terra engajada politicamente em diversos setores do MST. O objetivo não é a totalidade da história da luta pela reforma agrária no assentamento Valmir Mota (para pesquisas sobre o processo de luta pela reforma agrária no assentamento, entre outras pesquisas, cf. Mello, 2018; Pastório, 2015), local em que a militante Geni foi assentada, mas problematizar a formação da identidade sem-terra a partir das reminiscências produzidas no diálogo estabelecido entre a entrevistada e os pesquisadores para a produção da fonte oral.

A identidade sem-terra nas primeiras décadas do século XXI é formada no contexto do avanço do agronegócio e da intensificação da criminalização e repressão aos movimentos sociais de luta pela terra. Os movimentos sociais de sem-terra, movimentos sociais de retomada indígena, quilombolas e demais movimentos sociais de comunidades tradicionais denunciam a violência desmedida e o ódio de classe presente na criminalização e repressão aos diversos movimentos sociais de luta pela terra (Moreira; Welch, 2018). O processo de identificação social e política dos sem-terra tem a marca desse momento histórico vivido na contemporaneidade.

Nesse processo, a formação histórica da identidade sem-terra tem-se constituído como uma identificação de classe – classe trabalhadora –, de gênero e de raça na luta pela reforma agrária; contrariando interpretações pós-modernas, culturalistas e identitárias, que desvinculam na explicação histórica as diversas lutas dos trabalhadores da luta de classes. Os sujeitos sem-terra elaboram e reelaboram valores e projetos para suas vidas e, assim, num processo de

transformação de sem terra (termo descritivo que informa sujeitos expropriados da propriedade da terra e do trabalho no campo) para sujeitos sem-terra, constituídos num processo histórico contraditório, ativo e não homogêneo, vinculados aos diversos movimentos sociais de luta pela reforma agrária, em particular, ao MST (Moreira, 2019). As experiências sociais de luta pela reforma agrária dos sem-terra sempre são históricas, peculiar, presente em cada movimento social de luta pela terra e pela reforma agrária (Thompson, 1981; 2001). E mesmo no interior de um acampamento ou assentamento o processo não é vivido de modo homogêneo. Os sujeitos sem-terra compartilham socialmente a experiência histórica de luta em comum no MST (ou em um outro movimento social de luta pela terra), mas não a tratam do mesmo modo (mecanicamente) em suas consciências (Thompson, 1997). É por meio dessa chave de leitura que interpreto as vicissitudes e contradições no interior dos movimentos sociais de luta pela reforma agrária (Moreira, 2019).

Diante dessa definição historiográfica sobre as experiências sociais de trabalhadores engajados em movimentos sociais de luta pela reforma agrária, como compreender a relutação de assentados em trabalhar e produzir com as práticas agroecológicas e de oposição ao agronegócio, por exemplo, mesmo depois de muitos anos entre ocupações, acampamentos e lutas para a conquista do assentamento? Uma possibilidade de explicação dessa prática social relutante talvez possa ser encontrada na história de formação da identidade sem-terra.

Para problematizar as relações entre a formação dessa identidade sem-terra e a metodologia da história oral exploro densamente duas entrevistas produzidas com a militante sem-terra Geni Isabel Teixeira de Souza, do assentamento Valmir Mota, localizado no Complexo Cajati, próximo a cidade de Cascavel. As entrevistas foram produzidas em contextos diversos e por pesquisadores diferentes, o que demarcam os sentidos e a intensidade da narrativa em torno de determinados fatos – a subjetividade das fontes orais. A comparação das duas entrevistas, às vezes citando e cotejando tre-

chos com relatos parecidos, foi fundamental para a problematização e apreensão dos significados da experiência social da militante e do assentamento Valmir Mota³⁷. A narrativa construída pela entrevistada é representativa da experiência social do assentamento Valmir Mota, pois apresenta “campos de possibilidade compartilhadas, reais ou imaginárias” (Portelli, 1996, p. 72), expectativas – vividos pelos sem-terra. As entrevistas produzidas com Geni apresenta contornos narrativos e simbólicos significativos para a apreensão da identidade sem-terra (Moreira, 2019).

Memórias e histórias do assentamento Valmir Mota

A gravação da entrevista em 2012 com a assentada sem-terra Geni Isabel Teixeira de Souza sobre sua trajetória de vida e sobre a história do assentamento Valmir Mota ocorreu em sua residência provisória, num período anterior a demarcação dos lotes para cada família de assentados. Naquele momento, as casas foram construídas todas umas próximas das outras na parte superior do assentamento, bem próximo da antiga sede da fazenda, que não foi desapropriada, e da BR 277.

A entrevista de 2012 com a Geni foi gravada com câmera de audiovisual e não com um simples gravador digital, que, muitas vezes, passa despercebido pelos entrevistados mais experimentados com a concessão de entrevistas, como é comumente o caso de militantes. A gravação de audiovisual altera a dinâmica e o contexto da entrevista, uma vez que é uma tendência daqueles que são entrevistados se preocuparem com a filmagem. Não raro, desviam o olhar do entrevistador e olham para câmera, fato que ocorreu diversas vezes com a Geni durante a gravação da entrevista. Outra especi-

37. As entrevistas com Geni Isabel Teixeira de Souza ocorreram em 2012, produzida pelos pesquisadores Rinaldo José Varussa e Vagner José Moreira, e em 2017, produzida pela pesquisadora Cíntia Valéria de Melo.

ficidade da gravação audiovisual é a preocupação com a aparência e os cuidados com a linguagem, com a fala, já que conjectura que as imagens em movimento serão utilizadas em alguma produção audiovisual. O inverso pode ocorrer com sujeitos entrevistados que pouco ou nunca concederam entrevistas, seja de áudio ou audiovisual, pois a presença do gravador ou da câmera pode dificultar ou inibir a fala do entrevistado. Se ocorre apenas a captação do áudio presume-se a transcrição da entrevista para seu uso como texto numa produção acadêmica, que foi o caso da entrevista realizada com a Geni em 2017. Geralmente, essas informações são repassadas aos entrevistados no início das entrevistas. No caso da Geni, em 2012, visitamos e filmamos antes da entrevista a escola do assentamento, que também recebe sem-terra de acampamentos da região. Naquela ocasião foi informado que talvez a entrevista seria utilizada em algum documentário. Assim, a entrevistada se preocupou com o modo como relatava sua trajetória de vida, com cuidado na elaboração de uma fala mais formalizada, mas a narrativa produzida manteve contornos coloquiais.

A questão que motivou o início da narrativa foi sobre a trajetória de vida da assentada Geni, que utilizou onze minutos iniciais do seu relato:

Geni: Bom, eu tenho uma trajetória de vida vinda da agricultura. Sou filha de camponeses, agricultores. Cresci, me criei, casei na agricultura. E teve um processo da minha vida de [19]84 a [19]93 que eu morei no Mato Grosso. E daí lá eu inseri na verdade em vários trabalhos. [...] Meu ex-marido foi para um garimpo de ouro. E eu fiquei na cidade e fui trabalhar numa escola estadual no Mato Grosso, em Alta Floresta, lá no Mato Grosso. Entrava muita gente. Era uma movimentação de pessoas vindo do Brasil inteiro. [...].

Voltei de lá em [19]93. E vim de volta para Ampére, para a região Sudoeste do Paraná, onde mora a minha família. Daí fui morar junto com os meus pais, porque eles estavam sozinhos na

roça. E daí me separei. Tive três filhos, dois nasceram no Mato Grosso e um nasceu antes de eu ir embora para o Mato Grosso. E ali eu me incluí de volta. Como na minha adolescência e juventude a gente cresceu participando das lutas dos sindicatos dos trabalhadores rurais. Minha família vem de uma família de movimentos sociais, onde a mãe e o pai conseguiram colocar nós todos nessa luta.

E antes de eu ir já para o Mato Grosso a mãe, como ela trabalhava no sindicato, ela fazia parte do sindicato, fazia parte de uma organização de mulheres, de agricultores, onde eles trabalhavam com as famílias que não tinham terra, que eram arrendatários, que moravam junto com os pais, mas que eram filhos de agricultores que tavam saindo do interior e vindo para cidade, uma cidade pequena, onde eles aglomeravam para fazer as ocupações de terra.

Naquela época era bastante assim... é em segredo porque tinha uma, na época não tinha nem terminado a ditadura, estava naquele processo de terminar a ditadura militar. E as famílias, lembro, nós morávamos no sítio, o pai tinha aqueles galpões, que ele plantava fumo, e as mudanças das famílias ficavam lá enquanto eles iam para as ocupações e depois, se desse certo, vinham buscar as mudanças. Iam para as ocupações de terra aqui mais na região do Sudoeste, Oeste, ali em Mangueirinha, que hoje tem vários espaços que é assentamento. (Souza, 2012)

A família da sem-terra Geni é oriunda de Santa Catarina e se deslocou para Ampére, Sudoeste do Paraná. Uma família de nove irmãos, mas apenas Geni está em área de assentamento. A narrativa inicia com a sua identificação como filha de uma família camponesa, de agricultores. A afirmação logo na primeira frase é expressiva para informar a identidade sem-terra da entrevistada. O trabalho da memória direciona a narrativa rapidamente para talvez um marco traumático da sua experiência vivida, que foi o casamento, a mudança para Alta Floresta e a separação do marido. As expressões faciais e o modo como o fato foi narrado revela um

processo traumático de separação conjugal. O motivo da separação não foi informado e os pesquisadores não pautaram o tema durante a entrevista. Sobre a vida familiar com o esposo no Paraná, anterior ao deslocamento para Mato Grosso, nada foi relatado. Apenas a referência ao filho que nasceu antes da migração familiar para o trabalho do marido no garimpo e dela em uma escola. A separação do marido motivou o retorno de Mato Grosso e a viver novamente junto com os seus pais.

“E ali eu me incluí de volta”, todavia, é a frase chave desse trecho da entrevista (talvez de toda a entrevista), pois informa que sua história não iniciou com o casamento e a sua mudança para o Mato Grosso, como se pode apreender do início da narrativa. A sua trajetória de vida está marcada pela militância dos seus pais na luta pela reforma agrária ainda no período da ditadura civil e militar no Brasil, uma família de pequenos proprietários solidários para com os trabalhadores rurais sem-terra e os movimentos sociais e sindicais na região Sudoeste do Paraná. É nesse momento que Geni nos informa que sua mãe trabalhou no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ampére e que ela acompanhava a mãe na participação ou na organização de grupos de mulheres agricultoras, num momento em que era jovem e solteira. Certamente, as reminiscências de Geni remonta ao final da década de 1970 e início da década de 1980, período de emergência dos movimentos sociais no campo e na cidade, da organização de Comunidades Eclesiais de Base no interior da Igreja Católica, dos movimentos de oposição e de criação de um sindicalismo combativo no Brasil, da mediação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que também se fez presente nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná (Almeida, 2001; Munakata, 2010; Paoli; Sader; Telles, 1983; Schreiner, 2016; Silva, 2009; Poletto, 2010).

No período anterior ao deslocamento para Mato Grosso, talvez ainda antes do seu casamento, narra a solidariedade da família e a utilização dos galpões de secagem e estoca de fumo para a acomodo-

dação dos pertences das famílias que partiam para as ocupações de terra. A narrativa tem o sentido de relacionar o passado familiar ao seu engajamento como sem-terra na luta pela reforma agrária, pois afirma que seus pais foram os responsáveis pela sua formação e consciência: “a mãe e o pai conseguiram colocar nós todos nessa luta.”

A memória expressa na narrativa da entrevistada Geni foi construída de um modo que imbricou dialeticamente a trajetória pessoal com a militância e, assim, evidenciou o processo histórico da identificação da Geni como sem-terra e a formação da sua identidade sem-terra:

Geni: E daí nesse processo, que eu fui para Mato Grosso, eu me afastei um pouco, mas na volta, quando eu voltei, eu me, me incluí de novo nesse processo do sindicato, com a luta das mulheres, das pastorais da Igreja. E daí trabalhava com a Assesoar, que a Assesoar também é da agricultura familiar de Francisco Beltrão, é no projeto de alimentação alternativa, né, trabalho junto com as famílias da região ali do Sudoeste, onde a Assesoar abrangia, trabalhando num projeto de alimentação mesmo, de produção e venda das feiras de alimentos agroecológicos, né, alimentos sem agrotóxicos. E daí eu tava dentro da Assesoar quando iniciou-se então a Pedagogia, já tava nessa luta dentro dos movimentos sociais tá conseguindo uma turma de Pedagogia da Terra. A gente chamava antes Pedagogia da Terra. Depois que a universidade colocou o nome para Pedagogia para Educadores do Campo. E daí eu saí da Assesoar pra poder estudar. Fui pra universidade, que era uma oportunidade, sempre quis cursar um curso, mas na época não tinha possibilidade de fazer, tinha os filhos pequenos, morava só eu com os filhos. Daí eu fiz então a primeira, fiz o vestibular passei, fiz o curso de Pedagogia para Educadores do Campo, na Unioeste de Francisco Beltrão. Fiquei em Francisco Beltrão até 2005. Fiquei em duas etapas só, enquanto aconteceu duas etapas do curso. Daí eu saí. Esperei meu menino terminar o ensino médio e vim pra, vim pro acampamento aqui na Cajati, nesse local onde estou, desde 2005, então, estou aqui no acampamento Primeiro de Agosto, que é na área aqui embaixo. Morando ali e também

incluída no setor de educação. E agora, então, além do setor de educação, da coordenação da escola, na contribuição na coordenação da escola, também assumi a coordenação estadual da brigada. A brigada compreende então vários espaços do acampamento, né, vários espaços de acampamento e assentamento aqui da região, que abrange os assentamentos de Lindoeste, acampamento de Lindoeste. Santa Teresa tem assentamento, tem assentamento em... Dois assentamentos em Santa Teresa. Os acampamentos de Cascavel. Tem assentamento em Ibema, Campo Bonito, então, todos eles compreendem a Brigada Teixeira. (Souza, 2012)

Geni informa que atuou profissionalmente na Assesoar³⁸ auxiliando pequenos agricultores na prática da agroecologia visando uma alimentação livre de agrotóxicos. A sua trajetória pessoal e familiar certamente a credenciou para esse trabalho, bem como para o curso de Pedagogia para Educação do Campo, pela Unioeste, campus de Francisco Beltrão, fatos que marcaram sua experiência social. O deslocamento para o acampamento Primeiro de Agosto, no Complexo Cajati, ocorreu apenas em 2005, quando seu filho concluiu ensino médio e ela o curso de Pedagogia para Educação do Campo.

Nesse trecho da entrevista novamente o conceito “incluir” é central na narrativa da educadora e sem-terra. No trecho anterior, o conceito tinha aparecido para demonstrar sua condição de sujeito

38. A Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, (Assesoar) foi fundada em 1966 por agricultores familiares no contexto da luta dos posseiros do Sudoeste do Paraná pela posse da terra, com apoio de padres belgas, da Congregação do Sagrado Coração de Jesus, e profissionais liberais de Francisco Beltrão, vinculado à Juventude Agrária Católica (JAC). Hoje, a “ASSESOAR se relaciona com muitos atores sociais, formando um coletivo de sujeitos que interagem no fortalecimento da Agricultura Familiar Camponesa, e no Desenvolvimento Multidimensional, com ênfase na Ecologia, Agroecologia e Tecnologias Ecológicas, na Educação Popular e Pública para o fortalecimento da Educação do Campo.” Cf. Assesoar. Quem somos. Fundação. A Assesoar foi criada em 1966. Disponível em: <http://bit.ly/3NW9lqh>. Acesso em: 06 jul. 2020.

da história. E, novamente, para evidenciar a militância no sindicato dos trabalhadores rurais, no movimento das mulheres, no interior das pastorais da Igreja Católica, no Setor de Educação do MST, na escola Zumbi dos Palmares (Marcondes, 2017) e em diversas atividades e responsabilidades políticas na brigada Teixeira. De acordo com Cleide Aparecida Ferreira (2017, p. 13):

No acampamento e assentamento todas as famílias estão nucleadas. Os Núcleos de Base são compostos por 10/12 famílias. A cada cinco Núcleo de Base (NB) se constitui numa brigada de 50 membros, em torno de 60 famílias, com uma organização específica e que depois vão ampliando-se. O nome da brigada ocorre quando são reorganizadas a cada 500 famílias em uma região, que homenageia um companheiro que tenha contribuído significativamente com o processo de luta. Neste caso Diniz Bento da Silva, o Teixeira dirigente do MST é homenageado, que foi torturado e morto por policiais, na Fazenda Santana em Campo Bonito-PR, em 08 de março de 1993. Em outras palavras uma brigada corresponde ao conjunto de assentamentos e acampamentos que estão vinculados a uma secretaria do MST. Por exemplo, no município de Cascavel há uma secretaria, onde todos os assentamentos e acampamentos dos municípios vizinhos ligados a esta secretaria compõe-na. Integram a Brigada os municípios de Campo Bonito, Lindoeste, Santa Tereza, Céu Azul, Ibema, Catanduvas, Guaraniaçu, Corbélia, Braganey e Cascavel.

O vocabulário usado pela Geni não é apenas aquele que está disponível no seu repertório ou léxico pessoal, mas o que tem sentido para a sua experiência social. Talvez esse seja o motivo do uso do termo “incluir”. É muito provável que a narradora entenda o sentido binário do conceito “inclusão”, com seu oposto “exclusão”, uma vez que foram conceitos amplamente utilizados para organizar narrativas vinculadas a Teologia da Libertação, nos movimentos sociais e nas pedagogias de tendência histórica-crítica. O conceito binário

“incluir” é insuficiente para situar historicamente as trajetórias de vida dos sujeitos, com a formalização de projetos políticos para as suas vidas, por exemplo, a separação do marido, o retorno para Ampére, a militância no sindicato e no movimento de mulheres, o trabalho na Assesoar e, por fim, a decisão de deixar o trabalho na Assesoar para fazer o curso de Pedagogia para Educação do Campo, uma vez que evidenciam ações conscientes do sujeito dando direção a sua vida, em meio às múltiplas possibilidades históricas em cada presente vivido. O vocabulário utilizado articula a sua história de engajamento político com a sua formação no ensino superior no curso de Pedagogia. Todavia, alguns conceitos utilizados pela narradora para relatar sua história não são suficientes para demonstrar – evidenciar – a complexidade do que foi o viver e expressa o trabalho da memória nas reminiscências narradas na entrevista.

Muito provavelmente sem se atentar para o fato, mas ao asseverar “me inclui de novo nesse processo” e “também incluída”, Geni ocultou o processo histórico contraditório de disputas e conflitos, sempre tenso, em cada embate vivido que, certamente, ocorreram ao se separar do marido, ao retornar inicialmente para a casa dos pais, ao reengajar na militância política no sindicato, no movimento de mulheres e no trabalho e militância na Assesoar³⁹. Cada um desses fatos históricos vividos não se constituiu em eventos que, naturalmente, foram “acontecendo” na vida da militante Geni, como se fosse uma história em evolução linear e progressiva. Para cada um desses fatos demandou um posicionamento e enfrentamento pessoal e político diante de oposições e incertezas da vida. Para

39. O uso dos termos “talvez”, “certamente”, “provavelmente”, “muito provavelmente”, entre outros, estão relacionados à impossibilidade de afirmações categóricas, positivistas, e a apreensão exata do que realmente aconteceu, mas as evidências e a própria historiografia têm demonstrado como uma tendência ou possibilidade. Essas formulações teórico-metodológicas são oriundas das obras de Carlo Ginzburg (2007), em particular o capítulo, o capítulo “Prova e possibilidades”, e Natalie Davis (1987).

Geni, foi “viver as contradições e as opções sob pressão”, pois, certamente, ela sabia de “onde as pressões vinham” (Williams, 2011, p. 328; 329). Foi o que ocorreu quando decidiu renunciar ao trabalho remunerado na Assesoar para ingressar no curso de Pedagogia para Educação no Campo e, posteriormente, quando deixou Francisco Beltrão e se deslocou em 2005 para o acampamento Primeiro de Agosto e se assumiu como uma acampada e sem-terra. Ou quando disputou politicamente, no interior do acampamento, ou agora assentamento, uma posição de coordenação. O que estava em disputa sempre foram os projetos políticos compartilhados por Geni e seus companheiros de militância no MST, o projeto político que defendiam para o acampamento e o assentamento. E o conceito “inclusão” pode passar a falsa impressão de um viver harmonioso e linear – o “bastou incluir-se”! Os conceitos “inclusão” e “exclusão” demonstram os limites do viver no capitalismo, sem rupturas, orientando o olhar e a intervenção na realidade sem a proposição da transformação social. O que é uma contradição com a política do MST, que se opõe ao capitalismo – ao agronegócio – e defende a agroecologia, por exemplo. Todavia, na vida diária, os sujeitos tencionam e pressionam para modificar o que é possível na vida e o processo de transformação social não é marcado por rupturas bruscas. A própria reforma agrária constitui-se num processo de transformação social contraditório, dialético, e segue o ritmo que os movimentos sociais conseguem imprimir diante das relações de forças em cada momento histórico.

A memória, a subjetividade e as condições de produção das fontes orais também se impõem na interpretação da entrevista produzida pela historiadora Cíntia Valéria de Mello (2018) com a assentada Geni. A pesquisadora não formulou para Geni uma questão inicial sobre sua trajetória de vida, mas sobre a história dos acampamentos e ocupações anteriores ao assentamento Valmir Mota:

Geni: Então assim, o movimento aqui na região Oeste, ele já tem mais de 30 anos, né. É desde antes de se formar a sigla MST, já tinham os sem-terra que faziam várias ocupações na região, não precisamente em Cascavel, mas na região. Então em [19]84 surge aqui, através de uma assembleia dos sem-terra [...], que se formou a sigla MST. Então, todo o sem-terra era do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – que antes era sem-terra, era Master, era organizado pelos sindicatos e era outras organizações. E daí que foi formando os sem-terra, né, através das igrejas e tal. E em [19]84 se formou o MST. Aqui na região, em Cascavel, já em [19]90, a partir de [19]90, teve várias ocupações. Ibema, tem uma, tem um acampamento, que hoje é acampamento, porque nunca foi comprada, nunca foi definida a terra numa fazenda em Ibema, que tem cento e poucas famílias. E que é um acampamento. As famílias tão todas espalhadas na área, mas nunca se resolveu lá, né, então nunca o Inkra, nunca é... porque na época eles não conseguiram encontrar a documentação dessa área. E parece que agora, né, depois de mais de quase 30 anos que os proprietários tão se mexendo, sabe? Alguém tá se mexendo e tá incomodando lá, então. Mas as famílias tão, já nasceram os filhos, os filhos já casaram, uns já morreram e tão lá nessa terra em Ibema. E aqui em Cascavel, mais precisamente em [19]99 que começou a ocupação nessa, nesse Complexo Cajati, que ele vai daqui até lá no outro, onde tem outro acampamento lá, onde que é o Resistência Camponesa, né, que antigamente era o Casa Nova, já chamava Casa Nova. Então, a partir de [19]99 reuniu-se um grupo muito grande de gente e foi feita a ocupação. Daí tinha um... várias outras pessoas que eram do que chamava Bandeira Branca, que não era do MST, que era um grupo de famílias que ocuparam terras sem organização, né, mas sem uma organização assim, então chamavam Bandeira Branca. Daí o MST veio pra ali e organizou essas famílias, então eles fizeram a primeira ocupação nesse Complexo, porque era... aqui era dum dono só, quando o MST ocupou lá, eles dividiram as áreas pros herdeiros, né, então são parentes, um é parente do outro aqui. É daí foi, é, eles fizeram a primeira ocupação lá em [19]99 e foram entran-

do pra área, vieram pro Selena César, daí do Selena [Sirlene] César como a área era pouca terra para as pessoas plantar, eles vieram para ocupação no Dorcelina [Folador]. Ali no Dorcelina, a partir do Dorcelina, também ficou pequena a área, eles foram organizando outras famílias que vieram de despejos de outras áreas, da região Centro, de várias outras regiões, famílias que já tinham sofrido quatro, cinco despejos, na beira da BR, entraram para dentro da área e despejavam de novo. Então, organizou o movimento do estado do Paraná, organizou-se as famílias e elas vieram para o Dorcelina, se aglomeraram no Dorcelina, né, durante aquela semana e daí foi feita a ocupação no Primeiro de Agosto. (Souza, 2017)

A entrevista com a militante Geni inicia com uma pergunta sobre um processo histórico que não foi vivido por ela, visto que no período ainda residia em Francisco Beltrão. As ocupações, os acampamentos e os diversos movimentos sociais que ocorreram desde o ano de 1999 até 2005 em Cascavel envolvendo os sem-terra, a militante Geni não participou. A pergunta foi justificada pela trajetória de militância da entrevistada e pela necessidade de aprofundar a pesquisa sobre os primeiros acampamentos de sem-terra em Cascavel, que mobilizaram e organizaram parte dos sem-terra do assentamento Valmir Mota. A memória sobre os esses eventos foi construída a partir da memória social compartilhada nos materiais produzidos pelo MST ou durante as diversas reuniões e conversas informais sobre a história de luta pela reforma agrária no Oeste do Paraná, no acampamento Primeiro de Agosto, a partir de 2005. É provável que no período anterior ao deslocamento para o acampamento Primeiro de Agosto, ou mesmo depois de viver a experiência de acampada, Geni tenha entrado em contato com materiais ou companheiros de MST que compartilhavam a memória das diversas lutas pela reforma agrária na região Oeste do Paraná. Talvez isso explique a confusão entre as siglas do movimento organizado no Oeste do Paraná antes da fundação do MST – Geni mencionou o Master, que foi Movimento dos Agricultores Sem Terra

organizado no Rio Grande do Sul. O movimento organizado na região Oeste foi o Mastro. E o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste do Paraná (Mastes).

O início das duas entrevistas evidencia narrativas de uma militante do MST. Nas duas entrevistas as subjetividades dos pesquisadores informaram o conteúdo das narrativas. Contudo, na primeira entrevista, os temas relacionados a vida pessoal foram utilizados para informar a trajetória militante – e o sujeito da entrevista é a própria narradora – até o momento em que Geni foi indagada sobre a história do assentamento. Na segunda entrevista, o assentamento Valmir Mota emerge como sujeito. E a história do MST, o Primeiro Encontro Nacional em 1984, os acampamentos, ocupações e o assentamento Valmir Mota foram narrados na terceira pessoa. A vida pessoal da entrevistada não articulou diretamente a interpretação do relato histórico, mas, a partir da sua trajetória militante, um ponto de vista circunscrito, que a história do assentamento Valmir Mota foi relatada.

Na primeira parte da entrevista produzida em 2012, a vida pessoal da militante organizou a narrativa e os atos interpretativos sobre o processo histórico que foram estruturados a partir da experiência vivida e pensada pela Geni, com o relato sempre na primeira pessoa. Nenhuma intervenção com questões por parte dos entrevistadores foi necessária para que a entrevistada prosseguisse com o relato. A narrativa pareceu seguir um fluxo de consciência, motivado pela pergunta inicial. Certamente, a reminiscência sobre a memória pública de sua vida foi elaborada em momentos anteriores para si mesma ou para outras pessoas – companheiros do acampamento e assentamento ou, ainda, em entrevistas a outros pesquisadores. A elaboração de uma memória pública é motivada pelos sujeitos quando avaliam a necessidade de tratar a memória de um modo que consigam lidar com o presente e o passado de suas vidas. No trabalho da memória é comum aos sujeitos entrevistados a seleção e ocultação de determinados fatos de suas vidas que, porventura, ainda não consigam lidar adequada-

mente. Nesse processo, pode-se passar um longo tempo (Thomson, 1997; 1998). E o relato da trajetória pessoal de Geni evidencia que a reminiscência foi densamente elaborada e reelaborada.

Geni informa que do Acampamento Primeiro de Agosto foram deslocadas famílias de sem-terra para a formação de assentamentos em diversas regiões do Paraná, tais como, 80 famílias para Jacarezinho, 160 famílias para Guairacá, Londrina, entre outras. E o assentamento Valmir Mota recebeu famílias também de outros acampamentos, tais como, 10 famílias de São Miguel do Iguaçu, um de Campo Bonito, que militava na Escola Milton Santos, em Maringá, mas que antes foi acampado na região, entre outros. O objetivo foi justificar que a seleção do Incra das 83 famílias assentadas sempre foi pautada pelo tempo vivido dentro dos acampamentos de sem-terra e o comprometimento com a prática agroecológica.

A origem das famílias dos acampamentos de sem-terra na luta pela reforma agrária alterou desde a formação do MST, em 1984. Antes mesmo da criação do MST os sem-terra que formavam movimentos sociais de luta pela terra foram oriundos da expropriação por conta da construção de barragens, como pequenos proprietários e seus filhos, arrendatários, meeiros, parceiros, assalariados rurais expropriados diante dos alagamentos e a criação dos lagos (Moraes Junior, 2011; Schmitt, 2008); pequenos proprietários, trabalhadores rurais sem terra expropriados diante das mudanças na base técnica da produção agropecuária e da reorganização das relações de produção no campo (Cunico, 2014; Moreira, 2017; 2019). Nos tempos hodiernos, além desses sujeitos, o MST tem procurado organizar trabalhadores precarizados e desempregados das periferias das cidades. Na região Oeste do Paraná outro sujeito expropriado tem vislumbrado na luta pela reforma agrária como um projeto para suas vidas – os sem-terra brasiguaios:

Geni: Aqui na região Oeste geralmente a gente tem famílias oriundas do país vizinho, do Paraguai. Nós temos muitas fa-

mílias agora até no processo de assentamento nós temos famílias aqui que faz muitos anos que tá no movimento, dez, doze anos, que vieram do Paraguai. Ou eram filhos de brasileiros que foram pro Paraguai e daí agora retornaram. Outros são nascidos no Paraguai, de famílias que foram brasileiros pra lá, mas nasceram lá, são registrados. Até deu um problema na documentação de umas pessoas, que elas têm que fazer a opção, né, então, pra ser assentadas, mas a maioria são filhos de agricultores da região, da região Oeste, do Centro-Oeste, do Sudoeste, a maioria são filhos de agricultores e oriundos de uma forma ou de outra do campo, que às vezes foram pra cidade, tentar a vida na cidade e não conseguiram. Tem famílias mesmo que saíram de favelas, muito tempo de favelas mesmo, de não ter outra opção de coisa. Às vezes vem pra as áreas mesmo, vem para áreas de acampamento muitas vezes, a princípio, pra adquirir um lugar para morar, simplesmente, às vezes pra ter um lugar pra morar, vai lá faz um barraco, mora lá e tal. Mas quando elas chegam em todos os acampamentos a gente tem uma organicidade dentro do acampamento, a gente mantém uma organização. Então, não é simplesmente um espaço onde vem, moram, fazem o que querem, saem e voltam na hora que querem. Então, ninguém é obrigado a ficar, mas também, né, quem fica sabe que um dia, a pessoa permanecer, um dia vai conquistar a terra dele, não vai ganhar, vai conquistar. É diferente que dizer assim que o governo que nos dá. O governo não nos dá nada. É nós que conquistamos. É nós que trabalhamos pra conquista esse chão. Então, elas são incluídas num grupo de base. (Souza, 2012)

Desde o início da década de 1980, os trabalhadores rurais sem-terra brasiguaios deslocam-se do Paraguai e retornam para o Brasil (Fabrini, 2012; Oliveira, 2022) e somam aos outros trabalhadores rurais sem-terra na luta pela reforma agrária na região Oeste do Paraná. Geni, além de problematizar a origem dos sem-terra do assentamento Valmir Mota, informa o desenvolvimento de atividades de formação – educação – nos Núcleos de Base no interior dos acampamentos forjando a expectativa de conquistar a terra por

meio da organização e da luta. De acordo com Mello (2018), diante dos conflitos entre brasiguaios e paraguaios, militantes do MST da região Oeste do Paraná se deslocaram para o Paraguai e dialogaram com os movimentos camponeses e iniciaram a organização de brasiguaios sem-terra na luta pela reforma agrária no Brasil.

A narrativa sobre a trajetória de vida seguiu durante os onze minutos iniciais da entrevista, até o momento quando esse fluxo de consciência se exauriu. E, depois, indagada sobre a história de formação do assentamento:

Geni: A história dessa área ela vem desde [19]98, [19]99, quando foi feita as primeiras ocupações em cima dessa área, porque ela é um complexo grande, então, a gente se entende como Complexo Cajati. Ela vai até perto de Ibema, aqui no rio do Salto, então é uma área muito grande aqui. Em [19]99 foi feita uma ocupação pelo MST lá no acampamento que se chamava Selena [Sirlene] César, que é pra lá do pedágio, ali numa área que tem ali, numa área que é do reassentamento da Copel, tem o assentamento da Copel, pro lado de cá onde foi feito o acampamento. E daí foi feito um outro acampamento maior, que é o Dorcelina, que entra ali perto do Rio do Salto aqui, o acampamento Dorcelina Folador. E como a área de terra que eles plantavam foi ficando pequena com o número de famílias que tinham ali acampado, então, se pensou em fazer uma outra ocupação em cima da mesma área. A ideia era ocupar essa área mesma aqui, que é onde agora é o assentamento, né, até a sede. Mas, como a gente que sabe quando se ocupa uma estrutura maior, então, é mais dificultoso isso por outro lado. E daí, então, as famílias mapearam um espaço onde é, as pessoas responsáveis que fazem isso, foi mapeado então aonde hoje é o Acampamento Primeiro de Agosto, foi feita a outra ocupação. Foi feito então a ocupação do Primeiro de Agosto, que ficava próxima dessa área, que era mais fácil de negociar com o cara que é dono dessa área. Ele tinha um diálogo melhor com o pessoal do Movimento, então, apesar de ser parente dos donos das outras áreas de onde tinha sido ocupado. Então, ocupou-se

o Primeiro de Agosto, no dia primeiro de agosto de 2004, foi feita a ocupação ali com 1200 famílias. E ficou mais de 600 famílias lá no Dorcelina Folador. Então, não foi desocupado aquela área e foi ocupada outra área na época com mais de 1200 famílias. [...].

Então, daí a terra foi negociada. Isso já faz uns 3 anos que a terra foi negociada já. Então, o Incra comprou a terra, comprou essa parte daqui.

Mas antes disso, da terra ser negociada, desse acontecimento, a gente fez uma ocupação na área da Syngenta, em Santa Teresa do Oeste, nós temos um assentamento do lado de cima de área, um assentamento de dez famílias. E foi feito uma ocupação, então, devidamente pelo que acontecia lá, por ser um centro de experimento de semente geneticamente modificada e por ela estar próxima de uma área de reserva, que é o Parque Ambiental ali, o Parque do Iguaçu. Então, a gente fez uma ocupação, ficamos lá dentro um tempo e devido que o governo do Estado taria pagando muita multa por manter, pra gente continuar lá, a gente fizemos um acordo com o governo, se retiro, ficamos no assentamento. E quando foi feito uma nova reocupação a gente perdeu um companheiro nessa ocupação. O conflito não diretamente talvez com a empresa, mas era com a empresa de segurança que eles tinham contratado pra fazer a segurança na área, juntamente com outras pessoas que não gostam do movimento se articularam e invadiram o espaço na hora do meio-dia. E chegaram atirando, né, então, nós perdemos nosso companheiro Valmir Mota, que é o popular Keno. Então, o Keno veio a falecer nesse dia 21 de outubro de 2007.

E essa área também, aí essa área também tava em negociação, mas, graças a Deus, a gente conseguiu que ela continuasse em negociação e ela foi comprada pelo Incra, foi adquirida pelo Incra, então. E daí ano passado, daí o cara se retiro. Só que ela foi comprada só a área de terra, não foi comprada a sede da fazenda, que é onde tem o grupo de casas ali e os barracão. Então, foi comprada a terra, não essa área, que continua sendo dele mesmo ainda essa área. Hoje mora funcionários de uma empresa ali. Então, foi adquirida essa área e a gente colocou o

nome dela de assentamento Valmir Mota em homenagem ao Keno. Tanto que a mulher e os filhos dele moram aqui também, moram nesse assentamento, estão aqui assentados, estão nesse coletivo aqui. (Souza, 2012)

Geni está preocupada em elencar os eventos que marcaram a memória da luta dos acampados até a conquista do assentamento. Contudo, também informa eventos ocorridos quando ainda residia em Francisco Beltrão e, assim, não foram vivenciados por ela. Mais uma vez, evidencia a memória socialmente compartilhada, trabalhada, debatida e narrada entre os assentados durante o processo de luta dos sem-terra na conquista do assentamento. Embora com um tratamento um pouco diferente nas duas entrevistas, os temas foram recorrentes e praticamente os mesmos. Se na entrevista de 2017 a historiadora pautasse a trajetória de vida, Geni, muito provavelmente, narraria os mesmos eventos da sua vida pessoal narrados na entrevista de 2012, situando-se politicamente a partir de um novo presente e de enredos que fossem significativos no ano de 2017.

A memória sobre a história do assentamento Valmir Mota retoma as ocupações e acampamentos ocorridos ainda em 1999, uma vez que parte significativa dos assentados foram oriundos desses movimentos sociais e muitos permaneceram acampados durante todo esse período. Desses acampamentos, o Casa Nova, Sirlene César e o Dorcelina Folador foram organizados em 1999. Os acampamentos Primeiro de Agosto, Olga Benário e Sete de Setembro datam o ano de 2004. O acampamento Resistência Camponesa⁴⁰ é o novo nome do acampamento Casa Nova, reno-

40. No final do ano de 2019, os sem-terra dos acampamentos Resistência Camponesa, Primeiro de Agosto e Dorcelina Folador organizaram a “Vigília Resistência Camponesa: por terra, vida e dignidade” para denunciar as ameaças de despejos autorizados pelo governador do estado do Paraná, Ratinho Junior, demonstrando um alinhamento político com o Governo Federal de Jair Bolsonaro. A vigília ocorreu próximo ao acampamento Resistência Camponesa,

meado em 2015 para demarcar os anos de resistência na luta pela reforma agrária (Mello, 2018, p. 51-58).

Na região Oeste do Paraná, o MST manteve acampamentos permanentes, que se constituíram em ambientes sociais e políticos de formação de sem-terra para a resistência e luta pela reforma agrária e a irradiação das lutas do MST (Dorcelina Folador, Primeiro de Agosto, Sete de Setembro, Olga Benário e Resistência Camponesa) para os quais sempre foram acampadas famílias sem-terra para a formação – educação – de uma identidade sem-terra e camponesa, que consistia na apreensão de práticas de organização e luta, valores e princípios em agroecologia e de oposição ao agronegócio, uma identidade de classe. O processo de formalização desses acampamentos permanentes com essa perspectiva política ainda demanda pesquisa. Todavia, a história desses acampamentos permanentes demonstra uma nova estratégia de luta pela reforma agrária em gestação.

Na narrativa, Geni expõe a preocupação e a tática do MST na definição da área que deveria ser ocupada para a formação do acampamento Primeiro de Agosto. Inicialmente, projetou-se a ocupação da área em que hoje estão assentados, que é próxima a BR 277 e da sede da fazenda. Entretanto, avaliou-se que seriam mais custosos o enfrentamento político e a conquista da terra e decidiu-se pela ocupação alguns quilômetros mais distantes da rodovia. Mesmo assim, no relato editado, Geni enfatiza os conflitos com o “setor ruralista” da região Oeste do Paraná durante o período de acampamento no Primeiro de Agosto diante, ainda, da proximidade da área com a cidade de Cascavel. O acampamento evidenciou a disputa em torno de projetos antagônicos para o campo no Oeste do Paraná: de um lado estavam os sem-terra defendendo uma agricultura agro-

no Complexo Cajati e envolveu em torno de 300 sem-terra dos três acampamentos e assentamentos da região. A vigília transcorreu permanentemente até quando foi possível e apenas foi interrompida com o início da pandemia de covid-19 em meados do mês de março de 2020 (MST, 2020).

ecológica e, do outro lado, os ruralistas na defesa intransigente do agronegócio – do capitalismo para o campo.

A frase “ninguém é obrigado a ficar” é preñhe de significados. A formulação denota a possibilidade da conquista da terra por meio da permanência no acampamento, que em si configura uma atitude de resistência pelos acampados, mas também tem o sentido de se adequar as normas de organização da vida e do trabalho no interior do acampamento. E a diversidade de expectativas e das trajetórias de vida dos sujeitos torna a convivência no acampamento sempre conflituosa e, em alguns momentos, tensa. Contudo, o MST vislumbra no tempo vivido no acampamento (Loera, 2014) como o período não apenas de luta pela reforma agrária, principal sentido da existência do acampamento, associados às diversas mobilizações visando o assentamento dos acampados, mas o tempo do acampamento tem como objetivo o fazer-se da cultura camponesa permeada por valores e princípios de resistência ao capitalismo – ao agronegócio – e de defesa da agroecologia e da agrofloresta, com uma produção livre de agrotóxicos.

Na entrevista de 2012, Geni não tratou da formação do MST na região Oeste do Paraná, em 1984. Talvez, por considerar que o evento fosse de conhecimento dos historiadores que a entrevistava. Entretanto, narrou a ocupação da Syngenta pelos sem-terra em resistência aos experimentos com sementes transgênicas realizadas pela empresa em Santa Teresa do Oeste, que levou a morte do militante Valmir Mota de Oliveira, o Keno, e muitos outros feridos. O fato foi lembrado para explicar a origem do nome do assentamento Valmir Mota. Geni narra os conflitos enfrentados pelos acampados, a conquista do assentamento com a compra da área pelo Incra em 2010 (Portaria do Incra/SR-09 n. 49, DOU de 13 de dezembro de 2010, Plano de Desenvolvimento do Assentamento, 2014, p. 30), depois de um período de mais de dez anos de vida em acampamentos para muitas das famílias de sem-terra do assentamento e, ainda, o tempo de espera de mais três anos para o assentamento.

Geni realizou uma ruptura brusca no relato para inserir o tema da ocupação da Syngenta e narrar a morte do Keno, que se explica pelo caráter ativo e humano da memória. Contudo, também demonstra mais uma vez que os eventos narrados pela militante assentada foram socialmente selecionados para compor a memória de luta do assentamento Valmir Mota. E a morte do Keno deveria ser lembrada, pois, além informar o nome do assentamento, evidencia um passado de resistência em defesa de um projeto agroecológico, que o sangue de muitos sem-terra foram derramados na defesa desse projeto de assentamento e um sem-terra, infelizmente, tombou nessa luta⁴¹.

Na entrevista de 2017, Geni informa que não esteve presente na ocupação da Syngenta, no dia do assassinato do sem-terra Keno, mas narra detalhadamente como ocorreu a ocupação e o assassinato:

Geni: É do Primeiro de Agosto que foram morar lá dentro, né. Foram morar lá dentro, foi feita a ocupação. Ficou um grupo bem grande de pessoas lá. Isso foi em 2006. É as famílias ficaram lá dentro, daí o... eles tiraram uma parte das coisas deles que ficaram lá e não foi mexido nessas coisa, foi lacrado e não foi mexido, né. É, daí em dois mil e... Início de 2007, as famílias foram obrigadas a sair de lá. Nós fomos obrigados a tirar as famílias, trazer pra frente, elas ficaram na beira da BR, para fora do portão, porque... porque o governo do Estado na época era o Requião e ele tava pagando não sei quantos mil reais por dia se mantivesse as famílias lá dentro.

Cintia: Pagando para a Syngenta?

Geni: Pagando para... sei lá se é para a Justiça, pra Syngenta ou para quem que foi. Eu sei que eles ganharam né... e a gente retirou as famílias lá de dentro. Deixamos as famílias na beira da BR. E passou um período, né, um tempo, para desafogar quando o processo do governo do Estado caiu, né, a gente fez a reocupação. Então, o que que aconteceu... É no dia, nesse dia,

41. A morte do sem-terra Keno foi tratado no documentário *Nem um minuto de silêncio*, armazenado na Videoteca Virtual Gregório Bezerra, Disponível em: <http://bit.ly/3hoSJer>. Acesso em: 06 jul. 2020.

né, dia 21 de outubro, era um domingo, estava acontecendo uma formação aqui na Agrotec, aqui em cima, era uma formação estadual, então, tinha gente de várias partes do Paraná que estavam aí. Daí durante essa formação, esse curso que tava acontecendo, foi se pensado de terminava no sábado o curso de fazer a reocupação lá na área [Syngenta] de volta. Daí eu não fui porque eu tinha, na época eu dava aula lá embaixo, né, e a Geane [filha] ficou ali até no final, né. Mas foi para casa porque ela era de menor no período, né. E na madrugada do dia 21, então, foi reocupado. Então, tinha gente do Paraná todo lá, tinham umas 300 pessoas e mais as famílias que moravam lá do lado de fora, né. Foi feita a reocupação de madrugada, tinha 6 guardas lá, deles, desarmaram os guarda e mandaram eles embora. Mas os guarda que estavam fazendo pela Syngenta, cuidando da área, porque eles não estavam mexendo lá na área, eles não tinham retomado, eles só mantinham essas pessoas e essa segurança lá né, porque eles sabiam que nós íamos ocupar de novo. Mas daí nem foi a Syngenta na verdade, a mando da Syngenta. Daí essa empresa, é uma empresa aqui de Cascavel, NF [...] de Segurança [...]. E eles vieram numas 40 pessoas na hora do almoço, estava chovendo bastante e daí tem uma guarita lá na frente, tinha 12 pessoas dentro da guarita, enquanto uns estavam lá atrás almoçando no barracão, é estavam almoçando, estava chovendo bastante e essas pessoas estavam ali, né, fazendo a guarda e depois que os outros terminava para eles revezar, né, para ficar sempre alguém no portão. E eles chegaram com um ônibus e um ou dois carros pequeno, chegaram atirando né. E na ideia deles eles queriam o Keno, o Celso e a Celinha [...]. Porque na cabeça deles matando os que achava que era só os três que era líder, né, matando os três eles acabavam com o movimento, né. E o Keno foi dando segurança para os outros fugirem e eles atingiram ele na perna. Depois que ele correu para trás do carro onde ele estava [...]. Daí ele caiu para trás num carro e dentro do carro estava um agrônomo e eles acharam que era o Celso, daí eles tentaram pegar, mas quando eles viram que não era o Celso eles deram uma coronhada na cabeça do Gentio. Então, eles não queriam

matar todo mundo, eles queriam pegar os três, né. Daí o Keno caiu para trás desse carro foi se arrastando, né, porque ele tinha recebido um tiro na perna, daí o cara chegou [abaixa o tom da voz] e deu um tiro no peito dele com bala explosiva e daí saiu a Isabel. A Isabel, o cara pegou ela pelo cabelo, arrastou ela pelo cabelo e atirou de cima para baixo, daí o tiro pegou no olho dela, no olho direito aqui dela, né, ela olhando para cima, né, pegou no olho direito e a bala entrou, passou por aqui, machucou o tendão dela aqui e está ainda alojado nas costas dela. Ela ficou com dificuldade nesse braço e sem o olho, né. Agora de tanto, depois de tanto tempo ainda tiram sarro dela que ela ainda consegue segurar a neta dela, né. Daí acharam que ela tinha morrido, veio um povo correndo de volta né. Daí o marido dela levou um tiro no pé, que ela estava ali e ele estava lá no barracão, e ele veio correndo de lá e ele levou um tiro no pé e ele foi ver depois que ele saiu do hospital que ele tinha levado um tiro no pé. (Souza, 2007)

A narrativa sobre a morte do sem-terra Keno foi representativa do sentido político que adquiriu o assassinato para a luta dos sem-terra pela reforma agrária no acampamento Primeiro de Agosto. A eleição do nome do assentamento é apenas uma das evidências. O relato foi construído alterando o ritmo, o tom e o volume da voz. Diferente de outros trechos da entrevista, o tema da morte do Keno foi mais truncado e com muitas pausas.

Em 29 de novembro de 2018, finalmente, o Tribunal de Justiça do Paraná, confirmou a sentença condenatória da Syngenta no caso do

[...] assassinato do sem-terra Valmir Mota de Oliveira, conhecido como Keno, e pela tentativa de assassinato da agricultora Isabel Nascimento de Souza. A decisão dos desembargadores da 9ª Câmara do Tribunal de Justiça do Paraná confirmou a sentença de primeira instância, tomada em 2015, quando a 1ª Vara Cível da Comarca de Cascavel determinou que a empresa tem responsabilidade pelo assassinato, e deveria indenizar a família das vítimas pelos danos morais e materiais. [...] “A justiça

foi feita. Hoje a Syngenta é culpada. Eu estou muito emocionada [...]”, disse a viúva do agricultor, ao saber da condenação em segunda estância. “Eu só tenho a agradecer a Deus, por que eu nunca perdi as esperanças de que a Syngenta seria condenada um dia por essa tragédia. Eu preferia mil vezes ele aqui comigo do que longe, mas eu tenho certeza de que, onde ele estiver, ele está feliz agora”, completou Íris. (Ghisi; Petry, 2018)

No presente, o projeto político que Geni defende para o assentamento Valmir Mota, que orienta sua militância e as disputas no interior do assentamento, tem relação com o passado de sua vida, ainda do tempo em que trabalhou na Assesoar, que compõe hoje a sua perspectiva política. Contudo, semelhantes ou iguais às perspectivas políticas que orientam o MST e a Via Campesina quando tratam da organização da produção agroecológica e livre de agrotóxico. Um projeto político de assentamento que compartilham e que querem ver executados pelos assentados:

Geni: E agora no final do ano, essa área que a gente tá aqui agora o assentamento Valmir Mota, já é numa área adquirida, é assentamento, só que as terras não foram medidas. A gente planta um alqueire e meio, todas as famílias que estão aqui. O restante a gente planta coletivo. [...]

Vão tá trabalhando em média de seis hectares por família. E aqui a gente também trabalha sem agrotóxico. Então, todas as famílias que vem pra cá é porque elas estão incluídas num projeto de agroecologia, senão... Nós não usamos veneno. A gente já produz alimentos, já se produz alimentos pra entrega da merenda escolar, alimentos do PAA, que é um projeto do governo. [...] É também na melhoria da alimentação das próprias famílias. Então, uma coisa a gente já sabe que deu certo. Então, minha trajetória de vida vem um pouco nessas questões da luta pela terra. [...] E daí, como a gente, é um projeto do MST mesmo, que essa área ser áreas livres de agrotóxico, que a gente, que ia se feito um trabalho agroecológico, então, as famílias que serem entrevistadas para vir para cá elas também precisam assinar um

termo de dizê: “Não. Eu vou trabalhar, me comprometo em trabalhar nessa forma”. Se ela chegar aqui e depois acha que não dá para ela, ela pode sair daqui, mas, né, pode sair daqui, pode voltar para uma outra área, mas que aqui a gente tem essa, essa demanda, dizê assim ó: “nós vamos pra lá, vamos trabalha, produzi ecologicamente.” Já temos um técnico contratado, que vem do Incra, uma empresa que o Incra contratou, que tá dando acompanhamento já as famílias aqui, fazendo os planos de ações das famílias, entrevistas e também já acompanhando a produção do que eles produzem. Então, já tem o acompanhamento daqui das famílias que estão aqui no Valmir Mota. (Souza, 2012)

O momento da entrevista – início de 2012 – marca o período em que os assentados tinham recentemente conquistado o assentamento Valmir Mota e ainda residiam em moradias construídas uma ao lado da outra, provisoriamente, próximo da BR 277 e da sede da fazenda, área que não foi desapropriada. Ainda num momento em que os lotes para cada família não tinham sido demarcados pelo Incra. Geni corrobora que a seleção das famílias de assentados passou por um processo de entrevistas, cuja seleção das famílias esteve associada ao compromisso assinado para uso de práticas agroecológicas e não uso de agrotóxico no assentamento, previsto também no Projeto de Desenvolvimento do Assentamento (PDA, 2014).

Em 2012, para Geni, todas as famílias aceitaram a “inclusão” no projeto de agroecologia, com expectativas, e entusiasmo, sobre as potencialidades da produção agroecológica. Todavia, na entrevista de 2017, Geni fala das dificuldades para a execução do projeto agroecológico e livre de agrotóxico para o assentamento:

Geni: E a realidade de hoje, né, porque o projeto é um e agora o que... como nós nunca, na prática nós nunca recebemos nada de investimento, nada, nada, né. Então, o que as famílias construíram aqui, foi com as forças que eles tiveram. Daí tem o porém que muitas famílias aqui tem um trabalho fora. [...].

É, a gente já teve assim bastante problemas assim, sabe, porque a gente pensava, né, foi sendo construído uma coisa e pela justificativa de adquirir essa área, é para ser uma produção em agroecologia, né, sem uso de agrotóxico, porque é uma área nobre, é uma área próxima à cidade para a produção de alimentos, essa é a justificativa, né, para a produção de alimentos, de pequenos animais, mas daí, né. Ih, nós já tivemos vários problemas aqui, porque daí a gente sabe que as famílias vêm, para vir pra cá elas assinaram um compromisso [...]. Mas a gente sabe que lógica capitalista, a lógica e daí o que rodeia ao redor de nós, né, tanto que os caras que vendem sementes e veneno eles vêm pra cima das pessoas, vem pra cima das pessoas no individual e daí aquilo, né, de não saber lidar com o que nasce aqui, porque se você não vai usar agrotóxico, você tem que trabalhar de outra forma e daí como ninguém recebeu nenhum tipo de... porque tem tecnologia hoje para usar, para trabalhar na agroecologia, né, mas daí você não tem acesso, né, não tem acesso ainda, então, o pessoal não vai pegar uma enxada e vai produzir tudo. Quem tá mexendo com gado de leite, quem tá aqui, várias famílias tão bem viabilizadas já, né, tão vendendo na feira... Já temos um grupo grande de famílias que tem um selo na área de agroecologia... Então tá. Então, daí ano passado a gente sentou, discutiu e tal e tal, porque tava assim fazendo um racha aqui, um grupo se organizando para achar que nós da direção que não queria que usasse veneno [...]. (Souza, 2017)

Na entrevista de 2017, Geni narra a realidade vivida no assentamento Valmir Mota transcorrido os primeiros anos de história. Narra ainda que os assentados não receberam os investimentos habituais para a organização da produção agroecológica, tal como foi projetado no PDA do assentamento. A historiadora Cíntia Valéria Mello (2018, p. 97-101) informa que o auxílio inicial destinado pelo Estado aos assentados não foi recebido por todas as famílias, uma vez que muitas famílias não tinham inicialmente toda a documentação pessoal e familiar regular e demorou bastante tempo para a regularização.

A situação tornou-se ainda mais complexa com o Golpe de 2016, em que a vida no assentamento foi impactada de diversas formas, por exemplo, com as mudanças políticas empreendidas na agricultura familiar, na política de infraestrutura e custeio dos assentamentos de sem-terra e na política de fomento para a reforma agrária. Para Paulo Alentejano (2018, p. 309), no governo golpista de Michel Temer:

Praticamente não se desapropria mais terras, a criação de assentamentos foi abandonada e os lotes existentes nos antigos assentamentos estão sendo titulados em definitivo visando sua recolocação no mercado de terras. A se manter este quadro, em breve o pouco que foi realizado de “reforma agrária” no Brasil será revertido.

O debate em torno da reforma agrária no Brasil é antigo e é matizado pelas perspectivas que cada autor tem do que poderia ser a reforma agrária. Para Paulo Alentejano (2018, p. 309) a reforma agrária tem sido muito “anunciada e não realizada no Brasil, perpetuando o quadro de alta concentração da terra, da renda e da riqueza no campo brasileiro”. Alentejano denuncia que pouco tem sido feito para a mudança na estrutura fundiária no Brasil, a precariedade nos assentamentos, mas perde força sua crítica quando ignora o processo histórico contraditório da luta da reforma agrária, premido por limites e por relações de força desiguais. Contudo, concordo que os governos Lula e Dilma poderiam ter assentados mais famílias de sem-terra e avançado na política de reforma agrária e atualizado o índice de produtividade rural, que é da década de 1970. Embora nos anos anteriores ao Golpe de 2016, a reforma agrária e a política de incentivo para a agricultura familiar não fossem a primeira prioridade e os assentamentos de sem-terra já sentiam as repercussões das diferenças políticas entre os governos Lula e Dilma, o pós-Golpe de 2016 alterou bruscamente o posicionamento dos governos para com os movimentos sociais de luta pela reforma agrária, movimentos sociais de retomada indígena, quilombolas e demais lutas das comunidades tradicionais. O ódio de

classe orientou as políticas de governo com propostas e aprovação no Congresso de reformas (Emenda Constitucional 95/2016, reforma trabalhista em 2017, entre outras) e de ataques a toda a classe trabalhadora. Especialmente, os movimentos sociais de luta pela terra e reforma agrária têm sofrido com a intensa repressão e criminalização⁴².

No período anterior, os assentamentos recebiam os recursos para custear a infraestrutura básica. E a organização da produção prevista no PDA era minimamente viabilizada. O rompimento do apoio à agricultura familiar e aos assentamentos promovidos pelos governos do pós-Golpe de 2016 levou ao fim do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que fornecia alimentação para a merenda escolar. A partir do PAA muitos assentados definiram o quê produzir e como organizar a produção. Era com essa renda da terra que sobreviviam e realizavam alguns investimentos em seus lotes. Ainda durante o governo Temer, a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e, conseqüentemente, o “desmonte da estrutura institucional” do Incra, da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), e outros órgãos, com o objetivo político de paralisar as ações de apoio com recursos, financiamentos, assistência técnica e extensão rural (Mattei, 2018), que fomentaria a produção de agricultores familiares, assentados, indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais, repercutiu também no assentamento Valmir Mota. A infraestrutura básica necessária, como a construção das casas de alvenaria (a maioria das moradias

42. Na verdade, não tenho como objetivo avaliar se nesse momento tem alguma categoria da classe trabalhadora que é mais perseguida e reprimida com as mudanças na orientação política e as reformas dos governos do pós-Golpe de 2016, pois, infelizmente, tem atingido a todos. Por exemplo, a educação, as universidades públicas e os professores são também atacados não apenas com os cortes e o contingenciamento dos recursos para o financiamento da educação pública, mas por expressar genérica e ideologicamente uma força na defesa do elementar conhecimento científico. Isso não deveria significar muita coisa, mas, para um governo que se agarra ao revisionismo, a pós-verdade e a *fake news*, o conhecimento científico pode ferir de morte o governo fascista! *Não passarão!*

foram construídas com a transposição dos materiais do tempo do pré-assentamento), a rede elétrica e a perfuração de poços para o abastecimento de água, não foram providas pelo estado. E muitas famílias que receberam o recurso inicial em 2015 (no período o valor era de R\$ 2.400,00) utilizaram o recurso para custear a instalação elétrica no assentamento e a construção de poços.

Na entrevista de 2017, Geni ressentiu de o assentamento não ter recebido os investimentos necessários para organizar a vida e a produção planejada durante quase quinze anos de luta para a conquista do assentamento, pois foi esse o tempo para os sem-terra que iniciaram na luta pela reforma agrária nas ocupações e acampamentos em 1999. Todavia, Geni afirma que as mudanças nas políticas de governo não abalaram totalmente os assentados, pois logo assevera que o visualizado ali no assentamento foi obra dos assentados “com a força que eles tiveram”, é necessário resistir tornando o assentamento viável social e economicamente para os assentados.

Geni não oculta os problemas vividos no assentamento, por exemplo, o caso de assentados deixar diariamente o assentamento para o trabalho externo, na maioria das vezes, em atividades agroindustriais em Cascavel, que, para a entrevistada, é um problema. Na avaliação da militante, esse tempo deveria ser dedicado a produção no assentamento. Essas famílias se defendem afirmando que o resultado da renda obtida com a produção no assentamento ainda é insuficiente para a sobrevivência da família e para os investimentos necessários nos lotes (Mello, 2018). Certamente, o trabalho externo e a agricultura convencional (produção de soja e milho em toda a extensão do lote com o uso de agrotóxico) tem sido os principais problemas enfrentados entre uma parte dos assentados e os assentados militantes, que defendem o uso das tecnologias agroecológicas.

Na narrativa, Geni demonstra os motivos que orientam e moldam a relutância a agroecologia por uma parte dos assentados,

mas não se dá por vencida pela lógica capitalista e considera que o projeto de um assentamento, tal como foi elaborado no PDA, com produção agroecológica e livre de agrotóxico, ainda pode ser conquistado plenamente.

A frase “ninguém é obrigado a ficar” pronunciada anteriormente adquiriu nesse momento da narrativa o sentido pretendido pela militante. Os assentados permaneceram durante anos acampados, assinaram um termo de compromisso para organizar a produção agroecológica em suas áreas no assentamento, mas reivindicam agora a liberdade e o direito familiar de decidir o que e como produzir. Contudo, Geni procura não responsabilizar individualmente os assentados por não praticarem a agroecologia, ao narrar com um sentimento de angústia, o movimento corruptor e sagaz das empresas agropecuárias. Lembra que a lógica capitalista é perversa e os partidários do agronegócio, e seus representantes comerciais, deslocam-se das diversas lojas de agropecuárias de Cascavel para o assentamento e assediam os assentados com os “pacotes tecnológicos” e “vendem sementes e veneno e eles vem pra cima das pessoas” para vender também as “facilidades” da produção agrícola convencional.

A produção com a “enxada” não “garante a produção de tudo” e “não é rentável”. A velha ferramenta utilizada na agricultura artesanal emerge como metáfora para a agricultura convencional, mas também corrobora as dificuldades em implementar a agroecologia, embora existam diversos projetos agroecológicos no assentamento com a conquista do selo de agroecologia por uma parte dos assentados.

Com o assentamento Valmir Mota as disputas entre os diversos projetos para o campo e para a sociedade tornam-se ainda mais visíveis. Desde a década de 1970, no Oeste do Paraná, opunham-se os movimentos sociais de luta pela terra e a burguesia agroindustrial na disputa de um projeto de agropecuária. Hoje, com a criação de diversos assentamentos de sem-terra, as disputas também foram desloca-

das para o interior desses assentamentos – a produção agroecológica, livre de agrotóxico, versus agricultura convencional, com agrotóxico.

Os militantes sem-terra percebem que a hegemonia do agronegócio são limites e atinge também os territórios dos assentamentos, pois, se antes o enfrentamento ao agronegócio deslocava os sem-terra para fora do acampamento, por exemplo, na ocupação da Syngenta, agora a luta, a disputa, também ocorre no ambiente social e político do assentamento. O relato da militante Geni também evidencia a angústia em perceber que todo o processo histórico vivido durante o tempo dos acampamentos (e do pré-assentamento) não foi suficiente moldar uma cultura camponesa resistente ao agronegócio. O fazer-se enquanto sem-terra não constitui um processo findo, com o assentamento.

Por fim, a identidade sem-terra é histórica, de classe, formada nos diversos tempos vividos pelos sem-terra – ocupações, acampamentos, assentamento. A identidade sem-terra não é homogênea, não é única, pois constituiu-se a partir das diversas trajetórias de vida das 83 famílias de sem-terra do assentamento Valmir Mota. Em contrapartida, a evidência da historicidade da formação da identidade sem-terra torna a experiência social do assentamento Valmir Mota um alento nesse período histórico sombrio para os movimentos sociais de luta pela reforma agrária – tudo pode ser transformado e o sonho agroecológico e livre de agrotóxico em disputa no assentamento pode ainda se tornar hegemônico.

A causa ainda está em disputa e a história não terminou.

FONTES

Fontes orais

ADAMS, Isolde. Entrevista realizada por Salete Inês Walter, em 25 de maio de 2013. Duração: 33 min.

BALDIN, Delvo. Entrevista realizada pelo autor em 19 de fevereiro de 2014. Duração: 23 min.

BERNARTT, Luiz Ari. Entrevista realizada pelo autor em 24 de fevereiro 2014. Duração: 60 min.

ENGE, Valmi; ENGE, Noemi. Entrevista realizada pelo autor e Salete Inês Walter em 9 de março de 2013. Duração: 1h48min.

FOMENTO avícola. Cooperativa Agroindustrial Copagril. Entrevista realizada pelo autor em 21 de fevereiro de 2014. Duração: 42 min.

FRANCISCO, Anderson. Entrevista realizada em 25 de fevereiro de 2012, por Antônio de Pádua Bosi, Rinaldo José Varussa, Vagner José Moreira.

GENNARI, Dario. Entrevista realizada pelo autor em 19 de fevereiro de 2014. Duração: 1h8min.

GRESPÃO, Orestes. Entrevista realizada por Cintia Valéria de Mello, em 22 de setembro de 2012. Duração: 35min, 30s.

GRIEBELER, Soeli. Entrevista realizada por Salete Inês Walter, em 6 de maio de 2013. Duração: 32 min.

LINBERGER, Élcio (Pseudônimo); MARCHIORI, Bianca (Pseudônimo). Entrevista realizada pelo autor em 16 de março de 2013. Duração: 46 min.

MARTINS, Roberto de Lima. Entrevista realizada pelo autor e Salete Inês Walter em 8 de outubro de 2011. Duração: 35 min.

SOUZA, Geni Isabel Teixeira de. Entrevista realizada em 5 de março de 2012. Entrevistadores: Rinaldo José Varussa e Vagner José Moreira. Assentamento Valmir Mota, Complexo Cajati – BR 277, Cascavel-PR. Duração: 1h19min. Agradeço ao Lucas Eduardo Gaspar o trabalho técnico da filmagem da entrevista.

SOUZA, Geni Isabel Teixeira de. Entrevista realizada em 23 de junho de 2017. Entrevistadora: Cintia Valéria de Mello. Assentamento Valmir Mota, Complexo Cajati – BR 277, Cascavel-PR. Duração de 2h30min13s.

Outros documentos

ABPA. Disponível em: <https://bit.ly/3Ukofbi>. Acesso em: 08 set. 2017.

ASSESSORIA de Imprensa da Cobb. Globoaves assina com Cobb. 2009. Disponível em: <http://bit.ly/3E0JGYW>. Acesso em: 28 nov. 2013.

AVICULTORES buscam melhores condições de trabalho no PR. **Jornal Correio do Povo do Paraná**, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3UvWvBk>. Acesso em: 04 nov. 2013.

AVICULTORES de Toledo (PR) se organizam e fundam associação. **Jornal do Oeste**, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3NYCAIU>. Acesso em: 19 fev. 2014.

AVICULTURA INDUSTRIAL. Aumenta poder de compra do avicultor de SP e do oeste do PR. **Cepea**, 2013. Disponível em: <http://bit.ly/3NYklDo>. Acesso em: 29 jul. 2013.

AVICULTURA INDUSTRIAL. Avicultores paranaenses reclamam de preços recebidos. **Gazeta do Paraná**, 2010. Disponível em: <http://bit.ly/3huLKAJ>. Acesso em: 28 jun. 2022.

AVICULTURA INDUSTRIAL. BRF faz nova investida em Abu Dhabi. **Valor**, 2012. Disponível em: <http://bit.ly/3glí4eb>. Acesso em: 05 out. 2012a.

AVICULTURA INDUSTRIAL. Cooperativas adotam estratégia para reduzir a produção de frango no PR. **Portal G1**, 2012. Disponível em: <http://bit.ly/3WYglH2>. Acesso em: 23 out. 2012b.

AVICULTURA INDUSTRIAL. Dourados, no MS, encabeça estudo sobre a crise na produção de frango. **Capital News**, 2014. Disponível em: <http://bit.ly/3NYLeah>. Acesso em: 04 abr. 2014.

AVICULTURA INDUSTRIAL. Engorda de frangos é a atividade mais rentável para o agricultor. **O Diário**, 2014. Disponível em: <http://bit.ly/3UrhZPU>. Acesso em: 29 jul. 2014.

AVICULTURA INDUSTRIAL. Workshop sobre Dark House na avicultura chega a um modelo ideal do sistema para o Brasil. 2013. Disponível em: <http://bit.ly/3GqLeOT>. Acesso em: 17 maio 2013.

CARRANO, Pedro. Prisão no próprio trabalho. Avicultores integrados à Sadia protestam contra preço e condições impostas pela transnacional. **Brasil de Fato**, Edição de 3 jan. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3UkCexU>. Acesso em: 07 jan. 2012.

COBB-VANTRESS planeja investimentos para crescer no Brasil. **Valor Econômico**. Disponível em: <https://bit.ly/3Ff3GZy>. Acesso em: 28 nov. 2013.

CONVENÇÃO Coletiva de Trabalho entre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Toledo e o Sindicato Rural de Toledo. Número de Registro no MTE: PR002906/2013. Data do protocolo: 08 jul. 2013. Disponível em: <http://bit.ly/3Uxsn8I>. Acesso em: 20 fev. 2014.

CONVENÇÃO Coletiva de Trabalho entre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Toledo e o Sindicato Rural de Toledo, regulamentado pela Lei n. 9.958, de 12 de janeiro de 2000. Disponível em: <http://bit.ly/3torinO>. Acesso em: 20 fev. 2014.

COSTA, Sérgio (coord.); FERREIRA, Marília. **The saga of the Brazilian poultry: how Brazil has become the World's largest exporter of chicken meat. A saga da avicultura brasileira: como o Brasil se tornou o maior exportador mundial de frango.** Rio de Janeiro: Insight; São Paulo: UBABEF, 2011. Disponível em: <http://bit.ly/3NXGguu>. Acesso em: 28 fev. 2013.

DE OLHO NOS RURALISTAS – Observatório do Agronegócio no Brasil. Os financiadores da boiada: como as multinacionais do agronegócio sustentam a bancada ruralista e patrocinam o desmonte socioambiental. 2022. Disponível em: <http://bit.ly/3g1KzZh>. Acesso em: 27 jul. 2022.

GHISI, Ednubia; PETRY, Franciele. Tribunal de Justiça do Paraná condena Syngenta pelo assassinato de agricultor sem-terra. **Terra de Direitos**, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/3tGz393>. Acesso em: 24 jun. 2020.

GLOBO RURAL. **Criadores de frango comemoram a boa fase da atividade no Paraná.** 2014. Disponível em: <http://bit.ly/3UuMULn>. Acesso em: 04 jun. 2014.

GLOBO RURAL. **Produtores de frango comemoram o bom momento da atividade no PR.** 2013. Disponível em: <http://bit.ly/3E1gpxl>. Acesso em: 04 jun. 2014.

GOMES, Luana. Frango do Paraná dá nova “revoada”. **Gazeta do Povo**, Expedição Avicultura. Agronegócio. 2012. Disponível em: <http://bit.ly/3EpI8ZX>. Acesso em: 25 jul. 2012. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da Pecuária Municipal 2007.** Rio de Janeiro, 2008.

JESUS JUNIOR, Celso de *et al.* A cadeia da carne de frango: tensões, desafios e oportunidades. *In:* BNDES Setorial. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 191-232, 2007. Disponível em: <http://bit.ly/3TvpCU0>. Acesso em: 24 ago. 2011.

JUNQUEIRA, Caio. Bancada ruralista articula revisão das leis do trabalho rural. **Valor Econômico**, 2013. Disponível em: <http://bit.ly/3AvSsgL>. Acesso em: 13 mar. 2013.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Brasil do agronegócio 2011/2012 a 2021/2022.** Brasília, abr. de 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3XKCx88>. Acesso em: 20 jun. 2012.

MST. **Camponeses iniciam Vigília contra ameaça de despejo ordenado pelo Governo do Paraná.** 2019. Disponível em: <http://bit.ly/3A7Ekd8>. Acesso em: 09 jul. 2020.

MST. **Nossa história: Surge o MST 84-86.** 2022. Disponível em: <http://bit.ly/3tppYBi>. Acesso em: 12 ago. 2022.

NUVENS de veneno. **Direção Beto Novaes. Produção:** Beto Novaes. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3WWJiDi>. Acesso em: 8 ago. 2022.

PDA - PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO. Projeto de Assentamento Valmir Mota Município de Cascavel, 2014.

RENNÓ, Carlos. **Reis do agronegócio.** Disponível em: <https://bit.ly/3O04Lav>. Acesso em: 8 ago. 2022.

SINDICATO dos Trabalhadores Rurais de Marechal Cândido Rondon. Convenção coletiva de trabalho 2013/2015. Número de registro no MTE: PR002075/2013.

SUINOCULTURA INDUSTRIAL. **Abate de frangos e suínos registram alta no Brasil, diz IBGE**. 2013. Disponível em: <http://bit.ly/3tllsiv>. Acesso em: 25 set. 2013.

TST. Recurso de revista. Parceria rural. **Contrato de parceria para a produção avícola**. Incompetência da Justiça do Trabalho. PROCESSO n. TST-RR-29300-45.2009.5.04.0522. Disponível em: <https://bit.ly/3fZQnCo>. Acesso em: 30 set. 2013.

TST. Recurso de Revista. **Processo n. TST-RR-157600-65.2008.5.06.0211**. Relator: Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Data de Julgamento: 23/10/2013, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 25 out. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3NWjS4R>. Acesso em: 08 ago. 2022.

TST. Recurso de revista. RR 60900-78.2004.5.15.0029. Relator Renato de Lacerda Paiva. Julgamento em 26 de outubro de 2011. **JusBrasil**. Disponível em: <http://bit.ly/3GabFYP>. Acesso em: 24 mar. 2014.

TURNES, Valério Alcício. (coord.); DELOS ASSOCIADOS S/S LTDA. **Análise das Relações e Condições de Trabalho e de Saúde dos Agricultores Vinculados à Produção Industrial de Suínos e Aves no Complexo Agroalimentar do Oeste Catarinense da Região Oeste de Santa Catarina – Produto 5**: Relatório da pesquisa contendo os resultados e as análises da pesquisa qualitativa e um conjunto de hipóteses de relações que expliquem os condicionantes/problemas de saúde, resultantes das condições e relações de trabalho e produção e a identificação de variáveis para a elaboração dos questionários quantitativos/ Ministério da Integração Nacional. Brasília: IICA, 2012.

UMA decisão histórica. **O Presente Rural**, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3ivo67y>. Acesso em: 30 set. 2013.

ZANUTO, M. Produtores sofrem com a crise na avicultura. **Revista Paraná Rural**, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3UoZhrG>. Acesso em: 15 out. 2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, Paulo. A política agrária do governo Temer: a pá de cal na agonizante reforma agrária brasileira? **Okara: Geografia em debate**, v. 12, n. 12, p. 308-325, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/3Tp4u21>. Acesso em: 08 jul. 2020.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Política e organização dos trabalhadores frente à “abertura política” no Brasil dos anos 80. *In*: MACHADO, Maria Clara Tomaz; PATRIOTA, Rosangela (org.). **Política, cultura e movimentos sociais**: contemporaneidades historiográficas. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2001.

BELUSSO, Diane. A formação das cooperativas agrícolas e a expansão da avicultura de abate no Oeste paranaense (1970-2010). *In*: BOSI, Antônio (org.). **Trabalho e trabalhadores no processo de industrialização recente no Oeste do Paraná (1970-2010)**: estudos sobre a cadeia avícola. Jundiá: Paco Editorial, 2014.

BELUSSO, Diane. **A integração de agricultores às cooperativas agrícolas abatedoras de frangos no Oeste do Paraná**. 2010. 291f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente.

BEN, Marilúcia. **Os “nós” da territorialização da Cooperativa Agroindustrial Lar no Oeste paranaense**. 2011. 125f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOSI, Antônio de Pádua (org.). **Trabalho e trabalhadores no processo de industrialização recente no Oeste do Paraná (1970-2010)**: estudos sobre a cadeia avícola. Jundiá: Paco Editorial, 2014.

BOSI, Antônio de Pádua. História das relações de trabalho na cadeia produtiva avícola no Brasil (1970-2010). **Revista de História Regional**, v. 16, n. 2, p. 400-430, 2011a.

BOSI, Antônio de Pádua. Um ensaio sobre industrialização, desenvolvimento econômico e trabalho degradado no Oeste do Paraná. *In*: BOSI, Antônio de Pádua. **Precarização e intensificação do trabalho no Brasil recente: ensaios sobre o mundo dos trabalhadores (1980-2000)**. Cascavel: Edunioeste, 2011b.

BOSI, Antônio de Pádua. A recusa do trabalho em frigoríficos no Oeste paranaense (1990-2010): a cultura da classe. **Diálogos**, Maringá, online, v. 17, n. 1, p. 309-335, 2013.

BRUNO, Regina. **Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder**. Rio de Janeiro: Edur, 2009.

CARNEIRO, Antonio Dimas Carneiro. **Arrendamento e parceria rural nos tribunais (jurisprudência de 1964 a 1984)**. São Paulo: Saraiva, 1984.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CHRIST, Flaviane Mônica. **Memórias, projetos e lutas na formação história do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguçu/PR (1970-2009)**. 2010. 157f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. **O PCB e a questão do sindicalismo rural, 1954-1964**. 1990. 244f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

CUNICO, Jaqueline Michele. **Viver e trabalhar no campo: produção agropecuária, relações de trabalho e tensões no Extremo Oeste paranaense, 1970-2012**. 2014. 136f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

DALLA COSTA, Armando J. **Agroindústria brasileira contemporânea: inovações organizacionais e transformações tecnológicas na avicultura**. 1997. 352f. Tese (Doutorado – Autos Estudos em América Latina) – Université De La Sorbonne Nouvelle, Paris III.

DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Matin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DUTRA, Lidiane Silva; FERREIRA, Aldo Pacheco. Associação entre malformações congênitas e a utilização de agrotóxicos em monoculturas no Paraná, Brasil. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 41, p. 241-253, 2017. Edição especial.

FABRINI, João E. Campesinato e agronegócio na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. **Boletim Dataluta**, v. 23, p. 1-9, 2012.

FAGNANI, Lucinéia. **Trabalho e trabalhadores na avicultura**: experiências de operários na Unidade de Produção de Pintainhos, Cooperativa Agroindustrial Lar (2006-2013). 2014. 232f. Dissertação (Mestrado em História, Poder e Práticas Sociais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

FERNANDES, Francisco Cortes. Riscos biológicos em aviários. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 140-152, 2004.

FERREIRA, Cleide Aparecida. **A luta por terra, pão e saber**: a escola forjada na pedagogia da luta. 2017. 112f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso e fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da (org.). **A Justiça do Trabalho e sua história**: os direitos dos trabalhadores no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil**: política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1997.

HALL, Michael; STOLCKE, Verena. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. **Revista Brasileira de História**, v. 3, n. 6, p. 80-120, 1983.

HECK, Fernando Mendonça. **No abate de frangos e suínos: o descarte do trabalho**. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

HECK, Fernando Mendonça. **O espaço e o contraespaço no circuito produtivo da frigorificação de carnes no Oeste Paranaense**. 2017. 348f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente.

HECK, Fernando Mendonça. **Degradação anunciada do trabalho formal na Sadia, em Toledo (PR)**. 2013. 209f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente.

HEREDIA, Beatriz; LEITE, Sérgio Pereira; PALMEIRA, Moacir. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 74, p. 159-196, 2010.

HOBSBAWM, Eric J. **Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

HOBSBAWM, Eric J.; RUDÉ, George. **Capitão Swing: a expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra do início do século XIX**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

HORT, Juliane Vanderlinde. **Sustentabilidade e saúde pública: relatos de médicos sobre patologias associadas ao uso de agrotóxicos – o caso do município de Marechal Cândido Rondon-PR**. 2015. 99f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção da Pecuária Municipal 2007**. Rio de Janeiro, 2008.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1980.

LENHART, Steven W. Produção de aves de corral y de huevos. *In*: MYERS, Melvin (Director del capítulo). **Enciclopedia de Salud y seguridad en el**

trabajo. Ganaderia y cria de animales. Madri, 2001, Capítulo 70, p. 26-30. Disponível em: <https://bit.ly/3UkeeuW>. Acesso em: 05 nov. 2013.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia:** o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LINDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do mundo:** ensaios para uma história global do trabalho. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LOERA, Nashieli Rangel. **Tempo de acampamento.** São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MARCONDES, Vera Lucia. **A transição da escola pública do campo:** a experiência da Escola Itinerante Zumbi Dos Palmares. 2017. 100f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra.** 9. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2013.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MATTEI, Lauro. A política agrária e os retrocessos do governo Temer. **Okara:** Geografia em debate, v. 12, n. 2, p. 293-307, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/3EsK4AU>. Acesso em: 08 jul. 2020.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses:** os comunistas e a constituição de classes no campo. 1995. 295f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MELLO, Cintia Valéria de. **Os trabalhadores sem terra no processo de formação do assentamento Valmir Mota:** Cascavel, Paraná (1999-2017). 2018. 135f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; SOUZA, Jhonatan Uewerton (org.). **Paraná insurgente: história e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e hegemonia do agronegócio no Brasil. **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 32/33, p. 91-132, 2005.

MORAES JUNIOR, Leozil Ribeiro de. **Mastro: a formação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (1970-1990)**. 2011. 151f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

MOREIRA, Vagner José. A reorganização das relações de produção no campo: agronegócio e trabalho (Oeste do Paraná, final do século XX e início do século XXI). **Revista de História Regional**, v. 2, n. 25, p. 436-458, 2000.

MOREIRA, Vagner José. **Agronegócio e a avicultura no Oeste do Paraná**. Trabalhadores e o processo industrial de produção de frangos (1970-2013). Promoção à Classe de Professor Associado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2017.

MOREIRA, Vagner José. Agronegócio, trabalhadores rurais, sindicalismo: avicultura no Oeste do Paraná, 1970-2013. **História e Perspectivas**, n. 55, p. 243-270, 2016a.

MOREIRA, Vagner Jose. A identidade sem-terra e a reforma agrária no Oeste do Paraná: história, memória e metodologia da história oral (décadas de 2000 e 2010). SCHREINER, Davi Félix. (org.). **Os Sem Terra e o MST: memórias de lutas e experiências transformadoras**. Uberlândia, Navegando Publicações, 2020.

MOREIRA, Vagner José. **História oral e reforma agrária: a experiência social de trabalhadores rurais sem-terra em Sumaré, interior de São Paulo (décadas de 1980 e 1990)**. São Paulo: Edições Verona, 2019.

MOREIRA, Vagner José. **O levante comunista de 1949: memórias e histórias da luta pela terra e da criminalização dos movimentos sociais de trabalhadores no Noroeste paulista**. Cascavel: Edunioeste, 2012.

MOREIRA, Vagner José. O trabalho em matrizeiro de aves e o adoecimento dos trabalhadores da cadeia produtiva do frango. *In*: VARUSSA, Rinaldo José (org.). **Eu trabalhava com dor**: trabalho e adoecimento nos frigoríficos. Jundiá: Paco Editorial, 2016b.

MOREIRA, Vagner José. Propriedades da evidência, narrativas orais e a escrita da história: memórias sobre trabalhadores na luta pela terra. **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 48, p. 239-282, 2013.

MOREIRA, Vagner José; FAGNANI, Lucinéia. Trabalho e trabalhadores na produção de pintainhos em cooperativas no Oeste do Paraná (2000-2010). *In*: BOSI, Antônio (org.). **Trabalho e trabalhadores no processo de industrialização recente no Oeste do Paraná (1970-2010)**: estudos sobre a cadeia avícola. Jundiá: Paco Editorial, 2014.

MOREIRA, Vagner José; WELCH, Clifford Andrew. Introdução ao dossiê “Trabalho rural e movimentos sociais no campo”. **Tempos históricos**, v. 22, n. 2, p. 14-17, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/3O85IxG>. Acesso em: 29 ago. 2019.

MOREIRA, Vagner J. A experiência social de trabalhadores ovelos e a produção de ovos e aves no tempo do “tubarão de galinhas”. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL EM HISTÓRIA: TRABALHO, CULTURA E PODER – O OFÍCIO DO HISTORIADOR, 2., 2010. **Anais [...]** Marechal Cândido Rondon: Unioeste, 2010. Disponível em: <http://bit.ly/3tuxWjk>. Acesso em: 20 fev. 2014.

MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (org.). **Formas de resistência camponesa**: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. v. II. Concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). São Paulo: Unesp; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009.

MUNAKATA, Kazumi. O lugar do movimento operário. O lugar e o tempo de “O lugar do movimento operário”, 30 anos depois. **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 43, p. 9-40, 2010.

OLIVERIA, Douglas Menezes. **Do império da soja à reforma agrária**: história dos assentados rurais da Itamarati na fronteira Brasil-Paraguai

(1970-2022). 2022. 151f. Relatório de Qualificação (Doutorado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 7, 1989. Disponível em: <http://bit.ly/3tvvu5a>. Acesso em: 29 ago. 2013.

PAOLI, Maria Celia; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. **Revista Brasileira de História**, v. 3, n. 6, p. 129-149, 1983.

PASTÓRIO, Inês Terezinha. **A mulher no processo produtivo familiar com sustentabilidade no assentamento Valmir Mota de Oliveira – Cajati – Cascavel-PR**. 2015. 172f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos**. Florianópolis: UFSC, 1990.

PEDRON, Simone Tatiana. **A educação no MST: experiências educativas no Centro de Formação do Assentamento Antônio Companheiro Tavares-PR, 1998-2012**. 2012. 151f. Dissertação – (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

POLETTI, Ivo. A Igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária. *In*: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, Educ, n. 14, p. 25-39, 1997.

PRADO JÚNIOR, Caio. O Estatuto do Trabalhador Rural. *In*: PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

RIBEIRO, Ivan de Otero. Modernização e diferenciação social da pequena produção familiar na agricultura brasileira: o caso do extremo-oeste paranaense. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 6., 1982. **Anais** [...] 1982. Disponível em: <https://bit.ly/3ucezVA>. Acesso em: 04 fev. 2014.

RIBEIRO, Ivan de Otero; CESAR, Paulo Bastos; BESNOSIK, Roberto I. **Modernização e diferenciação social na agricultura brasileira**: um estudo no Extremo-Oeste do Paraná. Relatório Final Extremo-Oeste Paranaense. Projeto de evolução recente e situação atual da agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Fundação Getúlio Vargas, 1981.

RUTHS, Jéssica Cristina; RIZZOTO, Maria Lúcia Frizzon; MACHINESKI, Gicelle Galvan. Exposição a agrotóxicos e ocorrência de câncer em trabalhadores de dois municípios do Oeste do Paraná. **Ciência, Cuidado E Saúde**, v. 18, n. 3, p. 1-8, 2019.

SANFELICE, Cátia Franciele. **Mudanças no mundo dos trabalhadores**: os pescadores profissionais de Guaíra/PR (1970-2011). 2012. 269f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

SANTOS, Raimundo. O agrarismo inconcluso de Ivan Riberiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 14, n. 1, p. 143-161, 2016. Disponível em: <http://bit.ly/3ttNBsn>. Acesso em: 12 ago. 2015.

SANTOS, Raimundo. Uma homenagem a Ivan Ribeiro. **Gramsci e o Brasil**, 2006. Disponível em: <http://bit.ly/3WZkpab>. Acesso em: 26 ago. 2013.

SCHMITT, Judite Veranisa. **Os atingidos por Itaipu**: história e memória. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000. 2008. 130f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

SCHREINER, Davi Félix. **Entre a exclusão social e a utopia**: um estudo sobre os assentados rurais. Curitiba: CRV, 2016.

SCHREINER, Davi Félix. (org.). **Os Sem Terra e o MST: memórias de lutas e experiências transformadoras**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

SEPULCRI, Odílio. **Estratégias e trajetórias institucionais da empresa de assistência técnica e extensão rural do Paraná (EMATER – PR)**. 2005. 161f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **NERA**, Ano 8, n. 7, p. 10-21, 2005.

SILVA, Fernando Teixeira da. “Justiça de Classe”: tribunais, trabalhadores rurais e memória. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 4, n. 8, 2012.

SILVA, Jéssica de Lima. **“Nossa luta é a terra”**: construção e uma identidade negra quilombola no município de Guaíra, PR (1960-2014). 2015. 108f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

SILVA, Osvaldo Heller da. A organização sindical dos produtores rurais integrados à agroindústria: representações dos avicultores e suinocultores do Paraná. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 1998. Disponível em: <http://bit.ly/3Ev7UMc>. Acesso em: 02 out. 2013.

SILVA, Osvaldo Heller da. A gênese do sindicalismo rural no Paraná: reflexões sobre as carreiras de dirigentes. *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (org.). **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas, v. 1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

SILVA, Roselaine Navarro Barrinha da. **Trabalho integrado e reprodução do capital**: um estudo de caso no Sudoeste do Paraná. 2011. 414 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SORJ, Bernardo; POMPERMAYER, Malori J.; CORADINI, Odacir Luis. **Camponeses e agroindústria**: transformação social e representação na avicultura brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <http://bit.ly/3USXGKX>. Acesso em: 14 abr. 2010.

STORTI, Irma. **As Estratégias de existência camponesa entre os agricultores vinculados à Copagril**. 2010. 111f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. A árvore da liberdade, v. 1. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Organização: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas: Unicamp, 2001.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMSON, Alistair. Quando a memória é um campo de batalha: envolvimento pessoais e políticos com o passado do Exército Nacional. **Projeto História**, São Paulo, EDUC, n. 16, p. 277-296, 1998.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre as relações entre história oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, EDUC, n. 15, p. 51-84, 1997.

TOEBE ZEN, Rosane. **O processo de trabalho dos avicultores parceiros da Sadia S.A.**: controles, mediações e autonomia. 2009. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel.

VARUSSA, Rinaldo José. Pioneiros da flexibilização e os boias-frias da indústria: Oeste do Paraná, década de 1980. *In*: BOSI, Antônio (org.). **Trabalho e trabalhadores no processo de industrialização recente no Oeste do Paraná (1970-2010)**: estudos sobre a cadeia avícola. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

VARUSSA, Rinaldo José (org.). **Eu trabalhava com dor**: trabalho e adoecimento nos frigoríficos. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

VARUSSA, Rinaldo José. Disputas na Justiça do Trabalho: memórias e histórias a partir do Oeste do Paraná (década de 1980 a 2000). **Diálogos**, Maringá, DHI/PPH/UEM, v. 13, n. 2, p. 441-460, 2009.

VARUSSA, Rinaldo José. **Trabalhadores e a construção da Justiça do Trabalho no Brasil (décadas de 1940 a 1960)**. São Paulo: LTR, 2012.

VARUSSA, Rinaldo José. Trabalhadores e frigoríficos na Justiça do Trabalho: Oeste do Paraná, décadas de 1990 e 2000. *In*: GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da. **A Justiça do Trabalho e sua história**: os direitos dos trabalhadores no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

VARUSSA, Rinaldo José. Avá-guarani e ruralistas no processo de demarcação da Terra Indígena Guasu Guavirá (Oeste do Paraná, décadas de 2000 e 2010). **Anos 90**, Porto Alegre, v. 26, p. 1-23, 2019.

WALTER, Salette Inês. **Experiências sociais e relações de trabalho dos trabalhadores pegadores de frango e batedores de caixa de Marechal Cândido Rondon-PR**. 2013. 70f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Um saber necessário**: os estudos rurais no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

WELCH, Clifford Andrew. **A semente foi plantada**: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

WELCH, Clifford Andrew *et al.* (org.). **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade:** na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo.** São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo:** a renovação do materialismo histórico. 2. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2010.

WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital.** São Paulo: Boitempo, 2014.


WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

Título	Os imperativos do agronegócio: Histórias de trabalhadores e camponeses no processo de reorganização das relações de trabalho no campo e na luta pela reforma agrária (Oeste do Paraná, 1970-2020)
Autor	Vagner José Moreira
Assistência Editorial	Andressa Marques Taís Rodrigues
Capa	Larissa Codogno
Fotografias da Capa	Valter de Jesus Leite Vagner José Moreira
Projeto Gráfico	Vinicius Torquato
Preparação	Pêtra Kétilen
Revisão	Márcia Santos
Formato	14x21cm
Número de Páginas	160
Tipografia	Adobe Garamond Pro
Papel	Alta Alvura Alcalino 75g/m ²
1ª Edição	Janeiro de 2023

Caro Leitor,
Esperamos que esta obra tenha
correspondido às suas expectativas.

Compartilhe conosco suas dúvidas e sugestões:

sac@editorialpaco.com.br

 11 98599-3876

Publique sua obra pela Paco Editorial

EDIÇÃO DE QUALIDADE, DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO NACIONAL



Teses e dissertações

Trabalhos relevantes que representam contribuições significativas para suas áreas temáticas.



Grupos de estudo

Resultados de estudos e discussões de grupos de pesquisas de todas as áreas temáticas.



Capítulo de livro

Livros organizados pela editora dos quais o pesquisador participa com a publicação de capítulos.




Técnicos e Profissionais

Livros para dar suporte à atuação de profissionais das mais diversas áreas.

Envie seu conteúdo para avaliação:

livros@pacoeditorial.com.br

11 4521-6315

 11 95394-0872

www.editorialpaco.com.br/publique-na-paco/

Todo mês novas chamadas são abertas:

www.editorialpaco.com.br/capitulo-de-livros/

Conheça outros títulos em
www.pacolivros.com.br

PACO  EDITORIAL

Av. Carlos Salles Block, 658
Ed. Altos do Anhangabaú – 2º Andar, Sala 21
Anhangabaú - Jundiaí-SP - 13208-100